



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
Programa de Pós-Graduação em História  
Mestrado em História Social da Cultura

Alexandre Bittencourt Leite Marques

**ENTRE LAJEDOS E LAGOAS: formação territorial, habitações e bens  
culturais no povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco  
(1775-1835)**

Recife

2012

Alexandre Bittencourt Leite Marques

**ENTRE LAJEDOS E LAGOAS: formação territorial, habitações e bens  
culturais no povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco  
(1775-1835)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado em História Social da Cultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Ana Lúcia Nascimento

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kalina Vanderlei Paiva da Silva

Recife

2012

Ficha catalográfica

M357e Marques, Alexandre Bittencourt Leite  
Entre lajedos e lagoas: formação territorial, habitações e bens culturais no povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco (1775-1835) / Alexandre Bittencourt Leite Marques. – Recife, 2012.  
144 p. : il.

Orientadora: Ana Lúcia do Nascimento Oliveira.  
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de História, Recife, 2012.  
Referências.

1. Sociedade 2. Cultura 3. Sertões I. Oliveira, Ana Lúcia do Nascimento, orientadora II. Título

CDD 981.34

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA  
REGIONAL

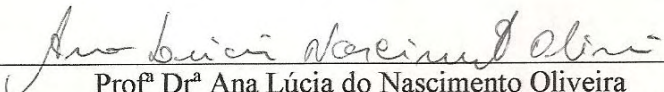
**ENTRE LAJEDOS E LAGOAS: formação territorial, habitações e  
bens culturais no povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco  
(1775-1835)**

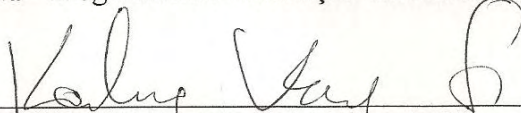
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

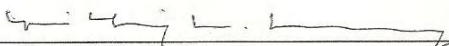
ALEXANDRE BITTENCOURT LEITE MARQUES

APROVADA EM 29/ 02/ 2012

BANCA EXAMINADORA

  
Profª Drª Ana Lúcia do Nascimento Oliveira  
Orientadora – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

  
Profª Drª Kalina Vanderlei Paiva da Silva  
Coorientadora - Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

  
Profº Drº José Luiz Mota Menezes  
Programa Pós-Graduação em História– UFPE

*Aos meus queridos avós (Flávio Bittencourt, M<sup>a</sup> Conceição Leite e Ubaldo Marques) que hoje já não se encontram entre nós, mas que legaram suas memórias à posteridade.*

## AGRADECIMENTOS

Na época atual, chamada por alguns de pós-moderna, não é raro observar o enfraquecimento ou ruptura dos laços de família de certas sociedades. Valores como “igualdade” e “fraternidade” parecem estar sendo sobrepujado por certo tipo de “liberdade” deturpada. Nesse sentido, gostaria de agradecer a toda minha família pelo companheirismo, lealdade e carinho dados durante todos esses anos. Agradeço em especial aos meus pais, Carlos Roberto Leite Marques e Tânia Pimentel Bittencourt, cujo amor, dedicação e confiança serviram para minha formação humana e profissional. Às minhas adoráveis e encantadoras avós “Lias” (Maria Luiza Leite e Maria Auxiliadora Bittencourt) pela sabedoria de vida, pelas memórias contadas e pelo afeto dedicado, típicos de “segundas mães”. Ao meu irmão Carlos Bittencourt Leite Marques, além de “bloody brother”, também é um amigo, companheiro, colega de turma e de profissão, cujo olhar de historiador foi imprescindível para a construção da minha pesquisa. Aos diversos tios, tias, primos, primas, também sou extremamente grato.

Os meus sinceros agradecimentos a minha orientadora a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Lúcia do Nascimento Oliveira, que me acompanhou do início da graduação ao término do mestrado na árdua e empolgante tarefa das pesquisas de campo pela caatinga, e que, ao procurar aplacar minha “sede” pela história e cultura do agreste e sertão de Pernambuco, me ofereceu como “fonte” de beber a água de Alagoinha.

Agradeço imensamente a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kalina Vanderlei, que de forma magistral levou minha mente a viajar pelas “solidões vastas e assustadoras” dos sertões. A coorientação de Kalina me proporcionou descobrir o quão mágico e vibrante pode ser a escrita de um trabalho acadêmico, abrindo meus olhos para a fascinante beleza das boas narrativas, através da apresentação de materiais de inspiração que vão desde trabalhos científicos, passando por clássicos da literatura, até chegar às letras de músicas e *graphic novels*.

A minha gratidão aos demais professores da banca de qualificação e defesa final, titulares e suplentes, pela disponibilidade, dedicação e comprometimento de ler e discutir o presente trabalho. Meus sinceros agradecimentos ao Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>º</sup>. José Luiz Mota Menezes e ao Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>º</sup>. Fernando Guerra pelo “patrimônio” de sabedoria deixado por seus conhecimentos. Agradeço muito a Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>º</sup> Suely Luna que, juntamente com a professora Ana, me ensinou a caminhar por entre lajedos e lagoas, serras e caatinga do semiárido, seguindo o rastro de vestígios do passado no presente.

Aos professores do Programa de Pós-graduação da UFRPE, Ângela Grillo, Giselda Brito, Suely Almeida, Osvaldo Girão, Ricardo Pacheco, que sempre estiveram acompanhando nossa produção, emitindo opiniões, realizando debates, indicando leituras, corrigindo artigos e outros trabalhos, meus sinceros agradecimentos. Agradeço também a Alessandra Babosa secretária do Programa que com atenção, paciência e carinho esteve presente durante o período cursado.

Agradeço a Capes que financiou esse estudo, proporcionando viagens para congressos, simpósios e outros tipos de eventos acadêmicos, além das viagens de pesquisa para Alagoinha.

Agradeço aos meus colegas de turma do Mestrado, Welber Carlos, André Carlos, Elizabet Souza, Márcio Moraes, Leandro Patrício, Esdras, Marcelo Ianino e Williams Andrade pelos debates, trocas de ideias e opiniões realizadas durante os dois anos de curso. Aos meus amigos e mestres Helder Remígio, José Brito, Hugo Coelho, Manuela Arruda e Humberto Miranda pelos incentivos e informações proporcionados pelas suas experiências acadêmicas. Aos futuros mestres Josué, Elba, Rafaela e Marco Tomé pelos momentos de companheirismo nos diversos projetos de pesquisa.

Sou grato também a Emanuel pelas informações a respeito dos inventários post-mortem, a Alexandre Amorim pelas experiências de educação patrimonial, a César e a Rodrigo pelos momentos vividos nos trabalhos de arqueologia. Um muito obrigado a todos os amigos da graduação, em especial a Fernando Vieira, Ana Karina, Jonas Alcântara, Marcelo, Bira, Raquel, Valdemir, Adriana, Tiago, Itamar, Raphaela, Plínio e Alíria.

Agradeço muito as pessoas e as instituições de ensino e pesquisa na qual tive um enorme prazer de trabalhar. Na Fundação Joaquim Nabuco, sou imensamente grato a Silvia Brasileiro, Henrique Magalhães, Silvana, Vânia Brayner e a todos os membros do Museu do Homem do Nordeste e Programa Jovem Artesão.

O mesmo pode ser dito do Museu da Cidade do Recife/ Forte das Cinco Pontas, no qual tive a oportunidade de trabalhar e aprender com Gabriela Severien, Betânia Correa, Martiniano Bacalhau e toda a equipe do museu e do *“Projeto Preservação e acesso à coleção de Cartografia do Museu da Cidade do Recife”*. Agradeço também as restauradoras do Atelier Griffo: Suzana Omena, Vânia e Flávia, pelo conhecimento adquirido nos trabalhos de conservação e restauro de documentos.

Sou imensamente grato a Escola Estadual Gonçalo Antunes Bezerra, em Alagoinha. O apoio dado pela Direção (Leda Castor, Marcilene Antunes, Josenildo), bem como o incentivo dos demais colegas, professores, funcionários e educandos foi importantíssimo para a realização do trabalho. Também agradeço aos professores Adilson Filho, Alvileide, Márcio Wênio, Lúcia Inojosa e Lulinha pelas conversas produtivas a respeito da história, cultura e paisagens do município de Alagoinha.

Agradeço a Tião Galindo, Rosileide e ao Instituto Ouricuri, que juntamente com a UFRPE, desenvolveram o projeto “*Educação patrimonial em Alagoinha/PE – melhoria na qualidade de vida da população*”, do qual tive a oportunidade de participar.

Nossa pesquisa também teve um apoio especial de pessoas queridas (amigos, companheiros, colegas) que se demonstraram empolgadas, solícitas e vibrantes com a nossa jornada. Essas pessoas acreditaram em nós até mesmo nos momentos mais tensos, ficando pacientemente ao nosso lado e dando os devidos incentivos.

Agradeço a Amanda pelo amor, carinho e descobertas que estão sendo vividos nesses momentos sutis e agradáveis da vida. Acredito que não se deve olhar passivamente para o horizonte somente com expectativas de um dia alcançá-lo. Deve-se sim, olhar para ele com objetivo de procurá-lo e torná-lo presente. Acho que juntos estamos conseguindo isso. Também gostaria de enaltecer a boa acolhida, receptividade e confiança dada pela família Manguinho Bezerra Lola. Muito obrigado!

Agradeço a família Rodrigues Gonçalves pelos “espaços de experiência” repletos de dedicação e de bons momentos vividos. Ná, que Deus continue abençoando todos vocês!

Poucas são as pessoas que podem dizer que tem um verdadeiro amigo. Pouquíssimas são as pessoas que podem afirmar que realmente possui vários e verdadeiros amigos. Aos meus prezados e fraternos companheiros de longas datas do Conjunto Pernambuco de Boa Viagem (incluem-se aí moradores, ex-moradores e frequentadores), meus sinceros agradecimentos pelos momentos de lazer proporcionados pelo bate-papo, cervejinha, praia, caçadas, esportes e outros tipos de diversões ocorridos ao longo dos anos.

Por fim, agradeço imensamente a acolhida proporcionada pelos habitantes do município de Alagoinha – PE. Uma vez me falaram: “quem bebe água de Alagoinha um dia há de voltar...”. Pois eu digo: “quem conhece a hospitalidade do povo de Alagoinha, lá quer ficar...”.



*O historiador deve transportar-nos à casa do colono e do cidadão brasileiro; ele deve mostrar-nos como viviam nos diversos séculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos rurais, como se formavam as relações do cidadão para com seus vizinhos, criados e escravos; e finalmente com os fregueses nas transações comerciais. Ele deve juntar-nos o Estado, a igreja e escolas; levar-nos para o campo, às fazendas, roças, plantações e engenhos. Aqui deve apresentar, quais os meios, segundo que sistema, com que conhecimentos manejavam a economia rústica, lavoura e comércio colonial. (MARTIUS).<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. – Rio de Janeiro: Instituto Histórico, 1991. p. 45 e 46.

## RESUMO

Durante os primeiros séculos do período colonial, as áreas mais ao interior do continente da América portuguesa eram taxadas pelos habitantes dos núcleos urbanos do litoral como desertas, vazias, inóspitas, e seus habitantes originais eram designados como selvagens, bárbaros, incultos. Mesmo sendo tomado pelo processo colonizador, através do estabelecimento de vilas e povoados em fins do século XVIII, ainda assim o interior mantinha a imagem de solidão aos olhos dos habitantes do litoral. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo ir além dos conceitos generalizantes sobre o interior e analisar a formação territorial, o uso dos espaços, os tipos de habitação, a elaboração e manejo de artefatos pelos colonizadores que chegaram aos sertões de Ararobá de Pernambuco, durante a passagem do século XVIII para o XIX. Tomou-se como estudo de caso o povoado “Alagoinhas” ou “Lagoinhas”, então pertencente à influência jurídico-administrativa da vila de Cimbres, buscando em diferentes tipos de fontes (relatos de cronistas, inventários post-mortem, cultura material e diversos tipos de documentos) as formas de ocupação e habitação desse território.

## **ABSTRACT**

During the first centuries of colonization the more countryside areas of the Portuguese America were called deserts by the inhabitants of the urban centers by the shores. Those areas were called empty, inhospitable, and their inhabitants called savages, uncultured and barbarians. And, although those areas were taken by the colonizing process through the establishment of villages and urban centers, by the end of the XVIIIth Century the countryside still kept the image of loneliness in the eyes of the shores inhabitants. Considering this scenery, the present thesis objectives to go beyond the generalizing concepts constructed about the countryside areas and to analyze the territorial construction, the uses of space, the different types of household and the production and handling of instruments by the colonizers that managed to arrive to the frontiers of Ararobá region in Pernambuco during the passage of the XVIIIth to the XIXth centuries. The focus of this study is the settlement of Alagoinhas or Lagoinhas, by then under the jurisdiction of the village of Cimbres. It is based on different types of sources: travelers chronicles, postmortem inventories, artifacts and material culture, besides the occupation forms and inhabitation of these territory.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1 - Atividade de educação patrimonial em Alagoinha	31
FOTO 2 - Lajedos e lagoas que circundam o município	33
FOTO 3 – Degradação: resíduos plásticos no entorno da lagoa	34
FOTO 4 – Vista da Serra do Gavião	35
FOTO 5 - Vista do matacão rochoso, Pedra da Mão-de-Sangue	38
FOTO 6 - Representação de mão humana, Pedra da Mão-de-Sangue	39
FOTO 7 - Abrigo rochoso, Pedra da Mão-de-Sangue	40
FOTO 8 - Serrote do Pontudo, povoado do Magé, Alagoinha-PE	41
FOTO 9 - Paisagem observada do alto do serrote do Pontudo	42
FOTO 10 - Grafismo de antropomorfo parcialmente visível	43
FOTO 11 - Vista do matacão rochoso, Sítio Pintada	44
FOTO 12 - Detalhe de um antropomorfo	45
FOTO 13 - Detalhe do terreiro com casas ao fundo	49
FOTO 14 - Fachada de uma moradia feita de barro e madeira na comunidade quilombola do sítio Caldeirão	50
FOTO 15 – Fachada do casarão do sítio Santa Rosa	51
FOTO 16 – Detalhe da calha	52
FOTO 17 – Parede lateral com janelas interdidadas	52
FOTO 18 - Fachada da antiga morada de Gonçalo Antunes Bezerra	53
FOTO 19 – Detalhe da placa comemorativa da 1º edificação	54
FOTO 20 – Detalhe de lesão progressiva	55
FOTO 21 – Detalhe de partes do telhado desabado	55
FOTO 22 – Vista atual da Praça de Cimbres	57
FOTO 23 – Fachada da antiga casa do Senado da Câmara de Cimbres	57
FOTO 24 – Detalhe da placa comemorativa da restauração da antiga casa do Senado da Câmara de Cimbres	58
FOTO 25 – Vista atual da antiga casa da Câmara com telhado em quatro águas	86
FOTO 26 – “Mapa do tipo gráfico” da propriedade Alagoinhas	91

FOTO 27 – Casario: núcleo urbano de Alagoinha	99
FOTO 28 – Entre lajedos e lagoas	102
FOTO 29 – Detalhe da parede composta de barro e madeira	103
FOTO 30 - Detalhe da fechadura pertencente à morada de Gonçalo Antunes Bezerra	104
FOTO 31 - Detalhe: dobradiça de cachimbo da morada	105
FOTO 32 - Telhado em duas águas feito de madeira típica da região	106
FOTO 33 - Telha artesanal com detalhes decorativos na borda	107
FOTO 34 – Vista lateral do casarão do sítio Santa Rosa	111
FOTO 35 – Detalhe do muro do casarão do sítio Santa Rosa	113
FOTO 36 - Detalhe da tríplice telha	114
FOTO 37 – Ambiente interno do casarão do Santa Rosa	115
FOTO 38 – Mulungú	118
FOTO 39 - Pau-ferro	118

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Lista do número de habitantes de vilas do interior de Pernambuco, ano 1782	95
QUADRO 2 - Lista do número de habitantes de vilas do interior de Pernambuco, ano 1788	96
QUADRO 3 - Listagem de herdeiros de Gonçalo Antunes Bezerra	98
QUADRO 4 – Lista de móveis da residência da Família Antunes Bezerra	122
QUADRO 5 – Lista de gado pertencente à família Antunes Bezerra	132
QUADRO 6 – Lista de animais pertencentes à família Antunes Bezerra	133
QUADRO 7 – Lista de escravos	135

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – Tipos de dobradiças de cachimbo	105
FIGURA 2 – Sertanejo	126
FIGURA 3 – Carregador de algodão	130

## **LISTA DE MAPAS E PLANTAS**

MAPA 1 – Território do município de Alagoinha – PE	20
MAPA 2 – Localização da Serra do Gavião e do núcleo urbano de Alagoinha	35
MAPA 3 – Áreas correspondentes aos antigos sertões de Ararobá	63
MAPA 4- Detalhe dos núcleos urbanos da Capitania de Pernambuco	73
PLANTA 1 – Atual Cimbres	56



## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>2.CONHECENDO OS LUGARES DE MEMÓRIA: A IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ALAGOINHA E SEU ENTORNO</b>	<b>29</b>
2.1. Serras, vegetação, lagoas, lajedos: os espaços naturais do semiárido	31
2.2. “Cidades petrificadas e inscrições lapidares” - uma herança cultural pré-colonial	37
2.3. Territórios quilombolas: uma herança cultural afro-brasileira	47
2.4. As habitações e o núcleo urbano: uma herança cultural dos Colonizadores	51
<b>3.NAS “HABITAÇÕES DOS MATOS EM QUE VIVIAM COMO IRRACIONÁIS”: O OLHAR DO COLONIZADOR, A EXPANSÃO COLONIAL E A FORMAÇÃO DE VILAS E POVOADOS NOS SERTÕES DE ARAROBÁ</b>	<b>60</b>
3.1. “Pelas testadas das matas”: a conquista e expansão colonial nos sertões de Ararobá de Pernambuco	76
3.2. “Límpidas lagoinhas de água potável”: florescimento de um povoado nos Sertões	89
<b>4.NAS “LAGOINHAS” DOS SERTÕES: ESPAÇOS, HABITAÇÕES E CULTURA MATERIAL</b>	<b>95</b>
4.1. A construção das habitações: o assentamento, as técnicas e o uso da matéria-prima na confecção de artefatos	101
4.2. O interior doméstico: móveis da casa e outros artefatos	120
4.3. O entorno da casa: roçados e criações de animais	127
<b>5.CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>138</b>
<b>6.FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>141</b>

## 1.INTRODUÇÃO

*Durante toda viagem tenho te ensinado a reconhecer os traços com que nos  
fala o mundo como um grande livro  
(Umberto Eco)<sup>2</sup>*

Diversas são as fontes de pesquisa disponíveis sobre as habitações coloniais, a cultura material e o uso dos espaços tanto no meio rural como no urbano na América portuguesa. Entre elas estão as descrições de certos cronistas que durante o período colonial viajavam do litoral ao interior do continente fornecendo suas impressões em relatos escritos sobre a vida nessas moradias dos colonos.<sup>3</sup> Os inventários post-mortem também contribuem para se perceber as características dos objetos, residências e propriedades de determinada região e sociedade. Além disso, os bens culturais deixados pela sociedade colonial proporcionam não somente o conhecimento da variedade de materiais usados na construção das habitações, como também informações dos objetos da casa, as disposições do ambiente interno e externo e as formas de moradia. É utilizando essas fontes em conjunto que se pretende ter uma maior percepção da vida rural desenvolvida no povoado colonial de Alagoinhas. Partindo dessas considerações, pretendemos ir além do conceito generalizante de “sertão” e analisar os sentidos singulares que acompanharam a ocupação territorial, o uso dos espaços, produção e utilização da cultura material, ocorridos no povoado de Alagoinhas, nos antigos sertões de Ararobá de Pernambuco, durante a passagem do século XVIII para o XIX. A possibilidade de realizar um estudo da história social e ambiental de Alagoinhas é, portanto, a finalidade deste trabalho.<sup>4</sup>

No entanto, diferente dos núcleos urbanos situados no litoral, o estudo da história social e ambiental das regiões do interior do Brasil, com sua diversidade de modos de vida,

<sup>2</sup> ECO, Humberto. *O nome da rosa*. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 44

<sup>3</sup> Sobre a biografia de alguns cronistas e viajantes que visitaram o Brasil, entre eles Henry Koster, George Gardner, Spix e Martius, Tollenare ver MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas. *A Paisagem pernambucana*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993.

<sup>4</sup> Segundo Reinhart Koselleck, constitui objeto da História Social a investigação das formações das sociedades ou as estruturas constitucionais, assim como as relações entre grupos, camadas e classes; ela investiga as circunstâncias nas quais ocorreram determinados eventos, focalizando as estruturas de médio e longo prazo, bem como suas alterações. Já Drummond relata que se constitui como objeto da História Ambiental uma região que possua alguma homogeneidade ou identidade natural: “um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial e assim por diante.” Para ele, a história ambiental está ligada à história regional, “pois focaliza processos sociais (e naturais) geograficamente circunscritos...” CF. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 97. DRUMMOND, José Augusto. *A História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

cultura e sociabilidades, ainda permanece, de certa forma, carente de dedicação por parte da historiografia brasileira. Levando em consideração o número de estudos históricos realizados sobre o interior brasileiro, não é difícil perceber que eles raramente voltavam suas perspectivas para as formas de apropriação do ambiente natural, para os fenômenos da produção material ou simbólica, para as vidas anônimas e suas organizações sociais.<sup>5</sup> Mesmo com certos avanços no processo de interiorização das pesquisas no Brasil, este se deu recentemente e de forma lenta e gradual.<sup>6</sup>

Apesar de ser caracterizado como um estado que possui boa parte de seu território inserido no interior do continente, Pernambuco e sua história são marcados pela ênfase dada principalmente a sua região litorânea e da Zona da Mata, onde se situam os principais centros urbanos. Poucos foram os historiadores que se debruçaram sobre o agreste e sertão do estado, seus grupos humanos, relações sociais, políticas e produções culturais.<sup>7</sup>

Algumas características justificam essas lacunas por parte da historiografia: a maioria das informações dos antigos cronistas, missionários e colonizadores eram mais dedicadas à descrição da região litorânea; a visão etnocêntrica, que omitia a presença de grupos humanos no interior antes da chegada dos europeus; a tendência de muitos pesquisadores posteriores ao processo colonizador em enfatizar ao longo dos anos a história sob o ponto de vista europeu; a projeção da sombra do centro urbano (Recife Olinda e seu entorno), detentor de grande parte do poder econômico e influência administrativa sobre as demais regiões da capitania ou província, não detentoras desse poder e influência. A influência econômico-administrativa

---

<sup>5</sup> No Brasil, entre os anos 40 e 80 do Século XX, existia uma vertente formada por pesquisadores, como Caio Prado Junior e Celso Furtado, que realizava uma História de cunho econômico. Por conta do lugar social em que viviam, essas pessoas estavam mais voltadas aos estudos das temáticas econômicas e das lutas sociais das regiões brasileiras. Cf. ALBUQUERQUE Junior, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. – 4. ed.rev. São Paulo: Cortez, 2009.

<sup>6</sup> Para Astor Diehl, o processo de interiorização do conhecimento histórico se dá através da crescente institucionalização e consolidação dos cursos de pós-graduação no interior, contribuindo para uma evolução das pesquisas nas áreas fora do eixo litorâneo brasileiro. DIEHL, Astor. *Cultura Historiográfica*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

<sup>7</sup> Nos últimos anos, alguns trabalhos, desenvolvidos sobre as regiões que compreendem o agreste e sertão de Pernambuco e de outros estados do Nordeste, vêm contribuindo para uma melhor percepção de uma história social do interior, entre eles: SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. – Recife: Cepe, 2010. PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial*. Recife: UFPE, 2002. LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. – Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. MEDEIROS, R. P. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. Recife: UFPE, 2000.

que o Recife exercia em outras regiões fazia com que houvesse uma supressão das pesquisas das localidades do interior de Pernambuco por sua capital.<sup>8</sup>

Sendo assim, e tentando preencher essa lacuna, procuramos traçar uma pesquisa da vida humana nos sertões de Pernambuco, das atividades relacionadas a abrigo, técnicas de construção, alimentação, culturas agrícolas e criação de animais, inseridas numa paisagem composta por serras escarpadas, lajedos, lagoas e espécimes vegetais espinhosas, tomando como estudo de caso um povoado surgido no final do período colonial.

O recorte espacial compreende o atual município de Alagoinha, no agreste de Pernambuco, que durante o período colonial era um povoado pertencente à jurisdição da vila de Cimbres, nos antigos sertões do Ararobá. Neste espaço se desenvolveram os estudos históricos, tendo como baliza cronológica o último quartel do século XVIII, período em que o sítio Alagoinhas foi adquirido pela família Antunes Bezerra, até 1835, data da divisão e demarcação da propriedade entre os herdeiros do falecido Gonçalo Antunes. A colonização do povoado se deu efetivamente com a chegada desse latifundiário em um antigo sítio, no qual edificou algumas casas nos sertões de Ararobá de Pernambuco. O termo Alagoinhas possivelmente foi proveniente da grande quantidade de pequenos tanques, poços, caldeirões e lagoas, disseminados sobre os vastos lajedos que circundam a região. Atualmente, situada no agreste de Pernambuco mais precisamente na microrregião do Vale do Ipojuca, Alagoinha – alçada à condição de município desde 1948 – situa-se a 230 km distantes do Recife.<sup>9</sup> Sua vegetação se caracteriza pela caatinga hiperxerófila com clima que transita entre o quente e o úmido e o semiárido quente.<sup>10</sup>

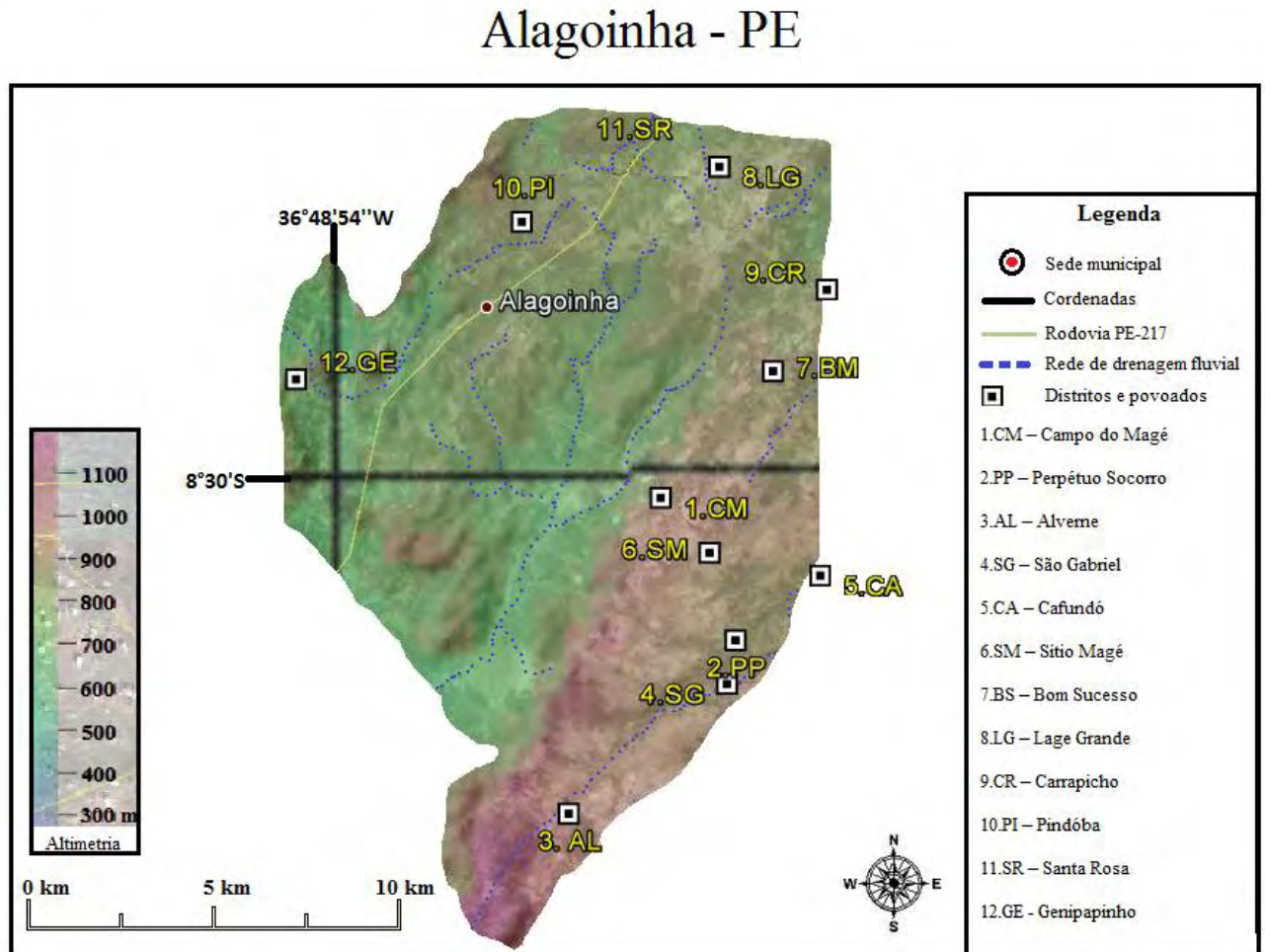
---

<sup>8</sup> Para maiores detalhes ver Maria Idalina da Cruz Pires, que critica a visão etnocêntrica de alguns estudos sobre os espaços dos sertões, e Raimundo Arrais, que comenta a sombra que o Recife faz sobre os estudos de localidades do interior. PIRES, op. cit.; ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. p. 10.

<sup>9</sup> Após ser alçada a condição de município, Alagoinhas perdeu o “s” do seu nome, passando a se chamar, desde então, “Alagoinha”. Ver MACIEL, José de Almeida. *Questões de Toponímia Municipal Pernambucana*. Recife: Centro de Estudos Municipal/ FIAM 1984. Nesse sentido, quando nos referirmos ao antigo povoado colonial, usaremos o termo “Alagoinhas”.

<sup>10</sup> IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. v. 13.

## MAPA 1 – Território do município de Alagoinha – PE



Fonte: adaptado de GUTH, Peter. MICRODEM, versão 10.0 Build 2008.8.11.2: Oceanography Department, U.S. Naval Academy, 2008. freeware GIS.<sup>11</sup>

Ao pesquisar as habitações, espaços e a cultura material utilizada neste povoado, devemos lançar alguns questionamentos para que se possibilitem novas leituras sobre o objeto de estudo. As investigações sobre quem construiu as habitações, a escolha do local para o desenvolvimento do povoado, os materiais que foram utilizados nas edificações, as transformações sofridas pelos espaços ao longo dos anos, são essenciais para a compreensão

<sup>11</sup> OLIVEIRA, M. W. Almeida. *Geoprocessamento aplicado à identificação de áreas com potencial turístico no município de Alagoinha – PE*. 1.2012. TCC (Especialização em metodologia do ensino em Geografia e suas tecnologias) – Autarquia Educacional de Belo Jardim-AEB e Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim-FABEJA, Belo Jardim, 2012.

das características arquitetônicas da moradia, o uso dos seus espaços, objetos e os possíveis significados de seus cenários num povoado dos sertões pernambucano na passagem do século XVIII para o século XIX.

Procurando responder esses questionamentos, instituiu-se um paralelo entre um grupo familiar específico (tomado como estudo de caso) e suas residências no intuito de reconhecer as condições ambientais, históricas e sociais, levando-se em conta as características variadas das estruturas familiares e das formas que a habitação rural possuía. Como bem afirma Allain Collomp, “tais razões determinam que não se separe o estudo das condições habitacionais (as tipologias das construções, os planos dos espaços internos, o mobiliário e seu uso) do estudo das pessoas aparentadas que moram no interior das casas”.<sup>12</sup> Também para Leila Algranti, mesmo com a dificuldade encontrada em reconhecer as características originais de determinadas residências coloniais em virtude do desaparecimento das construções ou das graduais reformas às quais foram submetidas ao longo do tempo, o reconhecimento dos diversos cômodos, suas funções e o modo como tais espaços podem ser utilizados ajudam a “desvendar a intimidade dos colonos no interior do domicílio...”.<sup>13</sup>

Durante o período colonial se falava em “sertões” para estigmatizar a região que ficava além das fronteiras dos centros urbanos litorâneos. Desde o início da colonização esse termo era utilizado pela Coroa portuguesa, cronistas e moradores para assim designar o imenso espaço que não fazia parte das áreas próximas da influência econômica das vilas açucareiras do litoral. Sendo assim, foi se construindo uma dicotomia entre o litoral (considerado civilizado, pois possuía os padrões culturais europeus) e o interior (estigmatizado sertão, deserto e selvagem, ainda não possuidor desses padrões).<sup>14</sup>

De acordo com Bourdieu, uma região é estigmatizada por outra quando existe uma distância econômica e social (e não geográfica) entre a “província” (privada do capital material e simbólico) e o “centro” (detentor desse capital). Nesse sentido, as classificações de região (*régio*) e suas fronteiras (*finés*) não passam de atos de autoridade, de uma imposição arbitrária que tem força de lei, que separa o interior do exterior e circunscreve o território, que

---

<sup>12</sup> COLLOMP, Allain. *Famílias, habitações e coabitações*. In Roger Chartier (org.). *História da Vida Privada: da renascença ao século das luzes*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 489.

<sup>13</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica*. In Fernando A. Novais; Laura de Mello e Souza. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 90.

<sup>14</sup> CF. SILVA. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras*. *Op. Cit.* p. 112.

impõem a “definição legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão do mundo social”.<sup>15</sup>

As vilas açucareiras situadas no litoral da América portuguesa, detentoras do poder econômico e político, enquadravam-se nessa definição ao procurarem imputar sobre as áreas do interior o estigma de sertão, de deserto, de selvagem. Em outras palavras, esses núcleos urbanos seriam ditos civilizados em detrimento de áreas do interior do continente que não possuíam centros urbanos.

Segundo Onice Payer, em geral no Ocidente existe uma posição discursiva urbana sobre as áreas ditas rurais ou do interior.

...os objetos e sujeitos do campo são ditos, a partir desse lugar discursivo urbano, como sendo fora do espaço atual. O elemento discursivo “paisagem” aparece sob diversas formas de descrição e de linguagens, verbais e não-verbais. A paisagem catalisa um imaginário do rural como *distante*, simplificado como natureza (o homem dificilmente consta delas) e externo ao espaço da cidade.<sup>16</sup>

Sendo assim, os extensos e diversificados espaços do interior de Pernambuco geralmente eram estigmatizados pela sociedade dos núcleos urbanos do litoral e do além-mar como lugares de paisagens homogêneas, exóticas e, por muitas vezes, eram taxados como vazios, isto é, sem nenhum tipo de ocupação humana.

Para Roger Chartier, certos grupos procuram impor uma autoridade à custa de outros por eles desdenhados e legitimar ou justificar, para o outro, determinadas visões, valores e condutas do mundo social. “*As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender o mecanismo pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio*”.<sup>17</sup>

Com isso percebemos que os habitantes do litoral da América portuguesa procuravam instituir seus valores de civilidade frente aos costumes dos moradores das áreas do interior do continente. Nesse sentido, no período colonial, povoados e vilas foram construídos nos espaços ditos sertanejos na tentativa de estabelecer os padrões de civilização europeia, com seus costumes religiosos, econômicos, habitacionais, comportamentais. Foi seguindo esses

---

<sup>15</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.p. 114

<sup>16</sup> PAYER, M. Onice. O rural no espaço urbano. In: ORLANDI, Eni P. (org). *Cidade atravessada: os sentidos públicos do espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 166.

<sup>17</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

padrões que durante os séculos XVIII e XIX foram criados a vila de Cimbres e o povoado de Alagoinhas nos sertões de Ararobá de Pernambuco.

Em relação aos métodos de pesquisa e às fontes utilizadas no nosso trabalho, empregamos o estudo integrado entre documentos escritos e a cultura material do antigo povoado colonial de Alagoinhas.<sup>18</sup> Sendo assim, procuramos estabelecer uma pesquisa histórica que utilize os diversos tipos de fontes disponíveis e que realize também um diálogo entre diferentes disciplinas, como História, Arqueologia, Arquitetura, Geografia.<sup>19</sup>

Durante muitos anos a historiografia positivista se utilizou de documentos escritos como fonte para a pesquisa histórica. Com as transformações causadas na historiografia, durante a primeira metade do século XX, estabeleceu-se uma nova forma de escolha e uso de diversos tipos de fontes que não fosse unicamente os documentos escritos.<sup>20</sup> Essa nova forma de pesquisar a história passou a contar também com os estudos interdisciplinares envolvendo diversas ciências como a Geografia, Antropologia, Arqueologia, e contribuíram para a disseminação e o fortalecimento do estudo integrado entre os grupos humanos, o meio ambiente e os bens materiais produzidos pela técnica humana.<sup>21</sup>

Segundo Michel de Certeau, “*De resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das neves eternas, o historiador faz outra coisa: faz deles a história. Artificializa a natureza*”.<sup>22</sup> Uma das grandes originalidades da história nova está assim no fato da sua capacidade de expandir o campo do documento histórico para além do texto. A escrita perde o patamar de ser a única e “verdadeira” fonte de pesquisa, enquanto assume a importância outros tipos de documentos.

Já Le Goff também afirma a importância de outros tipos de fontes para a construção da pesquisa histórica:

<sup>18</sup> Segundo Jean-Marie Pesez, o conceito de cultura material significa o conjunto de objetos que caracterizam uma sociedade. PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: Jacques Le Goff. (org). *A História Nova*. 5ªed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>19</sup> Segundo José Drummond é uma das características da História Ambiental realizar um diálogo com outras disciplinas sociais/ naturais e fazer uso de variados tipos de fontes como inventários post-mortem, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias, relatos de viajantes, pesquisas de campo. DRUMMOND. *Op. cit.* p. 177-197.

<sup>20</sup> De acordo com Jacques Le Goff, a história nova surgiu, em grande parte, como uma reação contra a história positivista do século XIX que era baseada essencialmente nos textos como documentos. LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. – 5ª edição. São Paulo, 2005.

<sup>21</sup> CF. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. LE GOFF, op. cit., 2005.

<sup>22</sup> CERTEAU, *Op. Cit.*, p. 79.



A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc<sup>23</sup>.

Sendo assim, partindo do princípio de que um casario, um artefato, um documento escrito, uma matéria-prima, um relato oral são fontes para o desenvolvimento dos estudos históricos, o patrimônio cultural também pode ser utilizado da mesma forma.<sup>24</sup> Entende-se por patrimônio uma acumulação contínua de bens materiais, imateriais e naturais, herdados de povos do passado, que é constituída por toda uma variedade de elementos, como por exemplo: espaços construídos (casarios, fortificações, ruas) espaços naturais (montanhas, rios, lagoas, vegetação), cultura material (objetos utilitários, decorativos), festividades, tradições, produtos de todos os saberes e saber-fazer dos seres humanos.<sup>25</sup>

Esse patrimônio é tudo aquilo que um grupo social considera como sua própria herança cultural, que é o alicerce de sua identidade e o diferencia de outros grupos. Os bens que compõem o patrimônio cultural de uma sociedade foram deixados por seus antepassados e evocam o que se chama de memória coletiva.<sup>26</sup> E é através desta que se chega à história de determinadas localidades. Além dos relatos orais e escritos da memória das pessoas existem os “lugares de memória”, caracterizados por edificações, monumentos, ruas, caminhos.<sup>27</sup> Sendo considerado um suporte das memórias de determinada coletividade, o patrimônio registra os acontecimentos de um dado período (tempo) e de um dado lugar (espaço) e se

<sup>23</sup> LE GOFF, op. cit., 2005. p. 36

<sup>24</sup> Françoise Choay, citando o *Dictionnaire de la langue française*, de É. Littré, coloca que a palavra patrimônio significa “bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos”. Segundo Choay, em sua origem a palavra estava ligada “as estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.” CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. – São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. p. 11

<sup>25</sup> Diversos trabalhos se debruçam sobre a constituição do patrimônio cultural. Cf. CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. – São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009; CHOAY, op. cit.; FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005; LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

<sup>26</sup> Jacques Le Goff, citando Pierre Nora, define a memória coletiva como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou que os grupos fazem do passado”. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. – 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 467.

<sup>27</sup> Ainda segundo Le Goff, a pesquisa histórica fermenta a partir dos lugares da memória coletiva, que podem ser lugares topográficos, como museus, bibliotecas e arquivos; lugares monumentais, como a arquitetura e os cemitérios, lugares simbólicos como as festividades e comemorações; etc. *Idem*.

transforma em documento e registro da história.<sup>28</sup> Nesse sentido, os vestígios do passado, referentes a pessoas e lugares, tornam-se objeto de estudo.

O espaço tratado aqui, como fonte de pesquisa histórica, seja ele natural ou construído, não é apenas a dimensão física, mas sim todo cenário múltiplo da localidade que toma conta dos seus habitantes na construção do seu cotidiano. E está imbricado com as relações sociais, ele mesmo fazendo parte constituinte dessas relações.<sup>29</sup>

É analisando as mudanças ambientais pela ação humana que se percebe melhor a ação do tempo sobre o espaço. Em outras palavras, é na percepção das construções, da transformação de elementos da natureza em cultura, que melhor se compreende o trabalho do tempo no espaço.<sup>30</sup> Um espaço construído confronta em si mesmo épocas diferentes, proporcionando ao olhar uma história acumulada de aspectos culturais. Sendo assim, a paisagem se transforma em si mesma em uma fonte que precisa ser pesquisada, lida e compreendida. Trata-se de examinar as marcas da história humana na paisagem.<sup>31</sup>

A apropriação dos espaços pelos colonizadores de Alagoinha culminou na elaboração de toda uma gama de bens culturais, principalmente objetos utilitários, documentos de papel, plantações, pastos, barreiros, casarios. Muitos desses bens se transformaram em heranças culturais deixadas à posteridade e hoje fazem parte dos lugares de memória da cidade.

Com isso, os estudos dos bens que compõem o patrimônio cultural de Alagoinha podem fornecer elementos para a reconstrução de algumas das histórias do período colonial, pois os bens culturais de certos grupos ou sociedades são como marcas no tempo e no espaço, e como tal servem de testemunho da história, podendo ser utilizados como documentos históricos. Sendo assim, o patrimônio cultural de Alagoinha se torna uma fonte valiosíssima

---

<sup>28</sup> Vale salientar que a presente pesquisa não pretende ser um trabalho com a finalidade de exaltar a memória, mas sim de utilizá-la como fonte de estudo da História, pois, como afirma Francisco Régis Lopes Ramos, “... não há o objetivo de erguer uma glorificação da memória, e sim o intuito de fazer da memória um campo de estudos da história social”. RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. – Chapecó: Argos, 2004. p. 95

<sup>29</sup> Sobre a importância do estudo do espaço ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. – Recife: Bagaço, 2008 e ARRAIS. Op. cit. p.11.

<sup>30</sup> Adotamos o conceito antropológico de Cultura como “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. TAYLOR, Edward. APUD. LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 23. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

<sup>31</sup> Para Paul Ricoeur, as mutações que afetam a espacialidade e a temporalidade próprias da memória, tanto coletiva quanto privada, são consideradas como condições formais de inscrição. Com isso, Ricoeur, amplia a noção de inscrição para além da escrita em seu sentido preciso de fixação das expressões orais do discurso num suporte material, e considera as marcas deixadas pelo homem no ambiente natural como sendo também outras formas de inscrição. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora as UNICAMP, 2007.

para a compreensão dos aspectos de moradia, do uso dos espaços e da cultura material do antigo povoado colonial.

A partir dessas considerações a abordagem desenvolvida se baseia na idéia de uma metodologia que combina o estudo integrado entre bens culturais, inventários post-mortem, documentos oficiais da Coroa portuguesa e relatos de cronistas que trataram sobre Alagoinhas e/ou sobre os sertões de Pernambuco no período focado. Esse estudo integrado foi desenvolvido através do trabalho de campo e das leituras dos documentos escritos que nos possibilitaram a observação dos detalhes pertinentes ao problema epistemológico.

Os trabalhos de campo, através de viagens aos locais pesquisados e do uso das observações pessoais sobre as paisagens naturais, flora, fauna, clima e marcas dos espaços construídos que os grupos humanos deixaram nas paisagens naturais, contribuem para uma maior percepção do estudo.<sup>32</sup> Para a observação e identificação dos bens culturais de Alagoinha, foram feitas prospecções que enfatizaram as observações de superfície durante os caminhamentos, onde focamos, de modo geral, a vistoria dos espaços construídos e naturais. Procuramos realizar uma vistoria sistemática daquelas áreas propícias ao assentamento humano nas quais a cultura material dos habitantes do povoado colonial pudesse ser identificada. Sempre muito ricas, as informações recolhidas pela vistoria permitiram identificar áreas de assentamento colonial, e forneceram dados sobre maneiras de ocupação espacial, formas de moradias, configuração da paisagem.<sup>33</sup>

Além dos bens culturais de Alagoinhas, também utilizamos como fontes da pesquisa alvarás régios, petições, termos de nomeação, regulamentos, correspondência administrativa - entre o termo de Cimbres, Governo de Pernambuco e Portugal - localizados no Arquivo Histórico Ultramarino e no Livro de Criação da Vila de Cimbres (1762-1867).<sup>34</sup> Tais

---

<sup>32</sup> Segundo Drummond os historiadores ambientais realizam trabalhos de campo para os quais “viajam aos locais estudados e usam as suas observações pessoais sobre paisagens naturais, clima, flora, fauna, ecologia. (...) o trabalho de campo serve para identificar as marcas deixadas na paisagem pelos diferentes usos humanos, marcas essas que nem sempre constam de documentos escritos”. DRUMMOND, *Op. Cit.*, p. 177-197.

<sup>33</sup> Durante as pesquisas de campo nos baseamos metodologicamente nos trabalhos realizados por Ana Nascimento e Suely Luna. Essa metodologia consiste, entre outras coisas, em analisar as matérias-primas inseridas nos espaços naturais para a elaboração da cultura material. CF. LUNA, Suely. O Sítio Sinal Verde - São Lourenço da Mata, PE: uma aldeia pré-histórica na zona da mata pernambucana. *Clio*, Recife, v 1. n. 7, p. 89 - 142, 1991, (Série Arqueológica). NASCIMENTO, Ana. A aldeia Baião, Araripina - PE: um sítio pré-histórico cerâmico no sertão pernambucano. *Clio*, Recife, v 1. n. 7, p. 143 - 193, 1991, (Série Arqueológica).

<sup>34</sup> O livro é uma compilação de vários tipos de documentos, petições, ofícios, cartas, etc. que foram produzidos no período de 1762 - 1867. Recentemente, cópias do *Livro da Criação da Vila de Cimbres* passaram a integrar a coleção *Documentos Históricos Municipais*, publicada pelo Centro de Histórias Municipais. FIAM/CEHM. *Livro da criação da vila de Cimbres (1762 - 1867)*. Leitura paleográfica por Cleonir Xavier de Albuquerque da

documentos administrativos coloniais trazem diversos termos, como por exemplo, *incultos sertões, desertos sertões, rusticidades, vileza, civilidade, honra, bons costumes, selvagens, bárbaros, civilizados*, que simbolizavam designações dos espaços e identidades dos atores sociais envolvidos.

Outras fontes utilizadas são os relatos de viajantes que percorreram os sertões de Pernambuco durante o início do século XIX. Esses viajantes deram informes preciosos sobre aspectos naturais (fauna, flora, plantas cultivadas, paisagens etc.), sobre a cultura material (casas, objetos utilitários, comidas e roupas) e em relação a vida rural (moradia, trabalho, casamento). Entre esses cronistas, ressaltamos principalmente o inglês Henry Koster que descreveu em seus relatos as formas de habitações das casas sertanejas, tipos de roçados cultivados e de animais criados, entre outras coisas.

Já as leituras dos inventários post-mortem possibilitam retratar o universo material de produção e consumo, as formas de organização social e cultural e a diversidade da paisagem natural de uma região, lugar, sociedade. Sendo assim, os inventários post-mortem da Comarca de Cimbres nos fornecem dados sobre as características sociais, culturais, econômicas e ambientais da região sertaneja que abarcava o povoado de Alagoinhas.<sup>35</sup>

No primeiro capítulo, *Os lugares de memória: a identificação do patrimônio cultural de Alagoinha e seu entorno*, será feito um levantamento e registro dos bens culturais que fazem parte dos lugares de memória de Alagoinha. O (re)conhecimento desses lugares tem por objetivo utilizar, no decorrer dos capítulos, as memórias imbuídas nesse patrimônio como fonte para se chegar à história da localidade. Além disso, ao identificar o patrimônio, o capítulo procura analisar os diferentes modos de apropriação e uso por parte da população atual em relação aos bens culturais, contribuindo assim para a valorização e conservação dos bens culturais que fazem parte da coletividade local, já que a preservação desses bens propicia um legado para que futuras gerações possam também aferir as histórias da região estudada.

---

Graça e Costa. Colaboração do Departamento de História da UFPE. Introdução de Potiguar Matos. Notas de Gilvan de Almeida Maciel. - Recife: Cepe, 1985. 295 p. (Coleção Documentos Históricas Municipais).

<sup>35</sup> Para a análise dos inventários post-mortem nos baseamos metodologicamente nos trabalhos de Alain Collomp, Leila Algranti e Fábio Kühn. Os dois últimos pesquisadores procuravam realizar um diálogo entre as descrições dos bens dos inventários e os relatos dos cronistas que percorreram o território da América portuguesa durante o período colonial. Já Collomp se utilizava dessa mesma metodologia para fazer um estudo dos espaços e habitações inseridos no continente europeu. CF. ALGRANTI. Op. cit.; COLLOMP. Op. cit.; KÜHN, Fábio. “*Casa quanto chegue, campo a perder de vista*”: a cultura material da elite colonial no sul da América portuguesa. In. GANDRA; POSSAMAI (org.). *Estudos de História do Cotidiano*. – Pelotas : Ed. da UFPel, 2011.

No segundo capítulo, *Nas “habitações dos matos em que viviam como irracionais...”*:<sup>36</sup> *o olhar do colonizador, expansão colonial e formação de vilas e povoados em Ararobá*, procuramos discutir a expansão colonizadora nos antigos sertões do Ararobá e as criações de vilas e povoados. Buscaremos analisar a formação territorial do povoado de Alagoinhas, e discutiremos as percepções dos cronistas, autoridades coloniais em relação aos espaços sertanejos. Para o desenvolvimento da pesquisa deste capítulo nos balizamos principalmente nos estudos realizados por Kalina Vanderlei Silva, Pedro Puntoni, Ricardo Pinto de Medeiros e Fatima Martins Lopes. Esses autores analisaram os espaços sertanejos das capitanias do Norte do Brasil, durante o período colonial, através da perspectiva de uma história social.

Já no terceiro capítulo, *Nas “Lagoinhas” dos sertões: espaço, habitações e cultura material*, procuramos analisar o cotidiano dos colonizadores que ocuparam a localidade, as formas de apropriações dos espaços naturais e o uso desses espaços para produção dos mais variados bens culturais. Apesar de possuírem um recorte espacial diferente do nosso, os trabalhos realizados por Alain Collomp, Leila Algranti, Fábio Kuhn e Robert Smith ampliaram nossos horizontes acerca das formas de habitações, alimentações, usos de objetos e constituição familiar nas áreas rurais. Já os trabalhos de Ana Nascimento e Suely Luna nos fizeram perceber a importância do conhecimento dos espaços naturais para compreensão da elaboração da cultura material produzida pelas sociedades. Utilizamos como fonte de pesquisas os bens culturais de Alagoinha, comparados com as descrições dos bens inventariados pertencentes à antiga Comarca de Cimbres e com os relatos dos cronistas que escreveram sobre os espaços dos sertões pernambucanos.

Sendo assim, através do entrecruzamento de todas essas fontes embarcamos numa jornada, perpassando por “*ásperos*” caminhos, serras escarpadas, vegetação seca e espinhosa, repletos de índios e negros taxados durante o período colonial como “*bárbaros*” e “*ferozes*”; chegando até os ditos “*civilizados*” campos, sítios, povoados e vilas ocupados por “*ávidos*” colonizadores. O ponto de partida são os atuais lugares de memória da cidade de Alagoinha, com suas significações e ressignificações que remetem a um passado colonial. A partir desses lugares procuramos retroagir no tempo para analisar as formações desses espaços, seus usos, transformações e vivências promovidas pelos diversos grupos humanos que habitavam os sertões de Pernambuco durante os séculos XVIII e XIX.

---

<sup>36</sup> Escolha do local da vila de Cimbres – Edital para feitura nele declarada. FIAM/CEHM. *Livro da criação da vila de Cimbres (1762 – 1867)*. - Recife: Cepe, 1985. 295 p. (Coleção Documentos Históricos Municipais). p. 40.

## 2. CONHECENDO OS LUGARES DE MEMÓRIA: A IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ALAGOINHA E SEU ENTORNO

*O que herdades dos pais deves bem aplicar, se o  
queres possuir torna utilizável!*  
(Goethe)<sup>37</sup>

Toda cidade tem suas memórias, histórias, silêncios. Duzentos anos depois de surgir como um povoado, no ano de 1805, Alagoinha ainda guarda informações sobre as características de uma sociedade colonial inserida nos sertões de Pernambuco. Muitas dessas informações estão presentes no casario, ruas, caminhos, serras, lajedos e lagoas que compõem seus espaços. A cidade é uma criação humana e se origina através do trabalho da coletividade. Ela pode mostrar através da sua materialidade o registro da presença humana de outrora. Herdada dos povos passados, essa materialidade, tratada aqui como cultura material, atravessa o tempo, sofrendo ou não mudanças físicas e se transforma em patrimônio cultural legado à posteridade, tornando-se uma inscrição que permite o estudo das sociedades dos tempos idos.<sup>38</sup> Daí a sugestão do patrimônio ser tratado como documento, o que possibilita sua leitura, pois como afirma Francisco Ramos: “*Se aprendemos a ler palavras, é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas. Além de interpretar a história através dos livros, é plausível estudá-la por meio de objetos*”.<sup>39</sup> Nesse sentido, procurou-se realizar aqui um estudo da história pela identificação e análise da cultura material, dos bens imateriais e naturais que compõem o patrimônio alagoinhense.

Ao utilizar o patrimônio cultural do município de Alagoinha como fonte para a pesquisa histórica primeiramente foi necessário conhecê-lo e identificá-lo junto a sua população.<sup>40</sup> Partindo desse princípio, as informações coletadas através das prospecções

<sup>37</sup> GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. Coleção Biblioteca Universal. – São Paulo: Editora Três, 1974. p. 51.

<sup>38</sup> De acordo com Françoise Choay, o domínio patrimonial compreende também os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades. CHOAY, op. cit., p. 13.

<sup>39</sup> RAMOS. Op.cit. p. 21 e 22.

<sup>40</sup> Para a concepção do patrimônio alagoinhense, o trabalho se baseou no conceito de patrimônio cultural proposto pela constituição brasileira de 1988: Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os

empreendidas pelo projeto “*Educação patrimonial em Alagoinha/PE – melhoria na qualidade de vida da população*” e por uma série de ações pontuais de educação patrimonial promovidas na Escola Estadual Gonçalo Antunes Bezerra contribuíram para o levantamento dos bens culturais da localidade.<sup>41</sup> Em outras palavras, a realização do projeto e das ações educativas oportunizou a identificação do patrimônio, pois a ação integrada da comunidade em geral propiciou diversos tipos de dados sobre esses bens. Estas pessoas trouxeram significativas contribuições ao fornecer informações sobre as particularidades da região como, por exemplo, a localização dos bens, os caminhos a serem percorridos, os nomes dos proprietários de terras, sítios, casas que formam os espaços naturais e construídos de Alagoinha. Nesse sentido, ao conduzir os pesquisadores a esses espaços, a população não só contribuiu para a identificação desse patrimônio como também para a afirmação de seu papel de cidadãos junto à construção de uma sociedade que se reconheça culturalmente diversa e plural.<sup>42</sup>

---

conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. BRASIL Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 16/Nov./2011.

<sup>41</sup> O projeto, executado durante o segundo semestre de 2006, foi resultado da parceria entre Universidade Federal Rural de Pernambuco e o Instituto Ouricuri, através de financiamento do Ministério da Educação, e integrou pesquisas e ações sociais na valorização patrimonial. Já as ações pontuais de educação patrimonial na Escola Estadual aconteceram entre os anos de 2008 e 2011 e foram constituídas por séries de palestras, exposições e pesquisas de campo, realizadas por educandos e educadores da Secretaria de Educação do Governo de Pernambuco.

<sup>42</sup> Segundo a Constituição Brasileira de 1988, não cabe exclusivamente ao Estado a função de valorização e preservação do patrimônio cultural, pois com a colaboração da comunidade, o Poder Público “promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 16 nov. 2011.

**Foto 1 - Atividade de educação patrimonial em Alagoinha.**



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2006

Através dos trabalhos de pesquisa de campo foram identificados tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais de Alagoinha e seu entorno (Cimbres, Pesqueira, Venturosa), alguns bens que compõem o patrimônio cultural da região. Nas áreas rurais, além da vegetação típica e das serras que circundam as localidades, encontram-se os sítios Pintada, Carrapicho e Santa Rosa com vestígios materiais de ocupações pré-coloniais e coloniais. Já nas áreas urbanas, apesar das transformações ocorridas com o passar dos anos, são verificados casarios, estradas e caminhos que foram erigidos durante o período da expansão colonial na região. Nesses locais mais urbanizados – como, por exemplo, o núcleo urbano de Alagoinha e o distrito de Cimbres, em Pesqueira – encontram-se edificações que remetem aos séculos XVIII e XIX.

### **2.1.Serras, vegetação, lagoas, lajedos: os espaços naturais do semiárido**

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988 os sítios de valor paisagístico e ecológico estão incluídos como patrimônio cultural. Sendo assim, a caatinga, serras, lajedos e lagoas que compõem a paisagem e o ecossistema da região onde Alagoinha está inserida se tornam um conjunto de bens culturais para a atual sociedade, pois remetem à memória dos diferentes grupos humanos que frequentaram esses lugares. O estudo dessas paisagens e



ecossistemas permite aferir como as sociedades do passado utilizavam os locais para sobrevivência, extraindo recursos naturais necessários para constituição de habitação, de alimentos, de trabalhos.<sup>43</sup> Daí a importância de se conhecer as configurações paisagísticas do semiárido.

O relevo de Alagoinha e seu entorno possui formações rochosas fundamentais para o acúmulo de águas das chuvas (foto 2). Segundo André Proença, em grande parte da região onde Alagoinha está inserida o relevo mostra a predominância de superfícies aplanadas, sendo as áreas de depressões periféricas as que apresentam a topografia mais rebaixada. O planalto tem seus limites entre as áreas escarpadas e as áreas de depressões, tendo nas suas encostas pouca formação de solo e grandes afloramentos rochosos de granito. Aliás, são nesses afloramentos rochosos, também conhecidos por lajedos, que durante o período de chuva se formam lagoas de águas naturais que chegam a ter centenas de metros de extensão e que são capazes de armazenar uma porção substancial de água (foto 2).<sup>44</sup> Segundo dados do IBGE, inúmeros tanques naturais encravados nos lajedos circundam a sede municipal, dentre eles:

“Caldeirão de São Francisco, conhecido por Caldeirão do Padre, com capacidade cúbica de 5 850 m e área de 1900 m<sup>2</sup>, aproximadas. Caldeirão do Junco, com capacidade para armazenamento de 5 639 metros cúbicos e área de 2 370 m<sup>2</sup>, em cálculo aproximado. Lagoa de Baixo, armazenando 14. 400 m<sup>3</sup> com uma área de 4. 960 m<sup>2</sup>.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> Segundo Marcus Carvalho e Ana Laura Teixeira de França, o conhecimento do meio ambiente é importante para se estudar a história social de uma localidade. “Devemos pensar também nas matas, nas serras, nos rios, nas grotas, nas cavernas, na chuva, no sol. Essa mata é também uma fonte para a história social”. CARVALHO, Marcus; FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. *Palmares, a cabanada, a “gente das matas”*. In GOMES, Flávio (org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010. p. 132 e 133.

<sup>44</sup> PROENÇA, A. L. *Onde viviam aqueles que por aqui passaram?* proposta interpretativa para as ocupações Pré-Coloniais no Agreste Pernambucano. Recife: UFPE, 2007.

<sup>45</sup> IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. v. 13. p. 33.

### Foto 2 - Lajedos e lagoas que circundam o município



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

O núcleo habitacional que deu origem ao povoado de Alagoinhas foi assentado sobre esses lajedos, próximo às lagoas, sendo que ainda hoje muitos moradores utilizam esse tipo de formação rochosa como base para a construção de suas casas. O problema é que além da extração do granito utilizado na pavimentação da cidade, a proximidade das habitações em relação a algumas lagoas tem contribuído para a degradação da localidade. Diversas famílias usam suas águas para realizar variadas atividades domésticas, entre elas lavar roupas com produtos químicos (detergente, água sanitária). Esses produtos, juntamente com o lançamento de resíduos plásticos nas águas, provocam a poluição das lagoas. Também muitas casas instaladas sobre esses lajedos não possuem rede de saneamento, o que leva o carreamento de esgoto e lixo para a localidade. Algumas dessas casas possuem currais e pocilgas bem próximos às águas, contribuindo para a proliferação de excrementos. A degradação é tão grande que algumas lagoas chegaram a ser aterradas para construções ilegais de casas, evidenciando o desordenado crescimento urbano (foto 3).

**Foto 3 – Degradação: resíduos plásticos no entorno da lagoa**

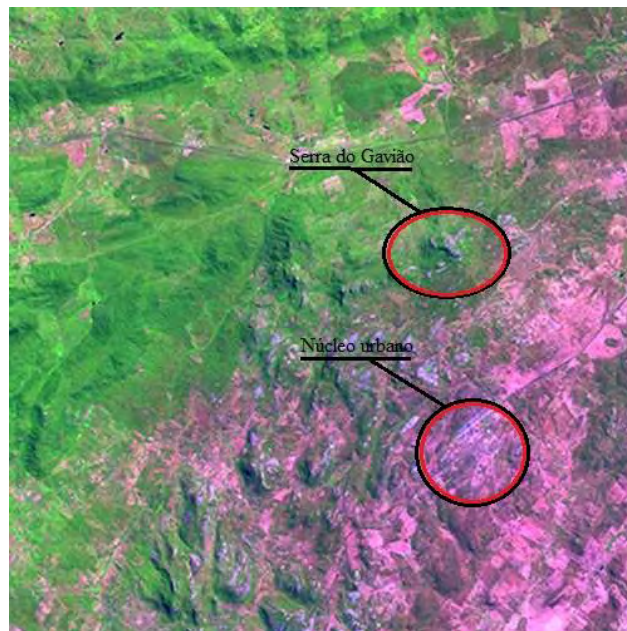
Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

Já a Serra do Gavião, localizada entre os municípios de Alagoinha e Pesqueira, aparece no processo cível de divisão de terras de 1835 como um dos marcos de divisa territorial da propriedade do antigo sítio Alagoinhas.<sup>46</sup> Possuindo uma altitude de 950 metros acima do nível do mar, atualmente a serra ainda continua sendo um marco geográfico, desta vez dividindo os municípios de Alagoinha e Pesqueira (foto 4). No seu sopé é encontrada vegetação de caatinga de pequeno porte, mas ao longo da subida de sua encosta se percebe um aumento na altura da vegetação, caracterizada por formações arbóreas de porte mais elevado.

---

<sup>46</sup> INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Processo cível de Divisão da propriedade Alagoinhas*. Acervo Orlando Cavalcanti-CX.150, 1835.

## MAPA 2- Localização da Serra do Gavião e do núcleo urbano de Alagoinha



Fonte: Adaptado Embrapa, 2005<sup>47</sup>

## Foto 4 – Vista da Serra do Gavião



Fonte: Foto de Alexandre Bittencourt

<sup>47</sup> Carta SC-24-X-B-II-3-SE. MIRANDA, E. E. de; (Coord.). *Brasil em Relevo*. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

A mudança no aspecto da caatinga pode ser causada pela presença de lagoas incrustadas nos lajedos de granito da serra que proporcionam microclima mais ameno, permitindo melhores condições para o crescimento da vegetação. No cume, a vegetação se torna mais escassa por conta da pouca formação de solo, predominando mais os afloramentos rochosos. Entre as rochas se desenvolvem algumas espécies de cactáceas, como o mandacaru, xique-xique, facheiro e outras plantas do clima semiárido.<sup>48</sup> A Serra do Gavião possui boa parte de sua vegetação preservada, entretanto são verificadas certas clareiras formadas pela queima da caatinga. É comum também a presença de caçadores, pois a localidade é frequentada por animais que compõem a fauna do semiárido, como serpentes, pássaros e mamíferos de pequeno e médio porte (preás, mocós, tatu). A exploração desenfreada do turismo vem contribuindo para a proliferação de lixo orgânico e de resíduos plásticos na localidade.

---

<sup>48</sup> Para maiores detalhes sobre as formações das paisagens das microrregiões do Moxotó e Ipanema onde estão localizados os municípios de Alagoinha, Pesqueira, venturosa, entre outros, conferir PROENÇA, *Op. Cit.* p. 54-57.

## 2.2. “Cidades petrificadas e inscrições lapidares” - uma herança cultural pré-colonial <sup>49</sup>

Antes da chegada dos colonizadores no interior dos sertões de Pernambuco, a região era ocupada por uma enorme variedade de povos indígenas. Povos estes que ao alterarem o ambiente ao seu redor deixavam suas marcas no tempo e no espaço através da elaboração de diversos tipos de cultura material, entre eles as pinturas rupestres e os artefatos líticos. Atualmente encontrados em locais designados como sítios arqueológicos, os artefatos pré-coloniais atravessaram o tempo e se transformaram em heranças culturais e, como tal, enquadram-se na categoria de patrimônio cultural brasileiro.

Segundo Pedro Paulo Funari, as pinturas rupestres e os artefatos líticos são evidências materiais da presença de grupos humanos pré-coloniais e que muito podem dizer sobre os aspectos sociais e culturais desses povos do passado. Os líticos, artefatos feitos de pedra, podem informar sobre “a caça, a pesca, a agricultura e a tecnologia para transformar materiais brutos em bens manufaturados, para construir habitações ou para remodelar os terrenos...”.<sup>50</sup> Da mesma forma, as pinturas rupestres podem contribuir para se conhecer as características das sociedades pré-coloniais. Algumas pinturas representam humanos e animais e assim mostram como se caçava e se pescava, assim como retratam rituais e festas, constituindo-se como uma fonte de informação. Já “outras representam uma imensa diversidade de signos abstratos, a maioria ainda com significado desconhecido para os pesquisadores”.<sup>51</sup>

Nas microrregiões do Vale do Ipanema e do Vale do Ipojuca, onde Alagoinha está situada, são encontrados diversos sítios arqueológicos com a presença de pinturas rupestres, classificadas pelos arqueólogos como grafismos de tradição Agreste.

“(…) seu nome deve-se a grande concentração de sítios com pinturas rupestres localizados nos pés de serras, várzeas e brejos da região agreste de Pernambuco e do sul da Paraíba, mas, na verdade, trata-se de uma tradição rupestre extremamente difundida por todo o Nordeste, tanto nos ‘agrestes’ como nas áreas sertanejas semi-áridas. As principais características dessa tradição são os grafismos

<sup>49</sup> A expressão “cidades petrificadas e inscrições lapidares” foi inspirada no trabalho de pesquisa realizado por Tristão de Alencar Araripe. De acordo com Pereira da Costa, o Conselheiro Tristão pesquisou pinturas indígenas na rocha e escreveu “Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil, inserta na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, parte primeira do Tomo L, de 1887”. Cf. COSTA F. A. P. *Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais. 1987. v. 7. (Coleção Pernambucana). p. 62

<sup>50</sup> FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco da Silva. *Pré-história do Brasil*. – São Paulo: Contexto, 2005. 2. Ed. – (Repesando a História). p. 16

<sup>51</sup> Idem. p. 19



de grande tamanho, geralmente isolados, sem formar cenas e, quando estas existem, apresentam-se compostas por poucos indivíduos ou animais”.<sup>52</sup>

Alguns desses sítios com a presença da tradição agreste podem ser verificados em áreas que compõem o território do município de Alagoinha e seu entorno. Situado no povoado de Laje do Carrapicho, Alagoinha, o sítio da Mão-de-Sangue consta de um matacão rochoso que abriga um painel de pinturas rupestres, próximo a uma lagoa represada (foto 5).

**Foto 5 - Vista do matacão rochoso – Pedra da Mão-de-Sangue**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

O acesso se dá por trilha que se inicia a partir da porteira de uma chácara, na qual o sítio está localizado. Nesse painel, são verificados traços e círculos que são interpretados pelos moradores do povoado como a representação de uma mão (foto 6). Lá também são notados outros traços e manchas pouco perceptíveis, que parecem ter o aspecto de um carimbo em forma de mão. De acordo com Alves, Luna e Nascimento, marcas de mão em

---

<sup>52</sup> ALVES, Cláudia; LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana. O Sítio Arqueológico Alcobaça, Buíque – Pernambuco: primeiros resultados. *Clio*, Recife, v 1. n. 11, p. 87 a 98, 1995-1996, (Série Arqueológica).

positivo são características marcantes da tradição Agreste.<sup>53</sup> Segundo Andre Proença, o sítio está inserido em uma localidade que contém elementos necessários à sobrevivência humana, como abrigo, presença de água e solo propício para o cultivo (foto 7): “*acredita-se que este sítio esteja relacionado a uma ocupação sazonal de exploração de recursos periódicos como alguns coletados, manejados ou ainda cultivados, assim como também a caça*”<sup>54</sup> Daí a localidade ser considerada de importância estratégica para os grupos pré-coloniais que frequentavam a região.

**Foto 6 - Representação de mão humana, Pedra da Mão-de-Sangue**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

---

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> PROENÇA. *op. cit.*, p. 71.



**Foto 7 - Abrigo rochoso, Pedra da Mão-de-Sangue**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

Por sua vez, localizada no povoado do Magé, a serra ou serrote do Pontudo abriga em seu cume exemplo de grafismo rupestre. O acesso a localidade se dá por uma estrada de terra no sentido Centro de Alagoinha/ Distrito de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Entre esses dois núcleos urbanos se encontra o dito povoado. Chegando lá é necessário seguir uma trilha por dentro de campos de cultivo de palma, passando por área de pasto até chegar ao sopé da serra (foto 8).

**Foto 8 - Serrote do Pontudo, povoado do Magé, Alagoíinha-PE**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

Subindo a encosta, passa-se por dentro da caatinga até chegar ao cume, onde estão situados vários blocos rochosos. Através da observação de campo, percebeu-se que a pintura rupestre está inserida em uma localidade que pode ser vista a enorme distância. De acordo com André Proença, os registros rupestres da tradição agreste geralmente são encontrados em blocos que se destacam na paisagem e que podem ser percebidos a grandes distâncias.<sup>55</sup> Tal se dá com o serrote do Pontudo, uma localidade que se destaca no horizonte da paisagem e cujo cume proporciona uma ampla visão do entorno. Provavelmente os grupos pré-coloniais

---

<sup>55</sup> PROENÇA, *Op. Cit.*, p. 05

utilizavam estrategicamente o local como marco de localização e/ ou como mirante da paisagem (foto 9).

**Foto 9 - Paisagem observada do alto do serrote do Pontudo**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

Em um dos blocos do serrote se encontra um grafismo isolado, parcialmente visível, de um antropomorfo (foto 10) e, mais à direita, outro composto por traços pouco perceptíveis. Segundo Alves, Luna e Nascimento, figuras que representam antropomorfos são características de registro rupestre da tradição Agreste. Geralmente são de aspecto grotesco, estático e isolado. Além deles, são elementos que também levam a identificar a tradição Agreste: os grafismos em forma de grade, espirais e linhas sinuosas de vários tamanhos e que, aparentemente não guardam nenhuma relação entre si.<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> ALVES; LUNA; NASCIMENTO, *Op. Cit.*,



**Foto 10 - Grafismo de antropomorfo parcialmente visível**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

Já o sítio Pintada, cujo nome advém das pinturas rupestres presentes em um matacão rochoso, também pertence ao município de Alagoinha e se encontra situado próximo ao povoado do Alverne (foto 11). No matacão existe um painel de grafismos rupestres da tradição agreste, composto de pequenas marcas de tinta e de seis representações de figuras humanas (foto 12). Passando próximo ao sítio (cerca de 400 metros), encontra-se o rio Liberal. Além de ter servido para os primeiros colonizadores como marco de divisa territorial

da propriedade do antigo sítio Alagoinhas<sup>57</sup>, o rio possivelmente foi utilizado anteriormente pelos povos pré-coloniais como um local estratégico para sobrevivência. Isto porque a presença do matacão rochoso com suas pinturas rupestres próximo ao rio sugere que os grupos indígenas frequentavam esses locais em busca de água e outros recursos naturais. Segundo Andre Proença, “(...) o rio próximo ao sítio da Pedra Pintada oferece condições de ocupação mais prolongada, tanto pelo curso de água como por outros recursos eventualmente disponíveis nas proximidades, entre a fauna e a flora”.<sup>58</sup>

**Foto 11 - Vista do matacão rochoso, Sítio Pintada**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

---

<sup>57</sup> De acordo com a descrição do processo civil de divisão de terras de Alagoinhas, em 1835 o rio Liberal aparece como um dos acidentes geográficos utilizados como marco de divisa de Alagoinhas. Cf. INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Processo cível de Divisão da propriedade Alagoinhas*. Acervo Orlando Cavalcanti-CX.150, 1835.

<sup>58</sup> PROENÇA, *Op. Cit.*, p. 70.

**Foto 12 - Detalhe de um antropomorfo**

Fonte: foto de Márcio Wênio

Através das identificações das localidades acima, percebeu-se a presença de pinturas rupestres em áreas que compõem o atual município de Alagoinha, pinturas estas que contribuem para aferir sobre os aspectos sociais e culturais de homens e mulheres que frequentavam esse território antes da chegada dos colonizadores. Entretanto, um dos desafios para que se possa estudar a história e cultura dos grupos pré-coloniais é a preservação dos bens culturais deixados por essa gente. Segundo Funari e Noelli, para estudar o passado dos povos pré-coloniais que habitavam o que hoje é o Brasil, é preciso ter acesso às fontes que remetam a ele. O problema é que em boa parte do país essas fontes vêm sendo degradadas pela ação do tempo e principalmente pela ação antrópica. “*O ritmo acelerado de construções urbanas e de utilização de amplas áreas de agricultura tem contribuído para destruir numerosos sítios arqueológicos*”.<sup>59</sup>

Na região a qual Alagoinha faz parte, segundo André Proença, formas desordenadas do crescimento urbano e da prática da agricultura têm contribuído para a aceleração da degradação do patrimônio arqueológico. Certas áreas de afloramentos rochosos têm sido utilizadas para a extração do granito. A exploração desse tipo de rocha na pavimentação de ruas, casas e barragens causa a destruição de pinturas rupestres, como por exemplo, parte do

---

<sup>59</sup> FUNARI; NOELLI. *Op. Cit.* p. 105

bloco da Pedra Pintada que foi removida para construção de uma barragem. Outro problema marcante é a queima da vegetação para o aproveitamento das áreas para o cultivo. Certos painéis com pinturas rupestres encontram-se próximos dos locais de queimada. Além de acelerar o processo de degradação da rocha por conta do calor do fogo, a fumaça exalada contribui para o escurecimento dos grafismos rupestres. Já alguns matacões rochosos são utilizados por caçadores locais para breve repouso. Ao utilizar os matacões como abrigo, essas pessoas muitas vezes acendem fogueiras para iluminar a noite ou para espantar animais peçonhentos, contribuindo também para a degradação das pinturas rupestres.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> PROENÇA, *Op. Cit.*

### 2.3. Territórios quilombolas: uma herança cultural afro-brasileira

Nos séculos de colonização da América portuguesa, inúmeros foram os registros de escravos fugitivos no Recôncavo da Bahia e na Capitania de Pernambuco. Estes homens e mulheres se embrenhavam nas matas procurando se esconder das perseguições promovidas pelos colonizadores e terminavam por formar quilombos.<sup>61</sup> Passados vários séculos, muitos descendentes dessa “gente dos matos” ainda são encontrados em diversas áreas do território brasileiro.<sup>62</sup> E essas pessoas possuem bens culturais como territórios e formas de trabalho, de alimentação, de moradia, entre outros, herdados dos seus antepassados que viviam em quilombos.<sup>63</sup>

Os territórios quilombolas são considerados por lei como patrimônio cultural brasileiro. Segundo o artigo 216 da Constituição brasileira de 1988, sobre o patrimônio cultural, “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”.<sup>64</sup> Já o artigo 215 afirma que além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”, contribuindo para a “valorização da diversidade étnica e regional”.<sup>65</sup>

Nesse sentido, amparado pela Constituição Federal, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) vem, desde 2010, desenvolvendo uma série de atividades relacionadas ao

<sup>61</sup> GOMES, Flávio (org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

<sup>62</sup> Segundo Flávio Gomes, contagens provisórias informam que os números de povoações remanescentes de quilombos chegam a atingir mais de quatro mil espalhadas pelo país. Já Adelmir Fiabani afirma que, de acordo com dados oficiais, no ano de 2004 já existiam 743 áreas definidas como remanescentes de quilombos no Brasil. Dessas, somente 72 comunidades quilombolas possuem titulação de suas terras. GOMES, *Op. Cit.*; FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. – São Paulo: Expressão popular, 2005.

<sup>63</sup> Recentemente, há uma discussão em torno do que se pode considerar comunidade quilombola no Brasil. De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) o conceito atual de quilombo é qualquer comunidade rural de afro-descendentes com aspectos culturais associados ao passado. O termo quilombo se refere, sobretudo, a grupos “que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio”. Apud. FIALBANI. *Op. Cit.* p. 390. Segundo a Fundação Cultural Palmares, do Governo Federal, que confere às comunidades o direito ao título de posse da terra, “Quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos”. BRASIL Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/Nov./2011. O presente trabalho não pretende entrar no mérito da questão do conceito de quilombo, mas identificar as heranças culturais deixadas pelos antigos escravos cativos ou libertos (economia de subsistência, formas de habitação, formas de trabalho) que ainda são utilizadas pelos atuais afro-descendentes de Alagoínia..

<sup>64</sup> BRASIL Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%3%A7ao.htm). Acesso em: 16/Nov./2011.

<sup>65</sup> Idem.



reconhecimento de territórios quilombolas que compõem o município de Alagoinha - PE, como os povoados de Laje do Carrapicho, Magé e Alverne.<sup>66</sup>

O objetivo é levar à população os direitos dos quilombolas e a necessidade de reconhecimento dos mesmos para implementação de políticas públicas. Além disso, é preciso conhecer a realidade local, condições de moradia, saúde e educação dos remanescentes de quilombos da região, para assim, acionar às autoridades que possam garantir os direitos dessas comunidades.<sup>67</sup>

Os remanescentes quilombolas de Alagoinha e de outros municípios próximos, como Pesqueira, utilizam os espaços de seus territórios para uma série de atividades, como criação de animais, práticas agrícolas, construção de moradias, festividades, caracterizando variadas formas de uso dos elementos fornecidos pelo ecossistema da região.

Na comunidade quilombola de Laje do Carrapicho, por exemplo, existe um terreiro – espaço de terra batida, largo e plano, sombreado por árvores – que fica localizado em frente das habitações do povoado. Esse espaço ao ar livre é utilizado pela população para prática de diversas atividades, como reuniões e festividades (foto 13). Segundo Pereira da Costa, no século XIX, o termo “*terreiro*” significava “*certa área de terra, limpa, em frente à casa de vivenda de uma propriedade rural, ou de uma habitação qualquer*”.<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> De acordo com a matéria vinculada no site do Ministério Público de Pernambuco, “*MPPE marca audiências públicas com comunidades quilombolas de Alagoinha*”, na quinta-feira, 10 de junho de 2010,

“Embora a questão da regularização fundiária seja atribuição do Ministério Público Federal, o MPPE pode assistir as comunidades na garantia desses outros direitos básicos, independente da titularização da terra. Um exemplo disso é o apoio na solicitação de benefícios e aposentadorias junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na condição de agricultores familiares, que não precisam contribuir para serem atendidos pela previdência”. PERNAMBUCO. Ministério Público. *MPPE marca audiências públicas com comunidades quilombolas de Alagoinha* [http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/20101006\\_alagoinha](http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/20101006_alagoinha). Acesso em: 16/Nov./2011.

<sup>67</sup> PERNAMBUCO. Ministério Público. *Promotora realiza audiências públicas para ouvir quilombolas de Alagoinha nesta quinta-feira*. Terça-feira, 6 de julho de 2010. Disponível em: [http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/20100607\\_alagoinha](http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/20100607_alagoinha). Acesso em: 16/Nov./2011.

<sup>68</sup> COSTA. Op. cit. p. 743.

**Foto 13 - Detalhe do terreiro com casas ao fundo**



Fonte: acervo da Escola Estadual Gonçalo Antunes Bezerra

Apesar das casas das comunidades quilombolas de Alagoinha e seu entorno serem de períodos recentes, as técnicas construtivas de algumas habitações provavelmente não diferem muito das formas de moradia dos antigos quilombos ou mocambos de séculos atrás. Isso porque o tipo de material utilizado em algumas casas desses remanescentes quilombolas são possivelmente os mesmos que os escravos africanos do período colonial utilizavam na confecção de suas habitações, pois os escravos fugidos daquele período utilizavam os recursos naturais do meio ambiente para sua sobrevivência.<sup>69</sup> Ou seja, da mesma forma que os antepassados quilombolas retiravam da natureza matéria-prima para confeccionar algumas de suas habitações, os seus descendentes também o fazem, através da extração da argila, palha e

---

<sup>69</sup> Marcus Carvalho, Laura Teixeira e Adelmir Fiabani afirmam que os homens e mulheres que habitavam os quilombos tinham o conhecimento do uso de matérias-primas que o meio ambiente oferecia, no intuito de utilizá-las para sua própria sobrevivência. Já Robert Smith coloca que durante o período colonial os alojamentos de escravos geralmente eram feitos de palha, barro e madeira, cujas técnicas e materiais apropriados da cultura indígena até hoje são encontrados em certas comunidades brasileiras. Cf. FIABANI, *Op. Cit.*; CARVALHO; FRANÇA. In GOMES *Op. Cit.*; SMITH, Robert C. *Igrejas casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira*. – Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1979.

madeiras típicas da região. É o que se pode perceber no material utilizado na construção de uma casa no sítio Caldeirão, localizado na divisa de Pesqueira com Alagoinha (foto 14).

**Foto 14 - Fachada de uma moradia feita de barro e madeira na comunidade quilombola do sítio Caldeirão**



Fonte: acervo da Escola Estadual Gonçalo Antunes Bezerra

As identificações das técnicas e da matéria-prima que compõem os espaços e habitações acima contribuem para aferir sobre os aspectos sociais e culturais de diversos homens e mulheres que frequentavam e frequentam esse território desde o período colonial até o presente. Entretanto, apesar do legado histórico-cultural das comunidades, esses remanescentes quilombolas passam por uma série de problemas sociais que vão desde a precariedade na educação, passando pela saúde e moradia. Nesse sentido, tentando dar vazão a essas dificuldades, o Ministério Público de Pernambuco, de forma ainda incipiente, procura realizar audiências no intuito de promover o conhecimento da realidade local e valorização dos quilombolas.

#### **2.4.As habitações e o núcleo urbano: uma herança cultural dos colonizadores**

Construídas nos antigos sertões de Ararobá de Pernambuco com a função de dar abrigo, seja para morada ou trabalho, as casas de Gonçalo Antunes Bezerra e Manuel Vicente D'anunciação (edificadas no início do século XIX) e a casa do Senado da Câmara da vila de Cimbres (erigida em 1762), sofreram diversas modificações com o passar dos séculos.

Situado na antiga fazenda Lagoa dos Cavalos (hoje sítio Santa Rosa, localizado no município de Alagoinha), atualmente o casarão do sítio Santa Rosa, pertencente originalmente a Manuel Vicente d'Anunciação permanece exercendo sua função de domicílio, com uma família residindo em seu espaço (foto 15). No entanto, a edificação passou por diversos tipos de reformas que alteraram a constituição de alguns elementos arquitetônicos, tanto da área externa quanto da interna. Além de instalações elétricas, foram colocadas calhas de alumínio para apurar a água da chuva que escorre pelo telhado (foto 16). A residência teve também algumas janelas interditadas e certos trechos das paredes da fachada e calçada foram enxertados com cimento (foto 17).

**Foto 15 – Fachada do casarão do sítio Santa Rosa**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt/ Márcio Wênio



**Foto 16 – Detalhe da calha**



Foto de Alexandre Bittencourt

**Foto 17 – Parede lateral com janelas interditadas**



Foto de Alexandre Bittencourt

Enquanto o casarão do sítio Santa Rosa manteve durante anos sua função original de domicílio, o mesmo não pode ser dito das outras duas edificações (a casa de Gonçalo Antunes

Bezerra, em Alagoinha, e casa do Senado da Câmara, em Cimbres) que perderam seu objetivo primário de dar abrigo a pessoas e, com o passar do tempo, terminaram sendo alçadas a categoria de monumento histórico.<sup>70</sup>

Localizada no centro do município de Alagoinha, a antiga morada de Gonçalo Antunes Bezerra continua resistindo às deteriorações causadas com o passar dos séculos (foto 18). Há anos não exerce mais sua função de habitação, passando a servir apenas como depósito de material de construção utilizado nas reformas da igreja do município. Considerada a “primeira edificação da cidade”, a casa recebeu uma placa em homenagem no cinquentenário do município em 1998 (foto 19).

**Foto 18 - Fachada da antiga morada de Gonçalo Antunes Bezerra**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

**Foto 19 – Detalhe da placa comemorativa da 1ª edificação**

---

<sup>70</sup>De acordo com Françoise Choay, o sentido original do termo “monumento” vem do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”). É aquilo que traz a lembrança de algo. Seu objetivo é “fazer com que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças”, invocando um passado com fins vitais de contribuir para manutenção e preservação da “identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar”. CHOAY, *Op. Cit.*, p. 17 e 18. Ainda segundo Choay “todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial”. *Idem*, p. 26.



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

Entretanto, embora entendida pela população como patrimônio cultural de Alagoinha, isso não significa que a casa esteja sendo preservada por sua importância comemorativa. Pelo contrário, sua estrutura arquitetônica se encontra num estágio de degradação causado pelo desgaste natural (ação do tempo, da chuva, do sol) e pela ação provocada, isto é, má utilização e falta de manutenção.<sup>71</sup> Na parte interna da edificação, as paredes estão sofrendo várias lesões de pequeno ou grande porte, estacionadas ou progressivas (foto 20).<sup>72</sup> Na área externa, o quintal se apresenta tomado de vegetação que está crescendo nas paredes e em partes do telhado que terminou desabando (foto 21).

<sup>71</sup> Segundo Choay, os *monumentos* são expostos de forma permanente a ação do tempo vivido: “*O esquecimento, o desapego, a falta de uso faz que sejam deixados de lado e abandonados*”. CHOAY, op. cit., p. 26.

<sup>72</sup> De acordo com Eliane Azevedo e Silva e Jorge Passos de Medeiros, as lesões estacionadas ou progressivas são danos causados pela deterioração que comprometem a estrutura das edificações. A primeira se caracteriza por uma posterior paralisação do movimento. Já a segunda acontece quando o movimento continua atuando, podendo provocar desmoronamento. SILVA, Eliane Azevedo e. *Manual do morador de Olinda: conservação das edificações particulares do sítio histórico*. – Olinda: Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1992.

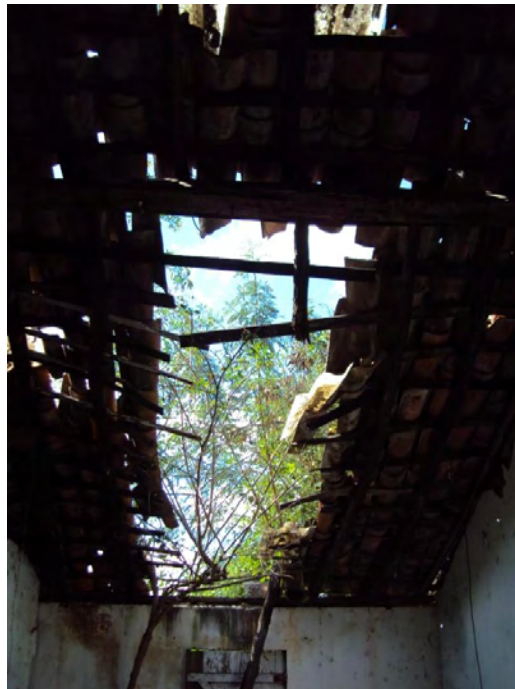


**Foto 20 – Detalhe de lesão progressiva**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

**Foto 21 – Detalhe de partes do telhado desabado**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

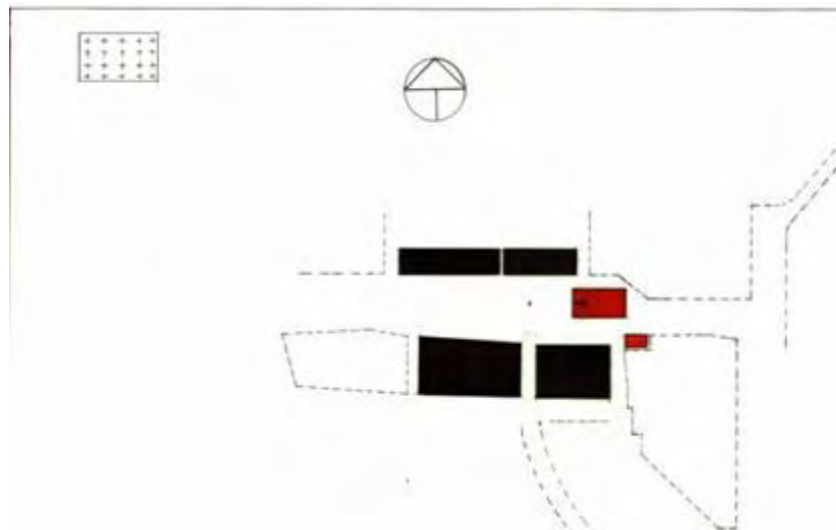


Diferente das duas casas citadas acima, que hoje fazem parte do município de Alagoinha, a antiga casa do Senado da Câmara pertence ao distrito de Cimbres, em Pesqueira. Situado neste município, o patrimônio cultural de Cimbres não se restringe somente aos limites geográficos municipais. Isto porque durante o período colonial a então vila de Cimbres era responsável pela jurisdição e administração de um vasto território nos sertões de Ararobá que incluía diversos sítios e povoados, como por exemplo, Alagoinhas. Nesse sentido, a vila influenciava os aspectos políticos, culturais e sociais de toda essa região, através de certos elementos ordenadores como a antiga casa do Senado da Câmara.

Segundo André Lemoine Neves, pesquisas de campo comprovaram a existência de certas estruturas arquitetônicas (fotos 22 e 23) que remetem ao período da criação da vila durante o período colonial, como por exemplo:

A matriz de Nossa Senhora das Montanhas – reconstruída em 1852 por frei Caetano de Messina, e do Senado da Câmara, situado à direita de quem está de frente para a matriz. A praça ainda guarda a forma original: extremamente larga e comprida, medindo, aproximadamente, 70,00m por 380,00m; nela se situa um cruzeiro, também levantado pelo missionário italiano; o pelourinho há muito foi derrubado (planta 1).<sup>73</sup>

#### Planta 1 - Atual Cimbres:<sup>74</sup>



<sup>73</sup> NEVES, André Lemoine. *Morfologia de núcleos urbanos do agreste pernambucano surgidos no século XVIII*. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. Disponível em: <http://revistas.ceurban.com/numero7/artigos.htm>. Acesso em: 10 jan 2012.

<sup>74</sup> Em preto, as quadras mais antigas (século XVIII), em vermelho, a igreja e o senado da câmara e, em tracejado, as quadras surgidas no século XX. Idem.

**Foto 22 – Vista atual da Praça de Cimbres**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

**Foto 23 – Fachada da antiga casa do Senado da Câmara de Cimbres**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

Desde a década de 50 do século XX a casa teve sua importância reconhecida na história e cultura da região na medida em que passou por um processo de restauração, ganhando, com isso, uma placa comemorativa onde se lê a inscrição: “*Senado da Câmara de Cimbres, restaurado na administração do prefeito Ézio Magalhães Araújo, 1950*” (foto 23). Juntamente com a placa comemorativa da primeira residência em Alagoinha, essa placa da casa do Senado da Câmara evidencia o valor dado pela sociedade atual em relação aos bens culturais legados pelos colonizadores.

**Foto 24 – Detalhe da placa comemorativa da restauração da antiga casa do Senado da Câmara de Cimbres**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

Após as descrições acima, pode-se considerar que Cimbres mantém algumas características arquitetônicas do período colonial, pois mesmo com as alterações urbanas sofridas com o passar dos séculos, ainda assim o local conserva certos elementos coloniais

como a antiga casa do Senado da Câmara, a praça com suas dimensões originais e, embora reformada, a Matriz de Nossa Senhora das Montanhas.

Nesse sentido, analisando os espaços naturais e construídos de Alagoinha e Cimbres se percebeu como os atuais moradores dessas localidades se apropriaram dos bens culturais herdados de certos grupos humanos que viveram antes ou durante o período colonial. Entretanto, diferentes dos patrimônios afro-indígenas (pinturas rupestres e territórios quilombolas) que ainda são poucos conhecidos pela população, os bens culturais deixados pelos colonizadores parecem ser mais valorizados junto aos moradores da região. De qualquer forma, todos esses “*lugares de memória*” servem como “*indícios do passado no presente*” e remetem no tempo a uma região dos sertões de Pernambuco que começou a ser desbravada, conquistada e habitada segundo o processo colonizador dos portugueses.<sup>75</sup>

---

<sup>75</sup> Segundo Peter Burke, o termo “indícios” se refere a manuscritos, livros impressos, prédios, mobílias, paisagem e diferentes tipos de imagens. BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. – Bauru, SP: EDUSC, 2004.

### 3. NAS “HABITAÇÕES DOS MATOS EM QUE VIVIAM COMO IRRACIONÁIS”:<sup>76</sup> O OLHAR DO COLONIZADOR, A EXPANSÃO COLONIAL E A FORMAÇÃO DE VILAS E POVOADOS NOS SERTÕES DE ARAROBÁ

Foi partindo das áreas litorâneas que pouco a pouco os colonizadores se espalharam pelo interior dos territórios da América portuguesa. Nesses locais, aldeamentos, povoados e vilas se ergueram lentamente – principalmente entre os séculos XVIII e XIX – em espaços abertos e zonas distantes dos grandes núcleos urbanos e administrativos do mundo do açúcar. Ao fazer o percurso que levava ao interior, essas pessoas se deparavam com uma série de dificuldades encontradas nos espaços sertanejos. Percorrendo esses caminhos, penetravam em um ambiente tido como inóspito, caracterizado por densa vegetação, animais selvagens, serras, morros, escravos fugidos e variados grupos indígenas. Nesse sentido, imersos num ambiente considerado estranho para as pessoas que habitavam os núcleos urbanos do litoral, os colonizadores sertanejos foram se adaptando a essas novas condições.<sup>77</sup>

Durante o período colonial existia uma inquietação dos habitantes dos núcleos urbanos do litoral do Brasil e do além-mar em relação aos sertões e seus moradores, pois consideravam as características desses espaços e grupos humanos distantes dos padrões de civilidade e racionalidade dos europeus. Aos olhos dos colonizadores predominava o desprezo pelo Outro, *selvagem*, *bárbaro*, que não seguia os modelos de civilização. O *bárbaro* era é o inculto, o rústico, reflexo invertido dos discursos de civilização. O *civilizado*, este sim, era o racional, o honrado.<sup>78</sup> As preocupações com os sertões, com os centros dos matos, com os

<sup>76</sup> Escolha do local da vila de Cimbres – Edital para feitura nele declarada, 1762. FIAM/CEHM. *Livro da criação da vila de Cimbres (1762 – 1867)*. Op. Cit., p. 40.

<sup>77</sup> De acordo com Isnara Pereira Ivo, certos indivíduos – “*cronistas, viajantes, missionários, tradutores, curandeiros – a depender das modalidades de ação e das estratégias e mecanismos instrumentalizados*”, promoviam o rompimento das fronteiras territoriais e culturais entre uma região e outra. “*São eles que realizam a transposição das fronteiras culturais fomentando a mestiçagem, mas não de maneira unilateral – ao mediar, também sofrem as ações da mediação e são agentes dela. No processo de mediação cultural, nem todos os elementos da cultura entram na dinâmica, mas apenas os seus fragmentos*”. IVO, Isnara Pereira. *A conquista do sertão da Bahia no Século XVIII: mediação cultural e aventura de um preto forro no Império Português*. In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz, 2005, Londrina.

<sup>78</sup> Segundo Eni Orlandi, “*falar sobre o ‘outro’ para instituir a imagem de ‘si’, cria sua tradição (sou-sempre-já), além de sua imagem (como deve ser)*”. De acordo José Carlos Reis, o “*processo colonizador*” colocava os não europeus como o ‘outro’, isto é, aqueles que deviam ser “*civilizados*”, europeizados. Este ‘outro’ aparece como “*sub-homens, sub-raças, bárbaros, primitivos, inferiores, homens-criança, homens-fera, homens-natureza, pagãos, selvagens, indígenas, homens-floresta, incultos, iletrados, supersticiosos...*”. Logo, os que possuíam os valores europeus eram tidos como racionais. Cf. ORLANDI, Eni Puccenelli. *Discurso do confronto: velho e novo mundo*. – 2ª ed. – Campinas, sp: Editora da Unicamp, 2008. p. 52; REIS, José Carlos. *História da*

grupos indígenas, inquietavam os colonizadores que objetivavam estabelecer para essa região os padrões considerados civilizados, com seus bons regimes, cultura, comércio.<sup>79</sup> Nesse sentido, nos chamados sertões de Ararobá de Pernambuco foram criadas vilas e povoados, como Cimbres e Alagoinhas, no intuito de expandir os valores de civilização no interior do continente.

Os informes mais antigos sobre os sertões vieram dos primeiros grupos expedicionários que saíam de vários locais do litoral para o interior do continente desde o início da colonização e que, com o decorrer dos anos, foram aumentando em número devido ao crescimento da atividade pecuária e das missões religiosas rumo ao interior da América portuguesa. Ao passo que a expansão colonial avançava em direção ao interior, começaram a aparecer cada vez mais informações, descrições e relatos sobre as paisagens e os habitantes nele inseridos.<sup>80</sup>

Nesse contexto, durante muito tempo se falou em *sertões* para estigmatizar a região que fica além das fronteiras dos centros urbanos. Esse termo foi utilizado entre os séculos XVI e XIX para assim designar o imenso espaço que não estava nas áreas dentro da influência da Coroa portuguesa. Portanto, nos séculos de colonização houve na América portuguesa uma construção da imagem do sertão em oposição às regiões litorâneas, pois espaço considerado civilizado era aquele sujeito à administração colonial, neste caso, os centros urbanos ligados economicamente ao empreendimento açucareiro do litoral. Já o espaço considerado selvagem, os sertões, era aquele que ainda não estava devidamente colonizado, ou seja, não estava inserido na jurisdição metropolitana.<sup>81</sup>

Sendo associados de início a uma região separada do litoral, os sertões passaram a ganhar na América portuguesa um sentido de região inculta e perigosa, bem diferente do litoral, considerado um espaço civilizado. Essa dicotomia aparecia incorporada aos textos da administração colonial e foi utilizada em diversos documentos burocráticos mesmo depois do interior ser quase todo colonizado.<sup>82</sup>

---

“consciência histórica” ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricouer. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 30

<sup>79</sup> Em relação à dicotomia bárbaro e civilizado nos sertões de Pernambuco ver SILVA. Nas Solidões Vastas e Assustadoras. *Op. Cit.*, 2010.

<sup>80</sup> MEDEIROS. *Op. cit.*

<sup>81</sup> CF. SILVA. Nas Solidões Vastas e Assustadoras. *Op. Cit.*

<sup>82</sup> Na documentação da Câmara de Cimbres são encontrados diversos documentos que caracterizavam os sertões como selvagem. Esses documentos serão analisados conforme o andar dos trabalhos. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*

A conquista do interior continental das capitanias do norte do Estado do Brasil no século XVII foi realizada a partir dos interesses da Coroa na expansão territorial, das elites coloniais açucareiras, interessadas na criação de novas possibilidades de aquisição de terras e títulos, e da Igreja na expansão da fé católica nessas regiões. Mas a transformação dessa fronteira em um novo espaço colonial significou também a formação de uma nova elite colonial e a constituição de novas estratégias cotidianas da relação desta com o Estado colonizador e com os grupos sociais que foram configurando a sociedade sertaneja ao longo do século XVIII.<sup>83</sup> E muito dessa relação esteve baseada na imagem que as autoridades coloniais construíram, e alimentaram, sobre o sertão: o espaço da ausência da lei. Imagem oriunda da sociedade açucareira, fortalecida durante a ‘*guerra dos bárbaros*’, e que continuaria a vigorar mesmo após a consolidação das estruturas coloniais no sertão.<sup>84</sup>

A colonização efetiva dos sertões se deu de uma forma lenta e gradual, através das ações do Estado para integrar ambas as regiões – litoral/sertão – em um único padrão, que era o modelo administrativo colonial. Para isso, foram criadas, durante o século XVIII, vilas e povoados em locais estratégicos como Cimbres. Assim a Coroa procurava estabelecer em regiões distantes dos centros de poder formas de controle territorial, social e econômico.<sup>85</sup>

---

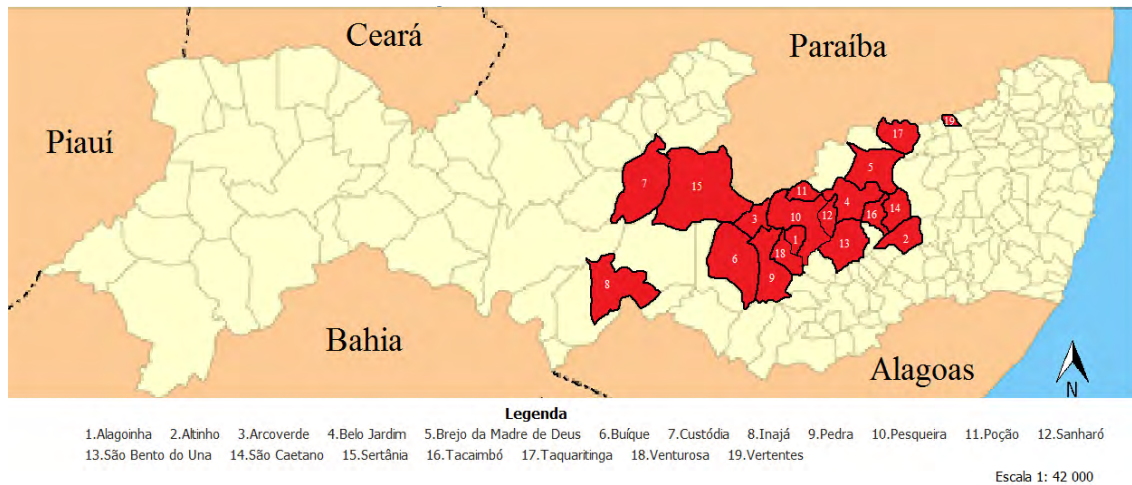
<sup>83</sup> SILVA. Nas Solidões Vastas e Assustadoras. *Op. Cit.*

<sup>84</sup> *Idem.*

<sup>85</sup> Segundo Fátima Martins Lopes e Ricardo Pinto de Medeiros, a Metrópole portuguesa necessitava estabelecer a consolidação do seu domínio colonial nas áreas do interior. Ela visava a imposição da cultura ocidental e dominação portuguesa efetiva através de uma série de medidas: criação de vilas, exploração da figura do índio, aproveitamento do trabalho e terras indígenas. LOPES. *Op. cit.*; MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte do Brasil*. In: MEDEIROS; OLIVEIRA, Carla Mary da Silva (org.). *Novos Olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2007. p. 125-159. De acordo com Cláudia Damasceno Fonseca, o Estado português procurava se impor nas áreas que correspondiam aos sertões da América portuguesa, isto é, ele intervinha nas áreas do interior através do desenvolvimento de vilas e povoações, pois na visão etnocêntrica dos colonizadores os sertões seriam os “espaços caóticos”(sem lei e administração), portanto era necessário levar a “*civitas*” (conjunto de habitantes regidos por regras e leis) através do estabelecimento de núcleos urbanos. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arrais e vilas d’el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. – Belo horizonte: Editora UFMG, 2011.



### MAPA 3 – Áreas correspondentes aos antigos sertões de Ararobá



Fonte: OLIVEIRA, M. W. Almeida (adap.). *Mapa de Pernambuco*. Belo Jardim:[s.n.], 2012.

Na marcação em vermelho do mapa acima, estão os territórios de alguns municípios pernambucanos que no passado eram povoações inseridas nos sertões de Ararobá, entre eles, Alagoinha, Arcoverde, Buíque, Pedra, Pesqueira, Venturosa.<sup>86</sup>

Esses atuais municípios eram originalmente pequenos núcleos urbanos (povoados e vilas) construídos em locais que outrora foram considerados matos, desertos, incultos, perigosos. É o que se pode notar no edital para feitura da vila de Cimbres, 1762, de autoria do Desembargador Manuel de Gouveia Álvares, nomeado para o estabelecimento de vilas e lugares dos índios da Capitania de Pernambuco:

... afim de que deixando uns aos outros habitações dos matos em que viviam como irracionais e tirando-se outros da sujeição quase servil em que estavam nas antigas aldeias, e ainda fora delas, abatidos e desprezados, conseguissem todos, por meio da maior e melhor comunicação e da assistência em povoações civis e decorosas, viverem com inteira liberdade de suas pessoas e com a propriedade e uso de seus bens, tendo diretores e mestres que para lhes darem as instruções que carecem. E determinando-se nas mesmas referidas leis que os mesmos índios tenham nas ditas novas povoações o governo civil e comércio com que aumentam enobrecem e felicitam os povos, para que todos os índios que habitarem gozem de todas as honras, privilégios e liberdades que lhes competirem, conforme as suas graduações, cabedais e procedimentos...<sup>87</sup>

<sup>86</sup> Utilizamos como fonte para demarcar as localidades que compreendiam os Sertões de Ararobá as notas adicionais ao Livro de Criação da Vila de Cimbres feitas por Gilvan de Almeida Maciel. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*, 1985. p. 282

<sup>87</sup> *Edital Para o Estabelecimento da Vila de Cimbres*. FIAM/CEHM, op. cit. p. 40 e 41.



O documento acima sugere que Cimbres nasceu sob premissas da civilidade, da racionalidade, do espaço culto, do comércio, e da inquietação frente a problemas que diziam respeito à moradia e outros costumes dos indígenas. Esses valores civilizatórios que a Coroa portuguesa – representada pelo Desembargador – procurava estabelecer nos sertões de Ararobá com a criação da vila fundamentavam a lei do Diretório dos Índios:<sup>88</sup>

Não se podendo negar que os índios deste Estado se conservaram até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos sertões em que nasceram, praticando os péssimos e abomináveis costumes do paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoráveis mistérios da nossa adorada religião, mas até mesmo convivências temporais, que só se podem conseguir por meios da civilidade, cultura e do comércio e sendo evidente que as paternais providencias do nosso augusto soberano se dirigem unicamente a cristianizar e civilizar estes até agora infelizes e miseráveis povos, para que saindo da ignorância e rusticidade a que se acham reduzidos possam ser úteis assim aos moradores e ao Estado...<sup>89</sup>

Percebe-se que para a descrição dos espaços naturais sertanejos e dos costumes dos índios eram utilizados termos pejorativos como *incultos sertões*, *barbaridade*, *péssimos e abomináveis costumes*, *ignorância e rusticidade*, por oposição a expressões associadas aos costumes dos colonizadores e dos seus espaços construídos, como por exemplo, *verdadeiro conhecimento*, *adorada religião*, *cultura*, *comércio*. Portanto, o sertão de Ararobá enquanto lugar onde se dava a vida social dos povos indígenas era considerado, por parte dos colonizadores, como um ambiente *inculto*, onde imperava a *barbaridade* em detrimento da *civilidade*. Essas preocupações com aspectos da religião, da cultura e do comércio criam o Outro, apresentável nos discursos como aquele que era bárbaro e que vivia nos incultos sertões onde nasceram, que poderiam vir a praticar ilegalidades, tais como paganismo, nudez, bebedeiras, insultos, roubos.

Com a criação da vila de Cimbres, considerada espaço de civilidade, a imagem dos sertões de Ararobá constava em alguns documentos burocráticos como a de uma região fronteira e perigosa que não pertencia aos espaços recém construídos desse novo núcleo urbano do interior. Em outras palavras, os sertões eram os espaços naturais localizados a margem dos espaços construídos da vila. Com isso, a vila se tornou uma espécie de “ilha civilizada” erigida no interior do continente e cercada de perigos dos desertos sertões.

<sup>88</sup> Segundo Ricardo Pinto de Medeiros, o diretório foi criado em 1757 e introduzia a figura do diretor que deveria administrar os índios. Em 1758, é criada em Pernambuco uma versão adaptada do Diretório do Maranhão. Para maiores informações sobre o *Diretório*, ver o artigo de Ricardo Pinto de Medeiros: MEDEIROS. *Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte do Brasil*. *Op. Cit.*, p. 125-159.

<sup>89</sup> *Diretório dos Índios*. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*, 1985. p. 43.

Essa imagem passaria a ser alimentada pelas próprias elites sertanejas que, por crença incorporada ou por desejo de se adaptar às formulas discursivas das autoridades coloniais – em sua maioria sediadas no mundo do açúcar –, reproduziam o discurso do sertão como o mundo sem lei em suas cartas para a Coroa.<sup>90</sup>

Essa perpetuação da imagem dos sertões como locais desertos e perigosos pode ser vista nos documentos burocráticos da Câmara de Cimbres, no ano de 1793:

... que por todos os lados estão os índios dispersos de suas vilas, que andam cometendo os maiores roubos, crimes e insultos, que podem se considerar, fiados nos desertos desses sertões e longitude em que se acham dessa praça, como todos os dias estão me representando as câmaras, povos e comandantes dos sertões.<sup>91</sup>

Ao analisar o fragmento da carta acima se percebe que os *sertões* estavam sendo significados pelas autoridades coloniais como locais desabitados e distantes. Além de desertos, os sertões de Ararobá também apareciam como lugares onde se cometiam diversos tipos de crimes. Sendo assim, mais do que simplesmente *desertos*, eles eram também taxados como região de *índios dispersos*, praticantes de *roubos*, *crimes* e *insultos*, o que os caracterizava como um local de perigo.<sup>92</sup> Pode parecer uma contradição chamar o Ararobá de deserto se lá havia *índios dispersos*, mas a questão é que para a Coroa portuguesa não existia nessa região súditos propriamente ditos, pois os índios que se encontravam lá eram considerados selvagens, portanto não faziam parte do mundo civilizado.<sup>93</sup>

Por conta da imagem construída dos sertões durante os primeiros séculos de colonização, havia, no século XIX, certa preocupação de alguns viajantes de negócios em cruzar os caminhos dessa região. Os colonos que porventura precisassem viajar por esses espaços tinham receio de fazê-lo e por muitas vezes apelavam às autoridades providências de segurança. Uma das alternativas contra o *perigo* dos sertões era o recurso a homens de armas,

<sup>90</sup> Tomamos por base para o estudo da imagem de Cimbres o trabalho de Kalina Vanderlei Silva acerca do imaginário dos sertões de Pernambuco feito pelas vilas açucareiras. SILVA. Nas Solidões Vastas e Assustadoras. *Op. Cit.*

<sup>91</sup> Registro de uma carta do Governador de Pernambuco, em que manda sustar a devassar-se da morte dos índios da entrada que fez o comandante de Moxotó Manuel José de Serqueira. *Morte de índios*. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*, p. 171.

<sup>92</sup> Novamente para nossa pesquisa em Cimbres nos baseamos no trabalho de Kalina Vanderlei Silva a respeito dos sertões de Pernambuco como um todo. Segundo Kalina Vanderlei, “assim, um termo que no século XVI indicava apenas o apartado do litoral, foi gradativamente ganhando conotações de região inóspita e sem lei. O contraste entre sertão e litoral, criado pelo imaginário dominante na área do açúcar, perdurou mesmo depois do interior ser colonizado, passando o sertão então a ser considerado um lugar de gente pobre, ignorante e preguiçosa, enquanto o litoral continuava a ser o lar que era refinado”. SILVA. Nas Solidões Vastas e Assustadoras. *Op. Cit.* p. 112.

<sup>93</sup> *Idem.*

motivo de petições feitas por esses viajantes. É o que demonstra o despacho para a petição de Antonio dos Santos Coelho da Silva, capitão e morador no sertão da vila de Cimbres, que no ano de 1804 solicitou a renovação do seu porte de armas:

[...] havendo infinitos lugares despovoados e perigosos de cometimentos, muito principalmente para o suplicante pela razão das indispensáveis arrecadações e remessas dos reais donativos para a fronta da Fazenda, por cujo princípio obtive pela ouvidoria provisão para o uso de armas ofensivas e defensivas [...] Pede a Vossa Excelência se digne a prometer ao suplicante de continuar o uso das pistolas e de acompanhar-se de um criado armado com bacamarte durante o tempo do contrato, visto o perigo em dever-se julgar-se o suplicante pelas ditas arrematações e remessas.<sup>94</sup>

No caso acima se nota que a petição para continuar o uso de armas de proteção fez menção dos termos “*infinitos lugares despovoados e perigosos*” para descrever a necessidade da segurança do capitão nos lugares dos sertões. Nessa ocasião, o capitão não se furtou a apresentar seu espaço como despovoadado e perigoso no interesse de conseguir autorização para andar com criado armado. Também a solicitação foi realizada mediante a súplica de proteção “*das indispensáveis arrecadações e remessas dos reais donativos para a fronta da Fazenda*”. Ou seja, como reforço para continuar com o porte de armas, o capitão fez questão de lembrar a importância das ditas armas para a defesa dos donativos reais contra os perigos do Ararobá. Se esse capitão-mor acreditava na *selvageria* de seu sertão ou se apenas repetia o discurso comum à correspondência administrativa da Coroa é difícil dizer, o fato é que ele se utilizou das imagens de perigo que há séculos eram construídas sobre os sertões no intuito de continuar fazendo o uso de pistolas e de ser acompanhado por um criado armado com um bacamarte.

Por outro lado, sua petição ilustra, para além do discurso dos sertões bravios, a tentativa dos senhores do sertão de legitimar uma prática comum a toda a América portuguesa: o porte de armas por parte dos homens livres. Nesse sentido, uma análise que insira a petição desse personagem no contexto da legislação de porte de armas da América portuguesa, comparando a situação de Cimbres com o mundo do açúcar, mostra que apesar desse capitão misturar suas funções públicas com seus poderes de sesmeiro, ele ainda assim procurava a legitimidade do

---

<sup>94</sup> Cópia de petição, despacho e mais documentos do capitão Antonio dos Santos Coelho da Silva. *Porte de armas*. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*, p. 178.

Estado no momento de armar forças particulares para executar ações públicas,<sup>95</sup> enquanto no mundo do açúcar, por outro lado, os senhores de engenho mantinham essas funções bem mais distintas, pois a constante no mundo do açúcar era o porte de armas por parte de capangas e senhores, sem que esses se dessem ao trabalho de solicitar permissão para armar forças particulares, ao contrário do que o capitão-mor fez aqui. Os funcionários do açúcar, que contavam com as companhias de presídio próximas, dificilmente precisariam solicitar tais permissões, ao contrário dos funcionários do sertão, distante das forças repressivas do Estado. E ainda assim atuavam em função deste.<sup>96</sup>

Na mesma situação se encontrava também o sargento-mor de Cimbres em 1812, Manuel José de Siqueira, que solicitou e recebeu autorização não apenas para usar armas de defesas, como também para armar homens forros que o deveriam acompanhar em diligências oficiais:

... faço saber que esta provisão virem que atendendo a representar-me Manuel José de Siqueira, sargento-mor das ordenanças da Vila de Cimbres, Capitania de Pernambuco, que em razão do seu posto de várias diligências do Real Serviço, prisões de facínoras e execução de outras reais ordens, como também em consequência do manejo de seus negócios, sendo um dos maiores fazendeiros daquela vila, lhe era forçoso transitar muitas vezes por caminhos desertos, expostos aos ataques dos malfeitores, pelo que me pedia lhe concedesse faculdade para poder usar de armas de defesas, assim como os forros que houvessem de acompanhá-lo em todas as mencionadas ações de diligências do Real Serviço e nas do seu negócio. Hei por bem à vista do seu requerimento e dos documentos que apresentou, conceder ao suplicante o uso de armas de defesas na forma de sugestão, que Vossa

<sup>95</sup> De acordo com Almeida Maciel, além da existência de um capitão-mor dos índios, existia também a figura de um capitão-mor que seria uma “espécie de dignidade civil e militar” e que exercia “ação ampla de mandonismo numa região”. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*, 1985, p. 262.

<sup>96</sup> A correspondência entre o mundo do açúcar e a Coroa, escrita pelos oficiais das câmaras municipais, que eram senhores de engenho, apresenta uma diversidade de assuntos, mas pouca ou nenhuma referência ao uso de forças particulares pelos oficiais, como pode ser observado a partir da leitura do Catálogo I de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Pernambuco, cf. DOCUMENTOS Manuscritos Avulsos da Capitania de Pernambuco. Recife: Ed.Universitária-UFPE. 2006. 3vs. Vol. 01. De fato, percebe-se nessa correspondência o ressentimento régio com os intercâmbios, muitas vezes ilegais, que os oficiais burocráticos no mundo do açúcar faziam entre os assuntos régios e seus assuntos particulares. Exemplos são: CARTA do juiz ordinário Baltasar de Almeida Botelho ao rei [D. Felipe III ] sobre os favores concedidos ao escrivão da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco, Manoel Mendes de Vasconcelos, pelo governador-geral do Estado do Brasil, [Diogo Luis Oliveira] pedindo que se tirem informações acerca de tais favores. 23/12/1623. Olinda. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, D. 122; CARTA do Provedor da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco ao Rei [D Felipe III] sobre a denúncia das atividades ilegais do ex-escrivão e provedor da Fazenda Real de Pernambuco, Manuel Mendes de Vasconcelos, com o conhecimento do Governador Geral do Estado do Brasil. 21/01/1629. Olinda. . AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 2, D. 123. Apesar disso, se por um lado os senhores do açúcar, de sua posição oficial nas câmaras, não se furtavam a requisitar tropas burocráticas para todas as atividades oficiais, desde o desbaratamento de quilombos à participação em festas (cf. CARTA dos oficiais da câmara de Olinda ao rei, d. João V, sobre a ordem para que na festa de ação de graças de 27 de janeiro, marchem os terços e compareçam o governador, ministros e oficiais. AHU\_ACL\_CU\_015, cx, 32, D 2950.), por outro, em seus assuntos cotidianos, que não excluía atos de violência, pareciam não envolver as tropas estatais. E como remédio às contravenções das ruas do açúcar, as autoridades pareciam ordenar sempre o recurso às tropas institucionais. Cf. CARTA régia de 1736, passada para o governador de Pernambuco, AHU cód. 260, fl. 200;

Mercê lhe permita e aos ditos forros que o acompanham nas ações das mencionadas diligências e viagens.<sup>97</sup>

Nessa provisão, texto redigido pela própria Coroa, percebe-se novamente que um homem de negócios se apropriava da imagem dos sertões, com seus *caminhos desertos e expostos*, para fazer uso de armas de defesa. Esse porte de armas permitiria, assim, a realização de viagens mais seguras contra os ataques de *malfeitores* por essas paragens. Manuel José de Siqueira tem mesclados assim dois papéis: senhor de terras e de homens armados e oficial do Rei encarregado de diligências judiciais. E se isso não era novo, afinal também os oficiais das câmaras municipais da América açucareira eram em geral grandes senhores latifundiários, no mundo do açúcar as esferas permaneciam afastadas: as diligências do Estado eram realizadas pelos oficiais e pelas tropas institucionais, e o porte de armas para homens de cor – a não ser dentro da estrutura militar da Coroa – era estritamente proibido e causa de diversos bandos passados pelos governadores de Pernambuco. Ou seja, a própria solicitação do sargento-mor para armar forros que o deveriam acompanhar em diligências oficiais tornava visível a busca da elite sertaneja por legitimação perante o Estado, ainda que muitas de suas práticas cotidianas independessem das estruturas oficiais, ou as mesclassem com estruturas de poder privadas.

Entretanto, além da imagem bravia dos espaços dos sertões de Ararobá e das práticas utilizadas para caminhar por esses locais, os documentos burocráticos da Câmara de Cimbres também trazem as descrições feitas pelas autoridades coloniais acerca dos habitantes do interior, tanto aqueles moradores considerados civilizados e que viviam na vila, quanto aqueles considerados selvagens que habitavam os matos.

Voltando ao Edital para o estabelecimento da vila de Cimbres, percebe-se que nele apareciam diferentes representações associadas aos costumes dos grupos indígenas considerados selvagens e para os índios que passaram a ser considerados civilizados: “... *afim de que deixando uns aos outros habitações dos matos em que viviam como irracionais e tirando-se outros da sujeição quase servil em que estavam nas antigas aldeias, e ainda fora delas, abatidos e desprezados...*”<sup>98</sup>

Pode-se notar que os *matos* eram moradias consideradas inadequadas pelos padrões de civilização da autoridade portuguesa, e seus habitantes eram caracterizados como seres que não faziam uso da *razão*. Imagem que não condizia com a de racionalidade e civilidade. Já as

<sup>97</sup> *Porte de Armas*. FIAM/CEHM, op. cit., p. 231.

<sup>98</sup> *Edital Para o Estabelecimento da Vila de Cimbres*. FIAM/CEHM, Op. Cit., p. 40 e 41..

povoações, com seu governo civil e comércio, eram indicadas como locais propícios para o desenvolvimento indígena de uma vida com *honras, privilégios e liberdades*. Nesse sentido, havia uma clara distinção entre os povos indígenas que viviam nos sertões e os povos indígenas sujeitados às moradias das vilas. Enquanto os primeiros eram considerados homens selvagens e bárbaros, os outros que foram submetidos aos projetos coloniais eram agora caracterizados como homens honrados e privilegiados.

Sendo assim, os indígenas que deixassem os espaços naturais, *habitações dos matos*, para os espaços construídos, caracterizados como *povoações civis e decorosas*, também transpassavam uma fronteira cultural. Em outras palavras, para a sociedade imbuída dos valores coloniais, os habitantes dos matos que passassem para os espaços civilizados poderiam ser libertados de seus *abatimentos e desprezos* e tornariam a *viverem com inteira liberdade*, desfrutando de *todas as honras e privilégios*, sendo então chamados de homens dignos.<sup>99</sup> É o que se pode notar também na carta de resposta do governador de Pernambuco sobre um pedido feito pelo diretor dos índios da vila de Cimbres sobre a ocupação de um cargo vago de capitão-mor e o preenchimento de postos subalternos que se achavam vagos no ano de 1808:

Como porém nos parece justo que se provam os referidos postos para o bom regime dos índios desta vila, ordenamos a Vossas Mercês para que, com a assistência do diretor façam propor para o posto de capitão mor dos índios que forem mais dignos de ocupar o posto, assim como para os de capitães e alferes das companhias unicamente necessárias para o referido fim.<sup>100</sup>

O trecho do documento sugere que as ocupações para a vaga de capitão mor e dos demais postos deveriam ser preenchidas pelos homens dignos para preencher tais cargos. Nesse sentido, quanto mais praticantes dos costumes dos colonizadores, mais os índios eram percebidos como pessoas dignas. E quanto mais dignos mais as chances de serem alçados a condições de prestígio nas sociedades das vilas coloniais.

---

<sup>99</sup> Durante o século XVIII, o Diretório apresentava um conjunto de características que constituíam a imagem do índio digno, dentre elas: a adoção de nome e sobrenome português em detrimento ao nome de origem indígena; o uso da língua portuguesa, não consentindo de modo algum o uso da língua de qualquer nação indígena, ou da chamada língua geral; a fabricação das casas à cópia dos brancos, fazendo delas diversos compartimentos, ao invés do uso das *bárbaras choupanas* localizadas nos centros dos *incultos sertões*; a sobriedade, em detrimento aos abusos e vícios das bebidas alcoólicas; o uso *dos vestidos decorosos e decentes*, opondo a *rusticidade* da nudez; a prática do *honrado* exercício de cultivo das terras, em detrimento do ócio, “*vício quase inseparável e congênito a todas as nações incultas*”. *Diretório dos Índios*. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*, p. 42 a 75.

<sup>100</sup> *Petição*. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*, p. 182.

O mesmo discurso para o preenchimento de cargos públicos apareceu na carta patente de nomeação de Manuel José de Siqueira para o posto de sargento-mor das ordenanças da vila de Cimbres, no ano de 1811:

...faço saber aos que esta carta patente virem que achando-se vago o posto de sargento mor das ordenações da vila de Cimbres e sendo-me proposto, na conformidade das reais ordens, pelos oficiais da câmara da dita vila Manuel José de Siqueira como pessoa digna de ocupar o dito posto, hei por bem, em observância do alvará de dezoito de outubro de mil oitocentos e nove, digo, de mil setecentos e nove, de nomear sargento mor das ordenanças da referida vila, com o qual posto não haverá soldo algum da Real Fazenda, mas servindo como deve gozará de todas as honras, graças, privilégios, liberdades e isenções que em razão dele lhe pertencerem.<sup>101</sup>

Após ser considerado digno pelos oficiais da Câmara de Cimbres, Manuel José de Siqueira conseguiu do governador de Pernambuco, Caetano de Miranda Pinto Montenegro, nomeação para o posto de sargento-mor que se achava vago na referida vila. Ao assumir o posto, o sargento-mor poderia obter e usufruir dos privilégios que o cargo público proporcionava, melhorando dessa forma sua condição de vida na sociedade.

No mesmo ano, o governador de Pernambuco realizava também uma nomeação do índio Antonio Bezerra de Andrade para o cargo de capitão-mor dos índios da vila de Cimbres.<sup>102</sup>

...faço saber aos que esta carta patente virem que achando-se vago o posto de capitão mor dos índios da vila de Cimbres por falecimento de Manuel Cardoso Pereira e sendo legalmente proposto pelos oficiais da câmara da referida vila o índio Antônio Bezerra de Andrade como pessoa digna de ocupar o dito posto, hei por bem, na conformidade da carta régia de quatorze de setembro de mil setecentos e cinqüenta e oito, de nomear capitão mor dos índios daquela vila, que exercerá enquanto proceder de sorte que mereça ser conservado, com o qual posto não haverá soldo algum da Real Fazenda, mas servindo como deve gozará das honras, liberdades e isenções que em razão dele lhe pertencem. Pelo que o hei por metido de posse do referido posto e mando ao respectivo diretor por tal o reconheça, honre, estime e o deixe exercitar como dito é, e aos oficiais índios seus subordinados, obedeçam e cumpram as suas ordens concernentes ao real serviço, como devem e são obrigados.<sup>103</sup>

Tanto a carta patente para a nomeação do sargento-mor quanto para a nomeação de capitão-mor da vila de Cimbres continham em comum fórmulas estabelecidas pela Coroa que

<sup>101</sup> *Petição*. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*, 1985, p. 224.

<sup>102</sup> Em suas notas adicionais no Livro da Criação da Vila de Cimbres, José de Almeida Maciel comenta que nas vilas coloniais havia dois tipos de capitães-mores: um seria uma espécie de “dignidade militar e civil que exercia ação ampla de mandonismo em um município ou região e o outro, capitão-mor dos índios, também chamado de ‘maioral’ e que era obrigatoriamente um indígena”. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*, 1985, p. 262.

<sup>103</sup> *Petição*. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*, 1985, p. 226.



utilizavam os termos *digno* ou *digna* para significar os índios que porventura estariam aptos a ocupar esses cargos. Nesse sentido, não era qualquer índio que poderia ocupar os cargos administrativos na vila de Cimbres, mas sim os que fossem considerados mais *dignos* para exercerem tal ofício, isto é, aqueles homens que incorporaram os projetos coloniais. Logo, após a ocupação dos cargos, o status passaria a ser ainda mais enaltecido, pois todos os outros moradores e demais oficiais e soldados da vila deveriam *honrá-lo e estimá-lo*.

As duas cartas patentes também indicam que não era necessário receber uma compensação financeira para que os cargos administrativos fossem valorizados, pois “*com o qual posto não haverá soldo algum da Real Fazenda, mas servindo como deve gozará das honras, liberdades e isenções que em razão dele lhe pertencem*”. O prestígio que esses cargos possuíam conferia grande parte do atrativo para um indivíduo na tentativa de elevação do seu patamar na sociedade.

Entretanto, nem todos aqueles que porventura já eram considerados civilizados perpetuavam as práticas exigidas por sua nova condição. Existiram casos na vila de Cimbres em que os indígenas tidos como dignos voltaram a praticar velhos atos considerados impróprios para a civilidade do local. Foi o caso relatado pela Câmara da vila, no ano de 1772, ao governador de Pernambuco:

Andam os índios publicamente bêbados e caídos, que atemorizam os oficiais desta câmara, de sorte que os juizes do ano passado chegaram a trancar as portas e não tinham de quem se valerem, porque o capitão mor da vila muitas vezes se abala a não fazer sua obrigação como deve por se recear destes ditos índios e não lhe obedecerem por os ditos andarem em parcialidades e não sabemos verdadeiramente darmos razão o porque não executa o dito sua obrigação e o diretor sem assistência e a aguardente quanta vem quanta se gasta nesta vila e se quer impedir, o capitão mor e diretor não empregam, mas antes lhe dão sucesso, digo consentem e apóiam...<sup>104</sup>

De acordo com os relatos da carta acima, além dos comportamentos condenáveis dos índios que se encontravam bêbados e que praticavam desordens na vila, também o capitão-mor tinha certa implicação no fomento da indisciplina, pois não estava exercendo a obrigação que condizia com seu cargo. Além disso, a carta revela que tanto o capitão-mor quanto o diretor pareciam favorecer o uso da aguardente na vila. Ora, os cargos de capitão-mor e diretor só eram ocupados por pessoas consideradas dignas e honradas, entretanto, seus

---

<sup>104</sup> Cópia de uma carta que mandou a câmara desta vila ao ILMO. E EXMO. Senhor General de Pernambuco. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*, p. 141 e 142.

ocupantes foram coniventes com atos considerados ilícitos pelo documento *Diretório dos índios* de 1758.

Já em um capítulo de carta, no ano de 1762, do Governador de Pernambuco e Capitão General Luiz Diogo Lobo da Silva, sobre a punição de Antonio Álvares Moreira, sargento-mor da vila de Cimbres, podemos perceber atos ilícitos cometidos pelo dito sargento-mor:

As culpas que Vossa Mercê me escreveu cometeu o sargento mor atual desta povoação em se constituir estanqueiro das melhores meretrizes e facilitar aos que lhe fazem conveniência trato com elas por preço certo que estipula, não perdendo ocasião de fazer perverter as que vivem sem esta nota, são tão escandalosas que não só fazem digno de privação do posto que ocupa, em atenção do que mando a patente do dito emprego para Manuel Vieira de Queiroz, prevenindo a Vossa Mercê que antes de o fazer em público é necessário prende-lo e tirar um sumário de testemunhas pelo juiz ou Ouvidor, tendo chegado a esta povoação, para que verificadas que sejam entrar o novo provido e se remeter com segurança o dito criminoso a fim de se exterminar para Angola ou Fernando, não esquecendo no referido sumário meter a introdução das Juremas que tem feito nessa povoação.<sup>105</sup>

O trecho descreve que o sargento-mor Antonio Álvares aparecia acusado de cometer duas afrontas graves contra os bons costumes da sociedade colonial: primeiro, ele se constituiu como estanqueiro de meretrizes, chegando a estipular preço por elas. Segundo, ao que parece, Antonio Álvares também estava envolvido com a presença de um tipo de bebida alcoólica indígena (a jurema) na povoação.<sup>106</sup> Mesmo sendo um homem considerado digno, a tal ponto de ocupar um cargo de sargento-mor, ele cometeu atos ilícitos e violou os costumes ditos civilizados. Para o Governo de Pernambuco era necessário afastar os problemas que podiam tornar a vila inadequada aos padrões de civilidade e racionalidade. Nesse sentido, mesmo ele sendo um homem de destaque na povoação isso não impediu a ordem estabelecida de privação do seu posto, bem como a ordem de sua prisão e um provável exílio.

Na medida em que o governo de Pernambuco solucionava certos problemas existentes contra os bons costumes da sociedade colonial, também demonstrava que o controle da Coroa portuguesa estava presente na preservação dos padrões de civilidade. Dessa forma, ao interferir nos variados tipos de questões jurídico-administrativas – estabelecimento da vila de Cimbres, nomeação para cargos de capitães e sargentos-mores, consentimento de porte de armas para homens de negócios, fomento da disciplina sobre grupos indígenas – o Estado português se fazia cada vez mais atuante no sertão de Ararobá.

<sup>105</sup> *Punição à sargento mor*. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*, 1985. p. 135.

<sup>106</sup> Em suas notas adicionais, José de Almeida Maciel coloca que “até o século XIX beber jurema era sinônimo de feitiçaria ou de magia”. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*, 1985. p. 264

Entretanto, mesmo com o término da conquista, e já consolidada a ocupação colonial do interior através do estabelecimento de vilas e povoados na passagem do século XVIII para o XIX, ainda assim a imagem de região selvagem, deserta, agreste, não expirou por completo. Pelo contrário, mesmo com uma presença maciça de núcleos urbanos, o interior das capitanias e mais tarde das províncias do norte do Brasil ainda era imaginado como desolado, deserto, vazio. Um exemplo disso é o mapa utilizado pelo cronista Henry Koster, durante o início do século XIX (mapa 4).

**Mapa 4 – Detalhe dos núcleos urbanos da Capitania de Pernambuco<sup>107</sup>**



Fonte: Koster, 2003.

O mapa detalha Pao do Alho, Nazareth, Bom Jardim e Limoeiro como sendo os últimos núcleos urbanos do interior de Pernambuco. A região mais à esquerda desses lugares é representada por um imenso espaço em branco, onde não aparece situada nenhuma outra cidade, vila ou povoado. Mesmo sendo um mapa do século XIX, ele não faz menção a outras localidades mais a Oeste do continente como, por exemplo, Cimbres, criada como vila no ano

<sup>107</sup> A imagem original foi pesquisada em KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. – London: printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brow, Paternoster-row, 1816. Localizado no setor de obras raras da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. “Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil”.

de 1762. Sendo assim, o mapa usado pelo cronista ignorava as descrições de outros núcleos urbanos existentes depois de Bom Jardim e Limoeiro, reproduzindo, assim, o discurso vigente de espaço vazio e deserto em relação ao interior do continente.

Também os relatos escritos por Koster e outros cronistas evidenciavam a imagem dos sertões existentes naquele período. De acordo com Tollerare: “A *duas léguas daqui, perguntei, o que se encontra? – Os sertões. E depois? – ainda os sertões. – esta palavra significa o interior do país; com ela se designa vagamente as matas, os desertos, as montanhas*”<sup>108</sup>. Outros viajantes, Spix e Martius, descreveram: “*quanto mais nos internávamos nesta zona, tanto mais característica se apresentava a feição da paisagem: planícies desertas, com capim seco, árvores retorcidas...*”<sup>109</sup>. Já Henry Koster, nos primeiros dias quando adentrou os sertões no início do século XIX, exclamou: “*era sem exceção alguma, o mais desolado lugar que tenho visto. (...) As árvores tinham, em sua maior parte, perdido inteiramente as folhas. Entrava eu para o Sertão e este merecia o nome...*”<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup> MAIOR; SILVA. *Op. Cit.*, p. 130

<sup>109</sup> SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Von. *Viagem pelo Brasil (1817 – 1820)*. – Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 67

<sup>110</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003. p. 131.

### 3.1. “Pelos testadas das matas”:<sup>111</sup> a conquista e expansão colonial nos sertões de Ararobá de Pernambuco

Na historiografia clássica brasileira era comum o estudo da colonização do interior das chamadas Capitanias do Norte do Brasil pelo viés econômico, isto é, pelo avanço do gado e das plantações de algodão nos sertões.<sup>112</sup> Entretanto, além dos fatores puramente econômicos, também é possível identificar aqueles de caráter religioso, político e social que permitiram a interiorização dos colonos nesses espaços. Se por um lado ocorria a penetração da pecuária nos sertões, por outro também havia o interesse dos aventureiros em busca de terras e riquezas, da Igreja em expandir a fé cristã e da Coroa portuguesa em garantir o domínio administrativo da região.<sup>113</sup> De acordo com Kalina Vanderlei Silva, o Estado também procurava, através da expansão colonial, formas de desafogar as vilas açucareiras.<sup>114</sup>

Na medida em que os colonizadores foram adentrando os sertões, no caminho se defrontaram com inúmeros povos indígenas, denominados genericamente de tapuias.<sup>115</sup> Essa expansão se deu a custa das terras que antes eram ocupadas pelos índios. Com isso, entre os séculos XVII e XVIII houve um embate entre os recém-chegados colonos e os diversos povos indígenas, obrigando o Governo Geral a tomar medidas relativas aos grupos indígenas que se rebelassem contra o domínio português.

Existiram então basicamente duas políticas distintas em relação aos índios da América portuguesa: aqueles grupos indígenas que se submeteram ao domínio de “d’El Rey” eram, no mais das vezes, aldeados próximo aos núcleos de povoação ou nas regiões de fronteiras com o objetivo de serem utilizados como mão-de-obra para os colonos, como também serem usados para combater outros grupos indígenas revoltosos ou contra as possíveis investidas de

<sup>111</sup> *Documentos e notas que ao Instituto Arqueológico e Geográfico oferece J. D.* apud: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste*. Recife: Ed. O Cruzeiro S. A., 1975. v. 2. p. 762.

<sup>112</sup> Entre os principais clássicos da historiografia podemos citar ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500 – 1800*. – Belo Horizonte: Itatiaia, 1998; ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964. PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004;

<sup>113</sup> Os estudos desenvolvidos por historiadores da atualidade estão servindo para descortinar esses outros aspectos da história dos sertões que estavam encobertos pela predominância da perspectiva econômica. Ver especialmente SILVA. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras*. *Op. Cit.*, 2010. LOPES, *Op. Cit.*, 2003; MEDEIROS. *Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte do Brasil*. *Op. Cit.*; PUNTONI, *Op. Cit.*, 1998.

<sup>114</sup> SILVA. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras*. *Op. Cit.*

<sup>115</sup> De acordo com Ricardo Pinto de Medeiros, o termo *tapuia*, criado pelos índios tupis para assim designarem genericamente grupos inimigos falantes de outras línguas, terminou sendo adotado também pelos portugueses. No interior das capitanias do Norte do Brasil, havia os *kariris, janduí, paiacus, canindés, sucurus, icós, chocós, pipipã*. MEDEIROS. *O descobrimento dos outros*. *Op. cit.*

invasores europeus nas terras portuguesas. Política oposta era realizada contra aqueles que não se submetiam à imposição da Coroa portuguesa. Com uma expansão cada vez maior dos colonos, diferentes povos indígenas tentaram resistir à usurpação de suas terras. Nesse caso, os colonizadores empreendiam a captura e o extermínio dos grupos que não aceitavam a submissão aos projetos coloniais. Dessa forma, a Coroa consentia a escravidão e morte para os índios resistentes, naquilo que foi chamada de guerra justa, provocando, com isso, um verdadeiro massacre dos povos indígenas pelos colonizadores luso-brasileiros.<sup>116</sup>

Nos sertões de Ararobá o processo de conquista territorial não foi diferente das características relatadas acima. Falar desses sertões na época do processo de expansão colonial é falar de uma imensa região localizada várias léguas continente a dentro e que de início foi pouco conhecida e pouco explorada pelos colonizadores portugueses.

Conhecida pelo termo Ararobá, a região foi denominada dessa forma provavelmente devido aos índios Ararobá que, juntamente com outros povos, estavam espalhados aos milhares por esses sertões num período anterior ao século XVIII. Segundo Pereira da Costa o local era frequentado por diferentes grupos indígenas, entre eles:

*[...] índios tapuias das tribos dos Ararobás, Chucurus e Paratiós, que habitavam na zona sertaneja, concorrentemente com outras mais. Abandonada a situação pelos primeiros, seus originários ocupantes, foi depois apropriado pelos das duas outras tribos, que levantaram ali o seu aldeamento [...]*<sup>117</sup>

Nelson Barbalho também cita a presença de três povos indígenas nesses sertões. Segundo ele, os Ararobá foram expulsos da Serra do Urubá por outro povo considerado mais forte, os Xucurús, que ali se estabeleceram<sup>118</sup> e passaram a habitar toda a serra dos antigos Ararobás e em seus contrafortes - Serras do Jardim, Pitó, Gavião, Varas – juntamente com os Paratiós.<sup>119</sup>

Em relação à colonização propriamente dita dos luso-brasileiros nos sertões das Capitanias do Norte do Brasil, ela teve início na segunda metade do século XVII. Este

<sup>116</sup> Sobre a resistência dos variados povos indígenas contra o avanço dos colonizadores ver especialmente LOPES, *Op. Cit.*, 2003; MEDEIROS. *Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte do Brasil. Op. Cit.*; PIRES, *Op. Cit.*, 2002; PUNTONI, *Op. Cit.*, 1998; SILVA. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras. Op. Cit.*

<sup>117</sup> COSTA. *Op. cit.*

<sup>118</sup> Segundo Nelson Barbalho, no período colonial havia várias denominações para a Serra do Urubá, hoje conhecida como Ororubá; assim como existia diferentes termos para os Xucurús: Chiquiris, Chucuru(s), Shucuru, Sucuru (s/z), Xacuru, Xukuru, Xukuru (s/z), Xukururu. BARBALHO, Nelson. *Caboclos do Urubá*. Biblioteca Pernambucana de História Municipal. - Companhia Editora de Pernambuco, 1977.

<sup>119</sup> Idem. p. 46.

processo de ocupação foi baseado na distribuição de grandes sesmarias em terras conquistadas dos índios, pois a Coroa portuguesa constatou que somente o conhecimento da região e a expulsão dos grupos indígenas não eram suficientes para atender seus objetivos colonizadores. Era necessário propiciar a fixação de colonos para garantir o domínio da área conquistada e estabelecer seu aproveitamento econômico.<sup>120</sup> Portanto, nesse período, muitas terras foram concedidas pela Coroa a sesmeiros, inclusive as que compreendiam os sertões de Ararobá, em Pernambuco.

Na carta de doação da semaria do Ararobá, no ano de 1671, o governador da Capitania de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho, concede em favor de Bernardo Vieira de Melo, Antônio Pinto e Manuel Vieira de Lemos, as seguintes extensões de terras:

...Hei por bem e lhe faço mercê dar em nome do dito Senhor, como em vitude da presente dou, de sesmaria aos ditos suplicantes vinte léguas de terra na parte que nomeiam entre as serras de Opi junto ao Riacho Lima correndo para o Sul, até às serras do Bacu, e da barra do mesmo Riacho Lima correndo pelo Rio de Ipojuca acima de uma banda e da outra até a Serra de Tacaéte, assim e da maneira que pedem e confrontam em sua petição, para eles e seus herdeiros e descendentes...<sup>121</sup>

Entretanto, dos três sesmeiros o único que levou a cabo a exploração e colonização das terras recebidas foi Bernardo, que posteriormente, apossando-se das terras de Antônio e comprando a parte de Manuel, ficou com a área que compreendia as terras dos sertões de Ararobá. Anos depois quem passou a explorar essas terras foi seu filho Antônio Vieira de Melo, no ano de 1698, que realizou uma série de medidas colonizadoras. Segundo Pereira da Costa:

“está compreendida na data de 23 de dezembro de 1671, constante de vinte léguas de terra conferida a Bernardo Vieira, Antônio Pinto e Manuel Vieira de Lemos; e passando depois tôda a data ao primeiro concessionário, por compra da parte que tocou a um, e apossamento da outra por ausência e abandono do seu possuidor, Antônio Vieira de Melo, filho de Bernardo Vieira, que recebera por herança as terras de Ararobá, dedicou-se à sua colonização e cultura...”<sup>122</sup>

Aqui vale uma ressalva sobre essas sesmarias: de acordo com as Ordenações Filipinas era estipulado um prazo máximo de cinco anos para se iniciar a produção. Caso as terras

<sup>120</sup> BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. – Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

<sup>121</sup> COSTA, op. cit, v. 6. p. 237.

<sup>122</sup> Idem.



doadas não fossem trabalhadas no prazo acertado, o beneficiário perderia a concessão.<sup>123</sup> Sendo assim, o trecho do documento de Pereira da Costa sugere que, possivelmente, Bernardo Vieira de Melo adquiriu as terras que pertenciam a Manuel Vieira de Lemos por conta do não aproveitamento destas pelo primeiro sesmeiro.

Outro ponto que concerne à sesmaria é o tamanho do seu território. A carta de doação acima nos dá a entender que foram concedidas vinte léguas de terra, no ano de 1671, divididas entre três sesmeiros. Ora, até esta data não havia na lei limites específicos para a circunscrição territorial de uma sesmaria. Foi somente no ano de 1695, através de uma carta régia de 27 de dezembro, que a legislação estipulou limites de cinco léguas, reduzidas dois anos depois para três, e em alguns casos para duas ou uma légua e meia.<sup>124</sup> Nesse sentido, as terras concedidas para os sesmeiros do Ararobá foram de significativas proporções e abarcaram um grande território dos sertões de Pernambuco. Mas essa grande concessão de terras era comum no período colonial: só a família Garcia d'Ávila chegou a ter mais de 400 léguas de terra que abrangiam boa parte dos sertões das Capitanias do Norte do Brasil.<sup>125</sup> Segundo Luís Wilson, o desbravamento das terras de Ararobá culminou na fundação de muitas fazendas e sítios que séculos mais tarde deram origem a vários municípios atuais, entre eles Alagoinha, Altinho, Agrestina, Belo Jardim, Bom Conselho, Buíque, Cachoeirinha.<sup>126</sup>

Já as lutas travadas pelo herdeiro de Bernardo Vieira, Antônio Vieira de Melo, com os povos indígenas dos sertões de Ararobá foram consequência direta da política de concessão de sesmaria, pois fazia parte dos interesses da Coroa a ocupação do território mais a oeste do Brasil no intuito de fortalecer a administração colonial nessas regiões. Segundo Pereira da Costa, Antônio Vieira de Melo “...*que recebera por herança as terras de Ararobá, dedicou-se à sua colonização e cultura, subjugando em luta aberta os índios chucurus e paratiós do Sertão do Ararobá...*”<sup>127</sup> Nesse sentido, os povos indígenas que viviam nas terras e que não aceitavam o julgo do colonizador deveriam ser combatidos em *guerra justa*.

<sup>123</sup> Ordenações Filipinas. livro 4 tit. 43: *Das Sesmarias*. p. 822-827. Fundação Calouste Gulbenkian. – Rio de Janeiro: Gráfica de Coimbra, 1985.

<sup>124</sup> *Idem*.

<sup>125</sup> Do século XVI ao XIX, sucessivas gerações da família d'Ávila desbravaram os sertões das capitanias do Norte do Brasil, onde mantiveram o domínio econômico, político e militar sobre uma vasta possessão territorial. BANDEIRA, Moniz. *O Feudo: a casa da torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>126</sup> WILSON, Luís. *Minha cidade, minha saudade*: Rio Branco (Arcoverde), reminiscências e notas para sua história. 2. ed. Recife, Centro de Estudos de História Municipal/ FIAM, 1983.

<sup>127</sup> COSTA, *Op. Cit.* p. 237.

Ao tratar dos avanços dos colonos nos sertões se deve pensar também nas relações entre os colonizadores e os espaços dos sertões, as matas, os rios, as lagoas, as serras, o clima.<sup>128</sup> Nesse sentido, um trecho da carta de doação da sesmaria do Ararobá permitiu que se compreendesse a relação dos colonizadores com os espaços naturais da localidade.

...as quais vinte léguas poderão tomar e demarcar em quadras salteadas, juntas e desarpatadas, como melhor lhes parecer e acharem suficiente, estando devoluto e não prejudicando a terceiro; com toda as suas águas, campos, matos, testadas, logradouros, e mais úteis que nelas se acharem; tudo forro, livre e isento do tributo, foro, ou pensão, salvo dízimo a Deus; e serem obrigados dar pelas ditas terras caminhos livres ao conselho para fontes, pontes ou pedreiras...<sup>129</sup>

Essa carta de doação conferia inteira liberdade para a demarcação das terras pelos sesmeiros, incluindo aí os recursos naturais, como as águas e os matos. Aliás, o uso desses recursos foi fundamental para o empreendimento colonizador, pois fornecia matéria-prima para sobrevivência em um espaço considerado inóspito, com pouco acesso a água, coberto de matas espinhosas, solos secos e pedregosos, serras, escarpas e clima semiárido. A alteração da caatinga pelos colonos proporcionava assim cada vez mais a elaboração de bens culturais, pois transformava o espaço natural em campos de cultivo e criação, testadas e logradouros.

Seguindo a legislação estabelecida pela concessão de sesmaria, Antonio Vieira de Melo realizou uma série de ações colonizadoras que foram descritas, anos mais tarde, por alguns moradores de Ararobá.<sup>130</sup> Essas ações incluíam desde os combates a grupos indígenas que não aceitavam a submissão aos colonizadores, passando pelo apoio na captura de pretos fugidos dos Palmares que se embrenhavam nos sertões, até a alteração dos espaços naturais através da abertura de estradas, criações de fazendas de gado e estabelecimentos de povoações.

No ano de 1760, por exemplo, de acordo com o capitão de cavalos e comandante na freguesia do Ararobá, Manuel Leite da Silva, Antonio Vieira de Melo era morador e senhor de muitas terras da dita freguesia, herdadas de seu pai Bernardo Vieira de Melo, da qual

[...] a maior parte das terras dadas se achavam apossadas do gentio da terra, rebeldes e feroces e dos negros rebelados assistentes nas matas dos Palmares, cometendo uns e outros grandes estragos nos moradores, de mortes e cabedais; e que foi necessário

<sup>128</sup> Segundo Marcus Carvalho e Ana Laura Teixeira de França, a “mata” pode ser utilizada como fonte para a história social através das narrativas produzidas sobre elas. Essas narrativas em relação a mata seriam “sobre a impossibilidade de conquistá-las com tecnologia pré-industrial. Sobre a permanente estupefação das autoridades em saber que ali sempre haveria comunidades inconquistadas. Talvez até inconquistáveis. Tanto de negros como de índios”. CARVALHO; FRANÇA. *Op. Cit.* p. 133.

<sup>129</sup> *Documentos e notas que ao Instituto Arqueológico e Geográfico oferece J. D.* In: MELLO, op. cit, p. 765.

<sup>130</sup> *Idem.* p. 762, 763, 764, 765.

ao dito Antonio Vieira de Melo junto com seus irmãos acudir a conquista de uma e outra nação, com perigo de sua mesma pessoa, ajudando ao terço do Palmar na conquista dos negros rebeldes, abrindo uma estrada de comunicação dos sertões ao povoado, o que serviu de muita utilidade as marchas dos conquistadores, e povoando as suas terras pelas testadas das matas, ficando com este benefício mais estreita campanha, para com mais facilidade poderem invadir a as tropas a campanha, e nessas povoações situando várias fazendas de gado e cavalares, reduzindo os denso matos com repetidos fogos a campos se vêem hoje povoados, conseguindo nestes benefícios crescidas rendas à Fazenda Real [...]<sup>131</sup>

Nota-se que para combater o “gentio da terra” e “os negros rebelados”, Antonio Vieira precisou desmatar a densa vegetação que atrapalhava a mobilidade das tropas e facilitava o esconderijo dos inimigos.<sup>132</sup> Logo as estradas de comunicação seriam de grande utilidade para as manobras de combate dos conquistadores. Esses caminhos abertos “pelas testadas das matas” permitiram o estabelecimento de povoados e fazendas de gado na região, contribuindo, conseqüentemente, para um aumento de renda para a Fazenda Real.

Em outro documento, o presbítero do hábito de São Pedro, cura e vigário da Vara de Ararobá, Manuel de Araújo Cavalcante, declarou, em 1729, os trabalhos realizados por Antonio Vieira de Melo em prol das terras de Ararobá, da Fazenda Real e da Igreja Católica:

...tem o dito Antonio Vieira de Melo o tratado de sua cultura com tanto desvelo e despesa que, de lugares que conheci, que só serviam de habitação das feras, se tem tornado com a força do benefício em fecundos pastos de criar gados e mais animais domésticos, acrescentando com isto a situação de muitas fazendas de quem tem resultado crescerem maiores rendas à fazenda real, abrindo juntamente por todas as suas terras e mais lugares muitas estradas por incultos matos, suavizando com este benefício os moradores e viandantes e uma conveniência mui útil às suas comunicações, sem o qual benefício seriam impossíveis poderem os Párcos de correr esta freguesia, nem acudir com o Pasto espiritual às suas ovelhas...<sup>133</sup>

Aliás, a abertura de caminhos e estradas por “*incultos matos*” e lugares ermos “*que só serviam de habitação de feras*” não só contribuiu para facilitar a mobilidade do terço e o surgimento de diversos povoados e fazendas de gado, como também abrandou a vida de moradores e viajantes que passaram a ter uma melhor comunicação com outras áreas. Além

<sup>131</sup> *Idem.* 762, 763.

<sup>132</sup> Em relação a presença de negros rebelados de Palmares nas matas do sertão de Ararobá, segundo Manoel Correia de Andrade, o Quilombo dos Palmares exercia uma forte influencia em territórios que iam desde Atalaia em Alagoas, até Garanhuns em Pernambuco, compreendendo, assim, grandes porções de áreas do que hoje é chamada a Zona da Mata e o Agreste. “A sua destruição deu margem a que inúmeras sesmarias surgissem em áreas antes fora do domínio do governo português” ANDRADE, Op. cit. Também Ivete de Moraes Cintra afirma que muitos negros fugidos procuravam a liberdade nas caatingas do Agreste. CINTRA, Ivete Moraes. *Gado brabo de senhores e senzalas*. – Recife, FIAM/ Centro de Estudos de História Municipal, 1988.

<sup>133</sup> *Documentos e notas que ao Instituto Arqueológico e Geográfico oferece J. D.* In: MELLO, op. cit., p. 764, 765.

disso, a abertura dessas estradas que cortavam a caatinga foi de extrema importância para a disseminação da fé cristã, pois facilitou as andanças promovidas por clérigos da Igreja Católica nas estradas dos sertões.

Também Luís Mendes da Silva, cabo do Terço dos Palmares, declarou em 1741, ações promovidas por Antonio Vieira de Melo em favor da campanha dos Palmares contra os negros rebeldes que “*infestavam com tanto prejuízo e destruição*” a Capitania de Pernambuco. Diz Luís Mendes:

... nas quais mandou sempre o dito [Antonio Vieira] assistir-nos com todos os suprimentos necessários de mantimentos, pólvora e bala, e tudo mais conducente para as retiradas e novas empresas, tudo com grande despesa de suas fazenda, fazendo-se juntamente pela sua parte conquista dos mesmos negros, tanto no emprego de sua pessoa que assistiu na ocasião do cerco e batalha que alcançamos do Zumbi, na qual se houve com todo valor e procedimento que ficou ferido de uma perna; como juntamente em uma estrada de comunicação que abriu de cima das suas fazendas para o arraial de jacuípe , na maior largura dos Palmares, a qual serviu as tropas de grande utilidade para as marchas e retiradas, e entrando juntamente a fazer povoações de fazendas de gado pelas beiradas de cima que eram catingas às mais dificultosas marchas, onde pelas aspereza se costumavam ocultar os negros, o que com estas povoações não puderam mais fazer; e nestas povoações consegui fabricar lugares que muitas vezes os não pude romper nem as mesmas terras vadear, pela aspereza de espinhos e agora de presentes se vêem campos com bastante fazendas de gados e bestas, o que tudo tem feito com grande desvelo e despesa de sua fazenda, conseguindo nisto multiplicadas rendas á Fazenda de Sua Majestade...<sup>134</sup>

Neste relato novamente se pode perceber a importância da constituição de povoados nos sertões para a segurança da colônia, na medida em que o desmate da vegetação para a instalação das fazendas de gado fazia com que se reduzissem os locais de esconderijos dos negros fugidos de Palmares que se embrenhavam pelos matos e chegavam a percorrer grandes distâncias até chegarem às caatingas, como também servia para a expansão de rendas da Coroa portuguesa.

Nas três certificações acima há um dado que está presente em todas as partes: a aspereza dos espaços naturais, isto é, dos matos, das caatingas, onde adentravam tanto os grupos indígenas e os escravos fugidos quanto os colonos e as tropas que iam enfrentá-los. Esses espaços inóspitos – com suas vegetações fechadas, espinhosas; repletos de animais peçonhentos como cobras, escorpiões, aranhas; possuidores de relevos acidentados como serras e morros – deveriam ser de difícil acesso e sobrevivência, tanto para os colonizadores quanto para os homens fugidos que se embrenhavam neles a procura de esconderijo.

---

<sup>134</sup> *Idem*, p. 763 e 764.

Mesmo sendo considerados pelos colonizadores como um ambiente de difícil sobrevivência, esses espaços eram frequentados por negros fugidos que formavam quilombos. Essa gente utilizava a natureza como aliada para constituir um refúgio ideal, na medida em que o meio geocológico não só dificultava a perseguição empreendida pelos colonizadores, como também fornecia matéria-prima para a sobrevivência, através da caça de animais, coleta de frutos, extração de madeira.<sup>135</sup> Sendo assim, não se pode negar que a situação geográfica dos sertões era de grande valia para a formação de quilombos.

Após o adentramento cada vez maior dos colonizadores na caatinga, através da abertura de testadas, caminhos e pastos, finalmente vencidos, muitos indígenas foram aldeados, preenchendo as Missões religiosas. Sua redução a estes aldeamentos tinha a justificativa de servir à Igreja, à Coroa portuguesa e ao bem comum dos colonos, assim como o objetivo de serem colocados em espaços pré-determinados e transformados em mão-de-obra livres para produção da colônia.

Foi seguindo essa premissa que o Rei de Portugal, D. Pedro II, em 1684, ordenou ao Governador de Pernambuco, D. João de Sousa de Castro, que a Congregação do Oratório assumisse a administração das aldeias de Ararobá, Limoeiro, Carnijó e Palmar, nos sertões de Pernambuco.<sup>136</sup>

A ação dos religiosos católicos nessa região contribuiu para a colonização dos sertões. Não só pelo trabalho desenvolvido nas peregrinações pelas aldeias, como também pela função de administrar os agrupamentos dos indígenas, no intuito de transmitir a eles os ensinamentos religiosos e de habilitá-los para o trabalho organizado. De acordo com Célio da Silva, a aliança entre a Igreja e o Estado possibilitou “*a concentração de antigos habitantes índios em locais chamados de aldeias, facilitando assim, a ocupação por colonos, e, conseqüentemente a exploração dos índios*”.<sup>137</sup>

Sendo assim, na passagem do século XVII para o XVIII, missionários começaram a se fixar em diversas áreas dos sertões de Ararobá com o intuito de catequizar os povos indígenas ali estabelecidos:

---

<sup>135</sup>Em relação à formação, reprodução e resistência de quilombos na América portuguesa, Aldemir Fiabani coloca que o meio ambiente propiciava o estabelecimento de quilombos. “As condições geográficas influenciaram igualmente a formação dos quilombos. Um território com relevo favorável – densas matas, presença de rios, montanhas escarpadas, pântanos e mangues facilitava o estabelecimento e a estabilidade de um quilombo, dificultando sua identificação-repressão”. FIABANI, *Op. Cit.*, p 253 e 255.

<sup>136</sup>*Alvará do rei*. Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate: documentos avulsos da Capitania de Pernambuco. Cx. 13. Doc. 1320.

<sup>137</sup>SILVA, Célio da. *Resistência cultural do povo xucuru no período colonial*. Revista Ararobá. Ano 3 - nº 3 - maio/2009. Disponível em <http://www.isepnet.com.br/site/revista/>. Acesso em: 05/01/2012.

[...] em começos do século XVIII apareceram os padres missionários da Congregação de S. Filipe Néri, do Recife, que começaram o seu doutrinamento. Mantendo o nome de aldeamento ou missão do Ararobá, progrediu tanto, que em 1744 constava de 150 casais de índios[...]<sup>138</sup>

Pereira da Costa também cita outras aldeias indígenas espalhadas nas imensidões dos sertões de Pernambuco que possuíam ou chegaram a possuir missionários de diferentes hábitos religiosos.

[...] Aldeia da Alagoa Comprida, invocação S. Sebastião; não tem missionário e tem uma só nação de índios Carapatiós. Aldeia do Pam de Açúcar, invocação N.S. da Conceição, o missionário é sacerdote do hábito de S. Pedro, tem uma nação de caboclos da língua geral chamados Chocós. Aldeia da Alagoa da Serra Comonati, invocação N.S. da Conceição, o missionário é sacerdote do hábito de S. Pedro, tem uma nação de caboclos da língua geral chamados Carnijós. Freguesia do Ararobá; Aldeia do Ararobá, o missionário é religioso da Congregação de S. Filipe Néri, tem uma nação de Tapuios Chucurus, com 642 pessoas. Aldeia dos Carnijós, sita na ribeira do Panema, lugar da Lagoa, o seu missionário é sacerdote do hábito de S. Pedro, tem uma nação de Tapuios, chamados, e 323 pessoas. Aldeia do **macaco**, não tem missionário, e o que teve era sacerdote do hábito de S. Pedro, tem uma nação de Tapuios Paraquiós, e 182 pessoas.<sup>139</sup>

Dentre as missões das aldeias listadas acima, as três últimas – Ararobá, Carnijós e Macaco – pertenciam à freguesia do Ararobá. A do Ararobá estava situada em área que depois viria a se transformar na vila de Cimbres.<sup>140</sup> As outras duas aldeias, Carnijó e Macaco, estavam estabelecidas em territórios do sertão de Ararobá que hoje fazem parte ou estavam próximas da circunscrição territorial do atual município de Alagoinha, pois segundo Pereira da Costa, a ribeira do Panema ou Ipanema outrora abrigou o aldeamento dos Carnijós, próximo a Cimbres. Vânia Fialho citou uma lista de aldeamentos existentes no século XVIII, localizando a aldeia dos macacos também na ribeira do Panema: “*a aldeia do Macaco está localizada na Ribeira do Panema. Isto provavelmente se refere às cabeceiras do rio Ipanema, perto de Pesqueira, próximo à Cimbres*”.<sup>141</sup> Isto é, a localização do estabelecimento dada por Fialho situa a aldeia do Macaco nas proximidades também de Alagoinha. Já Pereira da Costa se referiu ao Macaco como lugar de moradias dos índios Paraquiós ou Paratiós: “*Habitavam*

<sup>138</sup> COSTA, *Op. Cit.*, v. 6. p. 240.

<sup>139</sup> COSTA, *Op. cit.* v. 2. p. 83.

<sup>140</sup> COSTA, *Op. cit.* v. 6. p. 237.

<sup>141</sup> FIALHO, Vânia. *As Fronteiras do ser Xukurú: estratégias e conflitos de um Grupo Indígena no Nordeste*. – 1992.

*uma certa zona do sertão, e em 1746 constituíam a missão do macaco, um grande aldeamento, na paróquia do Ararobá”*.<sup>142</sup>

A partir da segunda metade do século XVIII, apesar da grande presença das missões religiosas espalhadas pelo Brasil, a Coroa portuguesa estabeleceu outra forma de relação sobre a política indígena e o processo de colonização dos sertões. Em 1755, D. José I aprovou o *Directório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, sendo essa legislação ampliada a toda colônia a partir de 1758. Com o princípio de melhor preservar as fronteiras e incrementar e variar a agricultura, o Diretório retirava a tutela das ordens religiosas sobre os índios. O controle sobre eles passaria então para as mãos de um diretor, nomeado pelo governador e capitão-geral do Estado, cujo papel seria intermediar os colonos e promover a “civilidade” dos grupos indígenas. Assim, cada povoação teria o seu próprio diretor que desenvolveria variadas tarefas, entre elas a de tornar obrigatório o uso da língua portuguesa, proibindo o uso da língua nativa ou geral, e de incentivar os trabalhos na agricultura e comércio.<sup>143</sup> Nesse sentido, regras foram impostas com o objetivo de estabelecer limites no intuito de criar, manter e fortalecer os ideais de racionalidade e civilidade.

Com o término da influência missionária sobre o controle dos índios e suas terras, o Diretório incentivava a criação de vilas em vários pontos estratégicos do interior da América portuguesa, no intuito de ampliar o alcance da administração da Coroa em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, favorecendo, com isso, a submissão indígena e uma melhor fiscalização das áreas dos sertões. Nesse sentido, no ano de 1762, o Desembargador Manuel Gouveia Alvares, Ouvidor Geral, nomeado para o estabelecimento das vilas e lugares dos índios, criou a Vila de Cimbres, situada nos antigos sertões de Ararobá, em Pernambuco, com o objetivo de sujeitar os índios a um melhor controle do governo e desenvolver a criação de gado, a agricultura e o comércio na região.<sup>144</sup>

E como pela relação dos moradores que atualmente se acham habitando essa povoação antigamente chamada Ararobá, e depois Monte Alegre, a qual agora fica sendo denominada povoação de Cimbres (...). Portanto ordeno aos principais e mais moradores e índios desta dita povoação, que no dia vinte e oito do corrente mês, de tarde, concorram ao terreiro junto da igreja para se determinar o lugar da dita povoação mais próprio para servir de praça e para se assistirem as áreas ou terrenos

<sup>142</sup> COSTA. Op. cit. v. 5. p. 168.

<sup>143</sup> MEDEIROS, *Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitâneas do norte do Brasil*. Op. Cit, p. 125-159.

<sup>144</sup> Segundo Gilvan de Almeida Maciel, em suas notas adicionais ao Livro da criação da vila de Cimbres, existiam diversas palavras para designar os índios Jocuris: Sucurus, Chocorus, etc., que evoluíram para Xucurus, termo que permanece inalterado até hoje. FIAM/CEHM, Op. Cit, p. 259



competentes para as casas da câmara de audiência e cadeia e das mais oficinas públicas, e para se delinear a forma em que hão de ficar as ruas e se regular a construção de casas e quintais dos moradores e o assentamento dos currais em que se possam recolher os gados em comum e se assinar terra para baldios, pastos públicos e para o patrimônio da câmara, com reserva de todas a necessária para a distribuição que hão de ter os ditos índios moradores, na forma determinada pelo Diretório.<sup>145</sup>

O documento acima revela o objetivo da Coroa portuguesa não só de sujeitar os índios ao controle do Estado, como também de normatizar o espaço do antigo aldeamento, através da construção de edificações públicas (casas da câmara de audiência e cadeia), do traçado de ruas e do estabelecimento de casas particulares. Nesse caso, Cimbres foi erigida segundo um plano regulador, pois o Edital de 1762 deixava claro o objetivo de se erguer um núcleo urbano ordenado.

A casa da Câmara foi erguida à direita da entrada da antiga igreja e possuía seus padrões arquitetônicos semelhantes a outros edifícios públicos do mesmo período, como por exemplo, a planta retangular, o teto de cumeeira e em quatro águas, e aberturas das portas e janelas formadas por vergas em arco de círculo (foto 25).<sup>146</sup>

**Foto 25 – vista atual da antiga casa da Câmara com telhado em quatro águas**



Foto de Alexandre Bittencourt

<sup>145</sup> *Escolha do local da vila de Cimbres* – Edital para feitura nele declarada. FIAM/CEHM, *Op. Cit.*, p. 40.

<sup>146</sup> Segundo Robert Smith, as casas de câmara com telhados em quatro águas são comuns em Portugal do século XVI ao XIX. Esse estilo foi utilizado na América portuguesa nos edifícios públicos municipais, como a casa da Câmara de Cachoeira, na Bahia, que tem a datação atribuída de sua construção os anos de 1698 ou de 1712. SMITH, *Op. Cit.*

Os locais de construção da praça, dos edifícios públicos, das casas dos moradores e das ruas terminaram por dar forma à vila de Cimbres. Ela foi sede do termo ou município de Cimbres até 1836, ficando os limites originais de seu termo em áreas bastante extensas que compreendiam boa parte do atual agreste e sertão Pernambucano. De acordo com André Lemoine Neves, a área sob a administração da Vila de Cimbres compreendia:

...todo o território que atualmente vai desde Vitória de Santo Antão, a leste; até Flores, a oeste; passando por Cabrobó, Garanhuns e Penedo (hoje em Alagoas), ao sul; até o limite com o território da cidade da Paraíba (hoje João Pessoa), ao norte.<sup>147</sup>

Vale salientar também que na medida em que a Coroa portuguesa, através do governo de Pernambuco, estimulava as edificações de vilas para disseminarem os bons costumes da sociedade colonial (como o caso descrito acima, por exemplo) ao mesmo tempo também marcava presença no controle das áreas mais distantes de influência das ditas vilas. É o que demonstram os inventários e as ações cíveis da comarca de Cimbres, realizados entre os séculos XVIII e XIX, que ilustram a presença do Estado nos lugares mais longínquos do sertão.<sup>148</sup>

Por falecimento de algum parente, homens e mulheres residentes nas mais distantes paragens procuravam as autoridades responsáveis para realização de inventários post-mortem. Isso mostra que a Coroa portuguesa tinha meios jurídicos de alcançar até mesmo os mais longínquos sítios, fazendas e povoados, marcando assim presença nessas localidades. A mando de juízes, inúmeros inventários foram realizados em sítios, fazendas e povoados que compunham o município de Cimbres, entre as décadas de setenta do século XVIII e os anos vinte do século XIX. Um dos exemplos dessa prática pode ser encontrado em trechos do inventário de José dos Reis Lima:

Inventário que mandou proceder Juiz Ordinário o Capitão Vicente Ferreira da Costa dos bens que ficaram por falecimento de José dos Reis Lima, a bem da Real Fazenda, para pagamento da Real Taxa (...) Anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo demil oitocentos evinte, aosnove dias do mês de Novembro demil oitocentos e vinte de Novembro deste anno, nesta Fazenda Inhumas, termo da Vila de Simbres da nova Comarca do Sertão de Pernambuco (...)<sup>149</sup>

<sup>147</sup> NEVES, *Op. Cit.*

<sup>148</sup> No Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco foram encontrados um total de 16 inventários post-mortem datados entre os anos de 1774 e 1822, pertencentes a Comarca de Cimbres.

<sup>149</sup> INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de José dos Reis Limas*. Acervo Orlando Cavalcanti-Cx 40, 1820.

Percebe-se pela expressão “nesta Fazenda Inhumas” que o inventário foi realizado na propriedade do falecido José dos Reis Lima. O próprio Estado tinha o interesse de realizar esse tipo de trabalho, na medida em que ele seria contemplado financeiramente através do pagamento da Real Taxa. Nesse sentido, quanto mais inventários realizados, mais taxas eram cobradas em nome da Real Fazenda para a Coroa portuguesa. Com isso, também o Estado e suas leis se faziam marcante nas localidades do interior.

### 3.2. “Límpidas lagoinhas de água potável”:<sup>150</sup> florescimento de um povoado nos antigos sertões de Ararobá

A partir do surgimento da vila de Cimbres, logo começaram a aparecer povoações periféricas em sítios pertencentes à área de abrangência jurídico-administrativa da dita vila.<sup>151</sup> Possivelmente era necessário expandir cada vez mais a cultura e a economia dos colonizadores nas territorialidades pertencentes à Cimbres e eliminar as áreas consideradas selvagens, bravias, vazias, caracterizadas como inadequadas para os padrões de civilidade. Sendo assim, a presença de povoações em áreas de antigos sítios provavelmente tinha por finalidade expandir a criação de gado e algodão e levar a civilização para os locais distantes das vilas, isto é, aqueles considerados desertos, vazios: os sertões. Um desses sítios, denominado Lagoinhas ou Alagoinhas, foi efetivamente povoado a partir de 1805.<sup>152</sup>

As primeiras informações sobre Alagoinhas aparecem numa lista de bens sequestrados pela Fazenda Real em 1761. Dentre eles se encontram vários sítios, como o do Macaco, avaliado em 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis); o do Bocu, avaliado em 60\$000 (sessenta mil réis) e o sítio de Lagoinhas que tem seu preço fixado em 200\$000 (duzentos mil réis), entre outros.<sup>153</sup>

Embora o nome da propriedade referida acima fosse Lagoinhas e não Alagoinhas, tudo leva a crer que se tratava da mesma, pois na relação do sequestro o sítio aparece compreendido entre o do Macaco e o do Bocú, hoje lugares que compõem ou fazem fronteira com o atual município. Além disso, documentos do século XIX que pertenciam à Comarca de Cimbres comprovam que a localidade referida era chamada de “Lagoinhas” ou “Alagoinhas”,

<sup>150</sup> COSTA. Op. cit. v. 7. p. 195 e 196.

<sup>151</sup> A área de abrangência de uma vila era chamada de município ou termo. De acordo com Graça Salgado, o município ou termo era considerado a menor divisão administrativa da Colônia, sendo dirigida por um órgão colegiado, a Câmara Municipal, que exercia as funções político-administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia. SALGADO, Graça. (org.). *Fiscais e Meirinhos: administração no Brasil Colonial*. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 69. Para Cláudia Damasceno Fonseca, na América portuguesa a vila era o núcleo urbano principal, onde se reunia a câmara. Já o termo da vila era o território de jurisdição dos oficiais camarários, que incluía geralmente várias outras localidades, como sítios, povoações, arraiais. FONSECA, *Op. Cit.*

<sup>152</sup> De acordo com Cláudia Damasceno Fonseca, no período colonial, a palavra “sítio” se referia a lugares ocupados de maneira estável e circunscritos. Tratava-se de áreas rurais nas quais a densidade demográfica é bem menor que outros lugares, como por exemplo, arraiais e vilas. Já em relação a criação de povoados no interior da América portuguesa, ela afirma que se deve ter cuidado ao avaliar um surgimento de um povoado como “espontâneo”, pois mesmo os mais “insignificantes” deles, fundados por humildes colonos, poderiam de alguma forma ter sido influenciados pelo processo de intervenção do Estado na região. FONSECA, *Op. Cit.*

<sup>153</sup> MELLO, *Op. Cit.*, p. 774.

sendo possível perceber essa variação tanto nos inventários post-mortem dos primeiro habitantes do sítio Alagoinhas, Gonçalo Antunes Bezerra e sua esposa, Antonia Maria de Jesus, quanto no processo civil da divisão de terras do sítio.<sup>154</sup>

Durante o século XIX Pereira da Costa relatava a fundação do povoado de Alagoinhas como sendo efetivada no ano de 1805, em um sítio onde existia uma plantação de cereais. *“Neste ano teve lugar a fundação do povoado alagoinhas, na paróquia de Cimbres, por Gonçalo Antunes Bezerra, cuja denominação vem das suas numerosas e límpidas lagoinhas de água potável”*.<sup>155</sup>

Esse período de ocupação de Alagoinhas coincide com o recorte temporal e espacial estudado por Manuel Correia de Andrade em relação às expansões coloniais nas áreas que correspondem hoje o atual agreste nordestino. De acordo com Correia de Andrade, as áreas do agreste de Pernambuco foram efetivamente colonizadas principalmente na virada do século XVIII para o XIX, quando criadores de gado passaram a subir o rio Ipanema e Ipojuca se fixando nesses locais.<sup>156</sup>

Em relação à circunscrição do antigo sítio, o processo cível de divisões de terras de Alagoinhas elaborado no ano de 1835, que dividia a localidade entre os hedeiros de Gonçalo Antunes, registra as dimensões, demarcações e limites da propriedade original, como pode ser observado no “mapa do tipo gráfico” (foto 26):

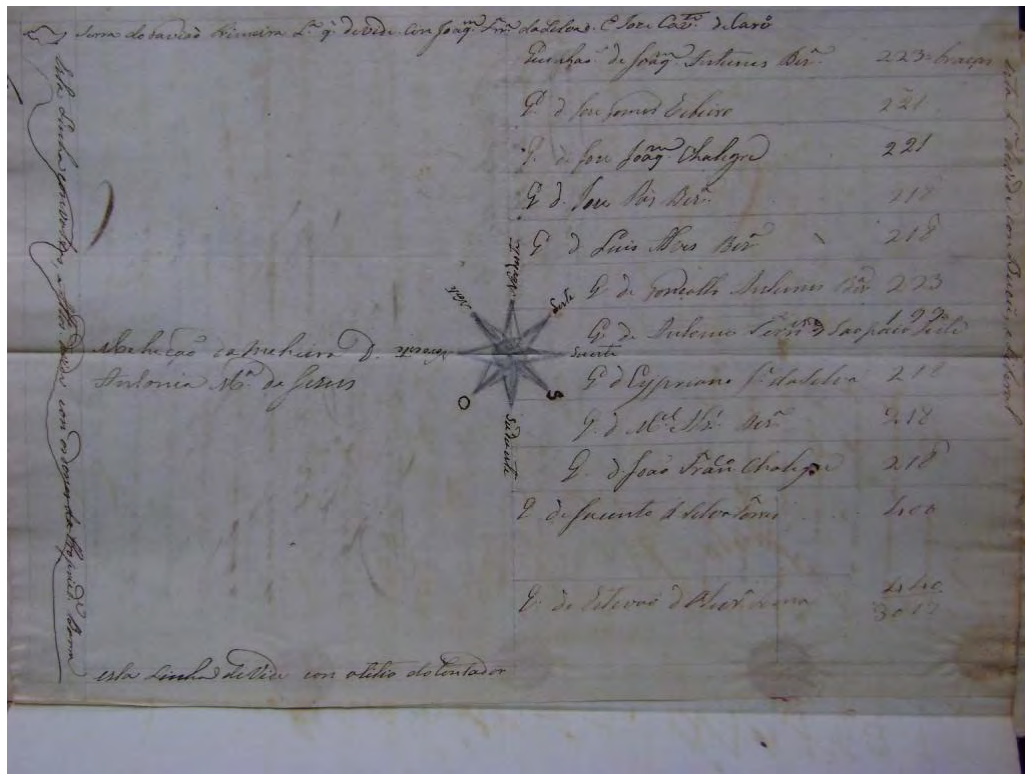
---

<sup>154</sup> Para verificar a variação do termo “Alagoinhas” e “Lagoinhas”, fazer comparação entre os seguintes documentos: Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra, 1835 - IHGP -Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61; Processo cível de Divisão da propriedade Alagoinha, 1835 - IAHGP-Acervo Orlando Cavalcanti-CX.150. Inventário de Antonia Maria de Jesus - IHGP - Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 64.

<sup>155</sup> COSTA. Op. cit. v. 7. p. 195.

<sup>156</sup> ANDRADE. Op. Cit.

Foto 26 – “Mapa do tipo gráfico” da propriedade Alagoinhas



FONTE: INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Processo cível de Divisão da propriedade Alagoinhas*. Acervo Orlando Cavalcanti-CX.150, 1835.

As informações contidas no mapa revelam os limites da propriedade com as terras de outros proprietários:

Serra do Gavião primeira linha que divide com Joaquim Ferreira da Silva e José [ilegível]; esta linha divide com Bocú e Liberal; esta linha divide com o sítio do Contador; esta linha [ilegível] divide com os donos da propriedade Barra.<sup>157</sup>

No centro do mapa a presença de uma rosa dos ventos situa as coordenadas desses limites. O mapa traz também as dimensões de terras recebidas por cada descendente, que variavam entre 218 e 440 braças pra cada um dos herdeiros, perfazendo ao todo 3017 braças.<sup>158</sup>

Segundo Henry Koster, a divisão das propriedades nos sertões era vaga: “poucos tentam conhecer as dimensões exatas de sua propriedade e, possivelmente, não chegariam ao

<sup>157</sup> INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Processo cível de Divisão da propriedade Alagoinhas*. Acervo Orlando Cavalcanti-CX.150, 1835.

<sup>158</sup> *Idem*.

fim colimado”.<sup>159</sup> Nesse sentido, o Mapa constante no documento de divisão de terras da família Antunes Bezerra foi elaborado possivelmente com a finalidade de descrever minuciosamente a área da propriedade Alagoinhas, o que demonstraria que certos proprietários realmente tinham a preocupação de conhecer os limites de suas terras.

A ocupação do sítio onde se assentaria o núcleo inicial da povoação de Alagoinhas se deveu possivelmente a condições naturais favoráveis à existência de água, elemento essencial para sobrevivência humana, principalmente em uma região que possui clima semiárido. De acordo com Pereira da Costa o sítio era situado numa região que se caracterizava pela presença de água potável e que, anos depois, deu origem a uma “*povoação, que consta de umas cento e cinquenta casas, com algum comércio e animada feira semanal, tem um cemitério público, murado, com diversas catacumbas e jazigos particulares...*”<sup>160</sup>

Segundo Dorgival Galindo, a primeira ocupação colonial de Alagoinhas se deu a partir do último quartel do século XVIII, quando João Antunes Bezerra adquiriu a propriedade a uns portugueses residentes no Brejo da Madre de Deus. Chegando lá, acompanhado de sua família e de escravos, encontrou João Antunes o local desabitado, isto é, sem a presença dos povos indígenas que outrora ocuparam a região.<sup>161</sup> Anos mais tarde, vendeu João Antunes sua propriedade para seu irmão, Gonçalo Antunes Bezerra, que vindo de Vitória de Santo Antão fixou residência na localidade, trazendo consigo sua mulher, filhos, parentes, amigos e escravos, no ano de 1805.<sup>162</sup>

Pode-se perceber que os relatos de Galindo afirmam que a família Antunes Bezerra chegou às terras de Alagoinhas e não encontrou presença de grupos indígenas que no passado habitavam o território. Sendo assim, possivelmente, esses grupos indígenas foram expulsos dessa localidade devido às ações colonizadoras de Antonio Viera que, chegando ao Ararobá no século XVIII, empreendeu perseguição contra os antigos habitantes. Portanto, fixados nas terras de Alagoinhas, Gonçalo Antunes e seus familiares trataram de erguer algumas habitações, cercas e abrir caminhos pelos matos, transformando os espaços naturais em espaços construídos.

---

<sup>159</sup> KOSTER, *Viagens ao Nordeste do Brasil Op. Cit.* p. 218.

<sup>160</sup> COSTA. *Op. cit.* v. 7. p. 195 e 196.

<sup>161</sup> Essa ausência de grupos indígenas em Alagoinhas no período da chegada da família colonizadora se explica pelo fato de que, entre a passagem do século XVIII para o XIX, muitos grupos indígenas dos sertões de Pernambuco já haviam sido expulsos do seu território pelos colonizadores. Ver SILVA. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras. Op. Cit.*

<sup>162</sup> GALLINDO, Dorgival. *Traços históricos sobre a fundação de Alagoinhas e seus primeiros habitantes.* Tipografia Jornal de Pesca, 1931.

Para Mary Del Priore e Renato Venâncio, a família colonial era a base de existência dos lugarejos do interior do Brasil, na qual grupos domésticos podiam viver isolados de outras famílias graças a uma produção praticamente autossuficiente. Geralmente a ocupação desses locais se dava em regiões originalmente ocupadas por povos indígenas.<sup>163</sup> Nesse sentido, o povoado de Alagoinhas seguiu um processo já corriqueiro e bem difundido em outras localidades da América portuguesa, que geralmente se iniciava com instalação de uma família colonial, em terras outrora frequentadas por grupos indígenas, propiciando uma série de atividades desenvolvidas pelos colonos.

Antes da chegada dos colonizadores no interior dos sertões de Pernambuco a região era ocupada por uma enorme variedade de povos indígenas. Povos estes que ao alterarem o ambiente ao seu redor deixavam suas marcas no tempo e no espaço através da elaboração de diversos tipos de artefatos. É muito provável que adentrando cada vez mais nos sertões, os colonizadores se depararam e entraram em contato com as transformações no ambiente causadas outrora pelos antigos habitantes.<sup>164</sup> Na região na qual o povoado de Alagoinhas foi criado não foi diferente. Lá ainda hoje é possível encontrar vestígios (pinturas rupestres, artefatos líticos) que remetem ao tempo em que a localidade era frequentada por homens e mulheres indígenas que possuíam padrões culturais diferentes dos colonizadores. Se os colonizadores reutilizaram ou ressignificaram esses bens pertencentes aos indígenas, é difícil dizer. O fato é que provavelmente essas pessoas recém-chegadas tiveram contato com essa cultura material, pois ela estava a vista dos colonizadores principalmente através das pinturas rupestres inseridas em matacões rochosos que fazem parte da paisagem da localidade. Pensar que os colonizadores não tenham se deparado com esses registros que comprovavam a presença de grupos indígenas é negar as estratégias de ocupação dessa sociedade que se embrenhava nas serras e caatingas para poderem reconhecer o ambiente, no intuito de praticar seus hábitos de moradia, alimentação, trabalho. No século XIX, Pereira da Costa já registrava em seus *Anais Pernambucanos* informações trazidas pelo padre Francisco Correia, no ano de 1799, sobre a existência de registros rupestres encontrados nos sertões de Pernambuco.

Um dos objetos que mereceram a particular atenção do Padre Francisco Correia nas suas excursões sertanejas, foram-- as pedras pintadas, ou inscrições indígenas,

<sup>163</sup> DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma história rural no Brasil*. – Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

<sup>164</sup> De acordo com Marcus Carvalho e Anna Laura Teixeira de França, “não existem matas intocadas pelo homem. É um sonho pensar que possa haver recantos florestais onde ninguém tenha se aventurado. Antes mesmo da chegada dos portugueses, os povos indígenas já estavam a milhares de anos interagindo e mudando o meio ambiente”. CARVALHO; FRANÇA. *Op. Cit.* p. 133.



lapidares, constantes de caracteres e figuras ignotas, - das quais faz, ele menção, indicando a localidade em que se viam, e copiando mesmo os seus curiosos desenhos, traçados de um vermelho vivíssimo, indelével, e cujo numero atinge areas de cem.<sup>165</sup>

(...) Cimbres, no lugar Cacimbas, a 15 quilômetros de Alagoinhas, na serra do Bocu, em uma grande laje, constante de desenhos de animais da nossa fauna, toscamente grafados, na serra do Dinheiro, ao sul da povoação, e na fazenda Arara no distrito de Olho-d'Água dos Brados; Alagoa de Baixo, em algumas serras, nomeadamente as de Jabitacá e da Velha Chica; Pedra, no sitio Barbado, na gruta de uma empinada montanha.<sup>166</sup>

Percorrendo esses sertões, o padre se deparou com uma variedade de registros rupestres em diversas localidades do interior pernambucano. De acordo com o documento acima, em suas andanças ele verificou pinturas nas áreas que compõem ou estão no entorno do território de Alagoinhas, o que demonstra que os colonizadores percebiam e até mesmo registravam as alterações no ambiente, causados pelos povos indígenas que habitavam a região antes do processo colonizador da Coroa portuguesa.

Sendo assim, podemos considerar que a família colonial de Gonçalo Antunes, juntamente com seus parentes e trabalhadores escravos, não foram os primeiros homens e mulheres a ocupar o local que viria a ser edificado o povoado de Alagoinhas, pois a presença de indígenas aparece nos bens culturais elaborados e deixados por esses povos nas formas de registros rupestres e de artefatos de pedra. No entanto, respeitando as particularidades culturais de cada grupo, possivelmente tanto os colonizadores quanto os índios encontraram um ambiente natural propício para se estabelecerem, transformando, cada um ao seu modo, as paisagens em busca de uma melhor sobrevivência.

---

<sup>165</sup> COSTA. Op. cit. v. 7. p. 62

<sup>166</sup> Idem. p 68.

#### 4. NAS “LAGOINHAS” DOS SERTÕES: ESPAÇOS, HABITAÇÕES, CULTURA MATERIAL

Os aspectos dos povoados e vilas não são estáticos. Pelo contrário, algumas razões contribuem para explicar a constante mudança de construção nos espaços, entre elas, as considerações de ordens econômicas e demográficas.<sup>167</sup> Na medida em que a pecuária e o algodão foram se expandindo nos sertões de Pernambuco foi havendo uma transformação dos espaços naturais em espaços construídos, pois agora os locais atraíam cada vez mais pessoas interessadas na economia agropastoril. Razão menos aparente, mas tão importante quanto, era o aumento populacional causado pela ampliação dos núcleos familiares nos espaços sertanejos, que também culminavam em seguidas mudanças no ambiente natural.

Os quadros abaixo se referem ao número de habitantes de algumas freguesias no interior da Capitania de Pernambuco na penúltima década do século XVIII, e mostram o aumento populacional ocorrido em algumas vilas:

##### Quadro 01 – Lista do número de habitantes de vilas do interior de Pernambuco

ANO 1782

FREGUESIA	HOMENS	MULHERES
Simbres	512	628
Bezerros	1004	832
Cabrobó	2684	2276

FONTE: Mapa que mostra o número dos habitantes das quatro capitanias deste governo: a saber, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, o seguinte. Freguesias de que se compõem as cinco Comarcas Eclesiásticas. Martinho de Melo e Castro. 25 de setembro de 1782. A.H.U., PE, p.a., Caixa 73. LAPEH - UFPE

---

<sup>167</sup> COLLOMP, *Op. Cit.*

**Quadro 02 - Lista do número de habitantes de vilas do interior de Pernambuco**

**ANO 1788**

FREGUESIA	HOMENS	MULHERES
Simbres	824	860
Bezerros	1568	1462
Cabrobó	2934	2655

FONTE: Mapa que mostra o número dos habitantes das quatro capitâneas deste governo: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, divididas nas cinco Comarcas Eclesiásticas. Martinho de Melo e Castro. 25 de setembro de 1788 A.H.U., PE, p.a., Caixa 88. LAPEH - UFPE

Ao analisar os quadros foi percebido que em seis anos houve um aumento no número de homens e mulheres moradores de algumas freguesias nos sertões. A vila de Cimbres passou a contar com 312 homens a mais, Bezerros saltou para 564 e Cabrobó teve um aumento de 250 homens. Já com relação ao sexo feminino Cimbres foi para 232 mulheres a mais, Bezerros sofreu um acréscimo de 630 e Cabrobó 379.

Na medida em que a população crescia provavelmente era necessário se apropriar de novas áreas naturais para transformá-la em espaços construídos no intuito de abrigar novos moradores, sejam eles nascidos nas próprias vilas e povoados ou vindos de outras localidades. Sendo assim, os dados populacionais podem sugerir que o aumento de números de habitantes nas freguesias dos sertões contribuiu para uma alteração cada vez maior dos espaços naturais do entorno desses núcleos urbanos.

Ao chegar ao sítio Alagoinhas os colonos deixaram vestígios fundamentais do processo de fixação na região, o que torna possível compreender algumas características organizacionais da sociedade local. Lá, encontraram um lugar propício para se estabelecer e desenvolver suas relações socioculturais, assim como a elaboração de seus bens materiais e as transformações dos espaços naturais em espaços construídos. A apropriação dos espaços naturais e suas mudanças pelas técnicas dos colonizadores culminaram na elaboração de toda uma gama de bens culturais, principalmente objetos utilitários, cercas, plantações, pastos, barreiros, casarios.

Após o estabelecimento dos colonizadores na propriedade, provavelmente com o passar dos anos foi havendo um aumento populacional na localidade. Sendo assim, no

povoado de Alagoinhas os espaços naturais passaram a sofrer cada vez mais transformações, pois a partir do aumento populacional começou a surgir a necessidade de novas habitações nestes espaços. Para Allain Collomp, “as superfícies construídas pertencentes a uma unidade familiar não eram imutáveis. A utilização de cada parte podia mudar ao longo de gerações e na medida das necessidades”.<sup>168</sup> Uma das causas das mudanças no espaço era o aumento do número de indivíduos dentro de uma mesma família, estimulados por casamentos. E tal fator pode ser percebido para o caso de Alagoinhas, pois o inventário de Gonçalo Antunes fornece o número de filhos casados:

---

<sup>168</sup> COLLOMP. *Op. Cit.* p. 488.

### Quadro 03 - Listagem de herdeiros de Gonçalo Antunes Bezerra

Filhos legítimos
1. Luiz Alves Bezerra [espaço] casado
2. Gonçalo Antunes Bezerra [espaço] casado/ morto
3. Antonio Fernandes Sampaio Leite [espaço] casado
4. José Paz Bezerra [espaço] casado
5. Rita Nunes Bezerra, casada com José Gomes Ribeiro
6. Maria de Santiago Bezerra, casada com Cypriano José da Silva
7. Izabel Nunes Bezerra, casada com Estevão de Oliveira Lima
8. Antonia dos [ilegível] Bezerra, casada com Manoel Alves Bezerra
9. Lisarda Nunes Bezerra, casada com Jacinto da Silva Torres
10. Donenciana Bezerra, casada com José Joaquim Chalegre
11. Ignacia Nunes Bezerra, casada com João Francisco Chalegre
12. Joaquim Antunes Bezerra [espaço] F/natural e casado

Fonte: INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

Analisando essa relação se percebe que todos os nomes dos filhos e filhas aparecem acompanhados respectivamente do termo casado ou do nome do esposo. Através dessa descrição se pode notar que a constituição da família de Gonçalo Antunes foi ampliada graças a esses casamentos. Ora, provavelmente o aumento do número de pessoas exigiu também uma expansão de novas moradias na localidade. Para Collomp, “novas construções surgiam no mesmo pátio para abrigar os pais velhos que se afastavam do trabalho agrícola ou um filho que se casara”. Além disso, saído do lar paterno por conta do casamento, a nova residência do filho devia ser estabelecida perto dos pais, “no seio da comunidade”.<sup>169</sup> Logo, no decorrer das primeiras décadas do século XIX, é provável que novas casas fossem sendo construídas na propriedade de Antunes em Alagoinhas, constituindo, assim, um pequeno núcleo de edificações.

<sup>169</sup> COLLOMP, *Op. Cit.*, p. 488 e 489.

**Foto 27 – casario: núcleo urbano de Alagoinha**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

A imagem acima retrata o atual espaço urbano originado pelo povoamento do antigo sítio Alagoinhas. Com o passar do tempo, além das estruturas arquitetônicas de algumas casas sofrerem transformações pela ação do homem, também novas edificações foram sendo construídas no mesmo espaço. No entanto algumas casas ainda mantêm boa parte de suas características originais, como é o caso da antiga morada de Gonçalo Antunes (1ª casa da direita para a esquerda), que por baixo do reboco de cal apresenta suas paredes formadas de madeira e barro (fotos 27 e 29).

Em relação ao casamento, este tinha sua importância nas sociedades tanto urbanas quanto rurais. De acordo com Leila Mezan Algranti, “o casamento sacramentado conferia status e segurança aos colonos, tornando-o desejável tanto pelos homens como pelas mulheres”.<sup>170</sup> Nesse sentido, além de simplesmente aumentar o número de habitantes em determinadas localidades, certos casamentos poderiam trazer benefícios econômicos e sociais

---

<sup>170</sup> ALGRANTI, *Op. Cit.*, p. 87.

para as famílias dos noivos. Em um pequeno povoado rural como o de Alagoinhas, por mais distante que fosse da vila principal, Cimbres, os moradores necessitavam encontrar formas variadas para realizar a união matrimonial. Possivelmente, pelo número reduzido de habitantes, alguns recorriam aos casamentos consanguíneos com primos e primas. Já outros pretendentes dependiam da vinda de pessoas de fora do povoado: o casamento da filha de Gonçalo Antunes, Izabel Nunes Bezerra, por exemplo, deu-se com um primo da mesma. Já as outras filhas se casaram com homens de negócios vindos de outras regiões de Pernambuco.<sup>171</sup>

Apesar dos zelos interligados entre Igreja e Estado Moderno para a valorização do casal legalmente instituído e pela inibição das atividades extraconjugais, naquilo que Mary Del Priore chamou de “normatização do corpo social”,<sup>172</sup> havia também nos sertões casos de relacionamentos fora do casamento. É o exemplo do próprio Gonçalo Antunes que deixou em sua lista de filhos legítimos *Joaquim Antunes Bezerra*, descrito no inventário como filho natural. Segundo Leila Algranti, são verificados em alguns domicílios coloniais filhos naturais “que muitas vezes são criados com os legítimos”.<sup>173</sup> No caso de Alagoinhas, Gonçalo Antunes possuía um rebento fruto de uma relação extraconjugal e o colocou em sua lista de filhos legítimos no inventário, concedendo-lhe direito na partilha dos bens inventariados.

Nesse sentido, na medida em que os casamentos iam sendo realizados e filhos eram gerados, aumentava-se gradativamente o número de pessoas morando na localidade. Portanto, para os habitantes de Alagoinhas era necessário cada vez mais aumentar o número de casas e ampliar o consumo de matérias-primas para suprir as necessidades básicas de sobrevivência, como habitação, segurança, alimento.

---

<sup>171</sup> GALLINDO, *Op. Cit.*

<sup>172</sup> DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: José Olímpio, 1995. p. 38.

<sup>173</sup> ALGRANTI. *Op. cit.* p. 87.

#### **4.1.A construção das habitações: o assentamento, as técnicas e o uso da matéria-prima na confecção de artefatos**

De início, através das prospecções realizadas, percebeu-se que a casa da família colonizadora se encontrava em uma extensa área plana e elevada em relação ao seu entorno. Esse tipo de posicionamento possivelmente permitiu aos moradores um olhar privilegiado das paisagens em volta da habitação, pois proporcionava uma ampla visibilidade das áreas mais rebaixadas no relevo e das serras que circundam a localidade, como a serra do Gavião, do Pontudo, do Bucu, do Magé.

A presença de lagoas naturais nas proximidades da casa também é um aspecto relevante a ser considerado. Diversas lagoas estão incrustadas nos lajedos de granitos e algumas chegam a alcançar centenas de metros de extensão (foto 28). A proximidade das casas em relação às lagoas provavelmente sanava as deficiências hidráulicas, possibilitando acesso rápido à água que, nas épocas de estiagem, era bastante escassa nesse tipo de região que possui um clima semiárido. Lá possivelmente os habitantes usavam as águas das lagoas para consumo próprio, utilizando-a para beber, na lavagem de roupas, no trato dos animais domesticados, na irrigação dos roçados, na espreita e na caça de possíveis animais selvagens que porventura viessem matar sua sede. Os locais onde havia a presença de água mesmo durante o período de estiagem teriam extrema importância no abastecimento dos colonizadores. André Proença analisa indícios de que a área onde se situa os lajedos e lagoas era usada para abrigo e pouso dos grupos pré-coloniais, onde estes dispunham de água para realizar diferentes tipos atividades, tanto nos momentos em que a água era abundante quanto nos períodos mais secos.<sup>174</sup> Ora, considerando que água é um elemento indispensável para a sobrevivência humana, da mesma forma que os grupos pré-coloniais, os colonizadores provavelmente encontraram nessa região condições favoráveis para se estabelecerem. Nesse sentido, seriam encontrados entre os lajedos e as lagoas lugares propícios de atração e fixação dos colonos. Aí a importância da presença de água seria um dos fatores mais dinâmicos da formação da povoação e ajudaria a superar algumas das condições naturais desfavoráveis a sobrevivência do ser humano, como por exemplo o clima seco.

---

<sup>174</sup> PROENÇA, *Op. Cit.*, p. 75



**Foto 28 – Entre lajedos e lagoas**

Foto de Alexandre Bittencourt

Do mesmo modo que a vegetação do semiárido aflorava no entorno das lagoas, criando raízes e penetrando no duro granito, os colonizadores passaram a construir estrategicamente habitações entre os lajedos e lagoas do sítio Alagoinhas, surgindo daí o povoado. No inventário de Gonçalo Antunes Bezerra há uma descrição de sua residência: “*Declarou a inventariante haver na mesma propriedade Alagoinhas huma morada de cazas detaipa cobertas de telha, onde mora ha inventariante que avaliarão em sessemnta mil reis que dá*”.<sup>175</sup>

Nota-se que, na descrição, a morada é caracterizada como sendo de taipa. Esse tipo de técnica de construção e seus materiais utilizados na referida casa de Alagoinhas são parecidos com outras habitações rurais do Brasil, durante o período colonial. Segundo Robert Smith, na América portuguesa as casas feitas de barro e madeira eram presentes de norte a sul do território. Essas “construções primitivas” eram de madeira, barro, e materiais vegetais de

---

<sup>175</sup>INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

grande variedade e durabilidade, podendo boas casas serem construídas sem o auxílio de pedreiros, oleiros ou ferreiros.<sup>176</sup> Para Smith, esse tipo de arquitetura, encontrada nas casas rurais de Pernambuco, no Norte, e de São Paulo no Sul, teve como modelo as casas rurais do Norte de Portugal, sendo que na América portuguesa o barro substituiu a pedra na feitura das paredes. Isso demonstra que mesmo sendo baseada na arquitetura portuguesa, os colonos não deixaram de se apropriar de influências indígenas e de outras adaptações quanto ao modo de morar, pois segundo Smith, os portugueses adotaram alguns costumes indígenas de moradia, entre eles, o uso de materiais típicos da região, como toras de madeiras tropicais, galhos e o barro usados na constituição de paredes.<sup>177</sup>

A antiga casa de Gonçalo Antunes ainda hoje mantém partes de suas características originais: taipa, com as paredes feitas de troncos finos entrecruzados de madeiras típicas da região e tendo o barro como enchimento (foto 29).

#### **Foto 29 – Detalhe da parede composta de barro e madeira**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

---

<sup>176</sup> Smith, pesquisando sobre as casas rurais de Pernambuco, Bahia e São Paulo, afirmava que “o mesmo tipo de sistema de construção prevaleceu, aproximadamente ao mesmo tempo e dentro das mesmas circunstâncias, tanto no Norte quanto no Sul do Brasil”. SMITH, *Op. Cit.*, p. 245

<sup>177</sup> Ele também coloca que as pinturas de Frans Post constituem uma fonte incomparável para o estudo da arquitetura rural do período colonial. Nelas estão presentes “casas pequenas, cujos sólidos arcabouços de toras de madeiras tropicais amarradas com cipó e timbó sustentam paredes constituídas por galhos tomadas com barro ou protegidas por folhas de palmeira entrecidas em espessa camada, sistema este também usado para a cobertura”. SMITH, *Op. Cit.*, p. 217.

O piso tem como alicerce natural as formações rochosas de granito e se situa acima do nível da rua. Numa região de clima seco e quente a disposição rebaixada das paredes internas ou divisórias facilitava a circulação do ar e resfriava o ambiente. Segundo Symanski, as paredes internas rebaixadas de muitas casas coloniais brasileiras tinham a função de melhorar a circulação do ar no interior da residência.<sup>178</sup> Tanto as paredes internas quanto as externas possuem revestimento em duas camadas: a primeira, mais grosseira, serve de base para a segunda que tem um acabamento mais fino.<sup>179</sup> As janelas e portas se encontram na parede frontal e posterior, não possuindo nenhum tipo de abertura nas laterais. Num período em que de certa forma já era um pouco mais fácil encontrar fechaduras nas casas coloniais,<sup>180</sup> foi registrada na residência do século XIX a presença de dobradiças do tipo cachimbo e de uma fechadura na entrada principal (fotos 30 e 31).

**Foto 30 - Detalhe da fechadura pertencente à morada de Gonçalo Antunes Bezerra**



Foto de Alexandre Bittencourt

---

<sup>178</sup> SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

<sup>179</sup> Eliane Silva afirma que na arquitetura colonial era comum o uso das duas camadas: massa grossa (emboço) e massa fina (reboco), confeccionadas à base de areia e cal. SILVA. *Manual do morador de Olinda*. Op. Cit.

<sup>180</sup> Mary Del Priore afirma que, nos três primeiros séculos do período colonial, era raro encontrar chaves e fechaduras até mesmo nas residências de famílias ricas. DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. – São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2011.



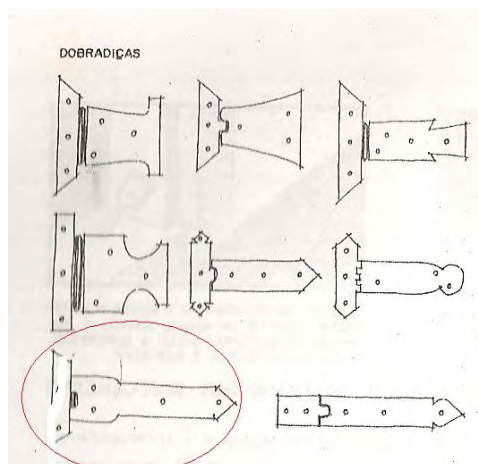
**Foto 31 - Detalhe: dobradiça de cachimbo da morada**



Foto de Alexandre Bittencourt

Por conta do seu antigo formato, e comparando com os esboços de tipos de ferragens encontradas nas casas de Olinda do período colonial, há possibilidade desses objetos integrarem as características originais da residência. De acordo com Eliane Silva, essas dobradiças de cachimbo eram ferragens usadas nas habitações coloniais para fixar e fechar portas e janelas.<sup>181</sup>

**Figura 1 – Tipos de dobradiças de cachimbo**<sup>182</sup>



Fonte: esboço de SILVA, Eliane Azevedo de, 1992.

<sup>181</sup> SILVA. *Manual do morador de Olinda*. Op. Cit.

<sup>182</sup> Na elipse vermelha: dobradiça de cachimbo das casas coloniais de Olinda semelhante às encontradas na morada de Gonçalo Antunes em Alagoinha. *Idem*.

Já o telhado, composto por duas águas, é formado por antigas telhas côncavas de barro cozido do tipo artesanal, chamada de telha canal ou colonial, e possui sua sustentação feita em estrutura de madeira típica da região (fotos 32 e 33).<sup>183</sup>

**Foto 32 - Telhado em duas águas feito de madeira típica da região**



Foto de Alexandre Bittencourt

---

<sup>183</sup> Segundo Eliane Silva, esse tipo de telha é típico de certas habitações coloniais e permite uma boa ventilação da cobertura. Ela também fica com a cavidade voltada para cima (bica) que forma um canal de escoamento para as águas da chuva. Já as que ficam na posição contrária recebem o nome de “capa”. SILVA. *Manual do morador de Olinda. Op. Cit.*

**Foto 33 - Telha artesanal com detalhes decorativos na borda**



Foto de Alexandre Bittencourt

Ainda em relação ao telhado, durante a elaboração do inventário, Antônia Maria de Jesus, esposa do falecido Gonçalo, fez questão de declarar que a residência possuía uma cobertura de telhas. Esse tipo de descrição estava relacionado ao valor material que o bem ocupava na sociedade, pois havia certa diferença econômica entre as pessoas que moravam em casas de taipa com o teto feito de palha em relação às que habitavam a taipa coberta de telhas de barro. Para alguns estudiosos as casas de taipa das residências rurais que possuísem seu telhado formado por palha eram consideradas moradias de pessoas humildes. Já as casas de taipa cobertas de telhas eram caracterizadas como uma habitação de família mais abastadas.<sup>184</sup>

Em seus relatos sobre a vida dos sertanejos nas capitâneas do norte do Estado do Brasil, Koster descrevia as casas como “pequenas e construídas com barro e bastante abrigadas para o clima, e cobertas com telhas quando podem adquirir, ou geralmente com

---

<sup>184</sup> CF. SYMANSKI, *Op. Cit.*, 1998; LEMOS, *op. cit.*; COLLOMP, *Op. Cit.*

folhas de carnaúbas”.<sup>185</sup> Sendo assim, percebe-se nessa passagem do cronista que não era qualquer família que poderia ter condições de possuir uma morada coberta de telhas. Para ele, os sertanejos que viviam bem geralmente possuíam residências cobertas de telhas, já as famílias situadas em lugares desolados frequentemente habitavam choupanas feitas com cobertura de vegetação.<sup>186</sup>

De acordo com Leila Algranti, na América portuguesa, tanto no campo quanto na cidade, certos tipos de casas térreas dos homens pobres livres eram pequenas choupanas com até dois cômodos. Já as pessoas com algumas posses dispunham de casas com mais aposentos, normalmente enfileirados: “o da frente com janela para a rua, servindo de sala, e os demais acessíveis por um corredor lateral, que serviam de quarto de dormir, consistindo por vezes nas chamadas ‘alcovas’ sem janelas”.<sup>187</sup>

Mesmo sendo constituído de taipa, o aspecto desse tipo de moradia na América portuguesa muitas vezes não estava associada à opulência de seus moradores. Nas vilas açucareiras do litoral, por exemplo, eram comuns ricos proprietários de engenho residirem em casas simples. Segundo Smith, ao invadirem Olinda no século XVII, os holandeses se depararam com uma grande quantidade de arquitetura de madeira e barro, ao ponto de um oficial holandês escrever em seu relatório que as casas de engenho eram sem conforto e apenas melhores do que miseráveis cabanas de argila.<sup>188</sup>

Nos sertões também existiam famílias que residiam em casas de taipa, mas que ostentavam certo padrão de suntuosidade, pois possuíam significativa quantidade de escravos, objetos de ouro e prata, terras. É o caso da inventariante Antonia Maria de Jesus, esposa do falecido Gonçalo Antunes, que declarava ter entre outros bens:

[...]cordão de ouro com opeso de duas oitavas [ilegível], que avaliarão a mil e quatro centos a oitava, que comporta em tres mil e [ilegível] reis [ilegível]”, (...) “humã coroa de prata da Senhora da Conceição com opeso de sette oitavas [ilegível], que avaliarão cada oitava acento e vinte reis, que comporta em nove centos reis que [ilegível], (...) “a criolla Caetana, casada com o pardo João, e que apresenta a idade de trinta e dois anos, que avaliarão em duzentos e oitenta mil reis.<sup>189</sup>

<sup>185</sup> KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil. Op. Cit.* p. 208.

<sup>186</sup> Nos sertões do Ceará-Mirim Koster presenciou a situação desoladora de famílias que moravam em choupanas. *Idem*, p. 131

<sup>187</sup> ALGRANTI, *Op. Cit.*, p. 99.

<sup>188</sup> SMITH, *Op. Cit.*

<sup>189</sup> INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

Já a morada de taipa era avaliada em “*sessemnta mil reis que dá*”.<sup>190</sup> Através desse arrolamento de bens se nota que o valor da residência era inferior ao preço de um escravo, o que demonstra o baixo valor financeiro da residência. Sendo assim, as descrições dos bens de Gonçalo Antunes somadas às informações trazidas por Robert Smith em relação às características das casas coloniais no meio rural, convergem para dedução de uma possível opulência da família Antunes Bezerra na região, mesmo com a morada dessa família possuindo baixo valor financeiro.

Alguns pesquisadores também chegaram a esse tipo de conclusão em relação a uma família colonial da América portuguesa residir em uma casa de barro e madeira de baixo valor financeiro, mesmo possuindo relevantes somas de escravos, propriedades e outros tipos de bens. Segundo Fábio Kühn, em seus estudos sobre as casas rurais do Rio Grande do Sul no período colonial, os inventários revelam que na maioria das vezes o valor da residência era bem abaixo em relação a outros tipos de bens, como escravos, objetos. Ainda segundo Kühn, geralmente as habitações coloniais possuíam um baixo valor financeiro, sendo que muitas não chegavam a atingir o valor de duzentos mil réis.<sup>191</sup>

Ainda em relação às construções de casas na América portuguesa, nem todas eram feitas de taipa, isto é, de estruturas de madeira preenchida com argila. Existiam habitações que faziam uso de outros tipos de materiais e técnicas, como, por exemplo, algumas casas edificadas com tijolos artesanais ou com pedras, sendo que certas vezes o tijolo era comumente usado em combinação com a pedra.<sup>192</sup>

Nos sertões Pernambuco, no início do século XIX, havia em um sítio vizinho ao povoado de Alagoinhas uma residência que possuía técnicas de construção e materiais diferentes da morada de Gonçalo Antunes.

O casarão teve como seu primeiro morador o tenente Manoel Vicente da Anunciação, sendo a data de conclusão de sua construção o ano 1822.

Descendente de imigrantes portugueses, Manuel Vicente morreu em 1882, tendo enriquecido através do comércio de gado, algodão e madeira entre estados do Nordeste. Segundo o marido de uma das herdeiras, que dispõe de cópias dos autos e não quis se identificar, (...) Manuel Vicente d'Anunciação foi dono de 60 escravos e

---

<sup>190</sup> *Idem.*

<sup>191</sup> KÜHN. *Op. Cit.*

<sup>192</sup> De acordo com Robert Smith, no Recife e em outros pontos de Pernambuco o tijolo era um material utilizado nas construções. Já na Bahia o tijolo era usado em conjunto com a pedra. Por sinal, a pedra era usada em várias regiões do território brasileiro. SMITH, *Op. Cit.*, p. 267 e 268.



de dezenas de terrenos em Alagoinha, Pesqueira, Arcoverde, Recife e em outros estados nordestinos.<sup>193</sup>

Na época, o hoje chamado casarão do sítio Santa Rosa era isolado das demais habitações do povoado de Alagoinhas e foi construído em tijolo artesanal, com um muro de pedra cercando a residência. Para Nelson Barbalho, até meados do século XIX era comum que em locais isolados no interior de Pernambuco algum proprietário mandasse erguer uma casa-grande, senzala, estábulo.<sup>194</sup> Provavelmente, por ser distante das outras habitações, essa casa contava com um sistema de proteção contra possíveis invasores, pois embora a formação de vilas e povoados tenha contribuído para afugentar ou doutrinar grupos indígenas dos sertões de Ararobá, ainda era possível notar denúncias de índios vivendo de corso e ataques na região.<sup>195</sup> Sendo assim, afastado das outras residências do povoado de Alagoinhas, o casarão Santa Rosa foi construído com fortes paredes feitas de tijolos, alto e espesso muro de pedra e possuía um telhado de cumeeira elevada, proporcionando o estabelecimento de duas janelas com a provável função estratégica de observação do entorno da casa (foto 34).<sup>196</sup>

---

<sup>193</sup> Sentença de herança sai em 3 meses, 1878. *Jornal do Commercio online*, Recife, 03 de set. 1998. Disponível em [http://www2.uol.com.br/JC/\\_1998/0309/rg0309f.htm](http://www2.uol.com.br/JC/_1998/0309/rg0309f.htm). Acesso em 15 de jan. 2012.

<sup>194</sup> BARBALHO, *Op. Cit.*

<sup>195</sup> Segundo Ricardo Medeiros, durante a segunda metade do século XVIII várias cartas eram trocadas entre Cimbres e o Governo de Pernambuco, a respeito de grupos indígenas que perambulavam pelos sertões cometendo os mais variados tipos de crimes. MEDEIROS, *Op. Cit.*, t. p. 131-134.

<sup>196</sup> Embora trate sobre fortificações militares e não de casas-fortes, a pesquisa realizada por José Luiz Mota Menezes estuda a preocupação dos colonizadores em se defenderem, através de edificações, contra possíveis ataques de grupos indígenas que habitavam o território da América portuguesa. Por sua vez, Moniz Bandeira afirma que, no período colonial, casas isoladas eram construídas com sistemas de defesas contra os ataques indígenas. CF. MENEZES, José Luiz Mota; RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. *Fortificações portuguesas no Nordeste do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. – Recife, Editora Pool, 1986; BANDEIRA, *Op. Cit.*.

**Foto 34 – Vista lateral do casarão do sítio Santa Rosa**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt/ Márcio Wênio

As paredes externas ou estruturais se caracterizam por um aspecto bastante sólido sendo espessas e de grande altura. Segundo Symanski, uma das causas de certas das casas brasileiras do século XIX possuírem paredes grossas e de grande altura era para melhor absorver o calor do sol.<sup>197</sup>

As ferragens também estão presentes na residência. No Santa Rosa foram verificadas dobradiças do tipo cachimbo para fixar e fechar as portas e janelas do casarão. A cozinha se situa nos fundos da casa, apontando para o quintal. De acordo com Lemos, nas residências térreas de algumas famílias brasileiras mais abastadas a cozinha ficava apartada ou totalmente separada da casa.<sup>198</sup> Na área externa do casarão, através da vistoria de superfície do entorno da casa, foi possível detectar a presença de fragmentos de louça, cerâmica e grés.

Diferente da morada de taipa de Gonçalo Antunes, o casarão Santa Rosa possui construção de tijolos artesanais. Esse tipo de tijolo era fabricado normalmente em fôrmas de

<sup>197</sup> SYMANSKI, *Op. Cit.*

<sup>198</sup> LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. - São Paulo: Contexto, 1996.

madeira e colocados para secar ao sol, antes de ir para o forno da olaria.<sup>199</sup> Ou seja, durante o período de construção da casa possivelmente existiam na região atividades voltadas para fabricação de tijolos artesanais e telhas côncavas de barro cozido. Cercando o casarão é possível observar a presença de um muro de pedras típicas da região, provavelmente extraídas dos lajedos de granito. Além de servir como alicerce para as habitações, a rocha, quando extraída dos afloramentos, também era aproveitada como blocos para construção de muros e cercados (foto 35).<sup>200</sup>

---

<sup>199</sup> Considerados como elemento tradicional das antigas construções, os tijolos são feitos de barro cozido, tem forma de paralelepípedo retangular e apresentam ótimas propriedades térmicas e acústicas. SILVA. *Manual do morador de Olinda. Op. Cit.*

<sup>200</sup> Segundo notou Robert C. Smith, algumas edificações erigidas nos sertões da Bahia utilizavam padrões portugueses, pois estas eram feitas de lajes pesadas de granito encontradas na região. SMITH. *Op. Cit.*

**Foto 35 – Detalhe do muro do casarão do sítio Santa Rosa**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

Na parede lateral da casa existiam duas janelas que possivelmente eram destinadas à função de vigilância, pois se encontravam no topo da edificação, oferecendo uma visão privilegiada de todo o entorno da propriedade (foto 34). O posicionamento desse tipo de janela era estratégico, pois propiciava ampla observação no caso de aproximação de algum visitante indesejado.

Essa forma de vigilância em residências isoladas já era praticada desde o século XVI. Garcia d'Ávila, por exemplo, construiu sua casa-forte com lajes de granito encontradas na

região de Tatuapara, Bahia de Todos os Santos, marcada por linhas de seteiras para observar e combater invasores.<sup>201</sup>

Já no frontispício foi possível notar a presença da tríplice telha, também conhecida por eira, beira e tribeira (foto 36). Segundo Eliane Silva, em certas casas coloniais esse tipo de elemento tinha a função de proteger as paredes no ponto de encontro com o telhado, como forma de evitar a infiltração da água.<sup>202</sup>

**Foto 36 - Detalhe da tríplice telha**



Foto de Alexandre Bittencourt/ Márcio Wênio

O telhado do Santa Rosa, apesar de ser composto por duas águas e possuir telhas canal/colonial de formato côncavo feitas de barro cozido do tipo artesanal, apresenta uma diferença significativa em relação à cobertura da casa de taipa de Gonçalo Antunes: Enquanto a cumieira do telhado da segunda casa é baixa, a da primeira é bastante elevada, possibilitando a existência de um sótão. Na residência do Santa Rosa foi possível perceber a estrutura em cedro de uma antiga sacada que dava acesso às janelas de vigilância (foto 37).

---

<sup>201</sup> BANDEIRA, op. cit.p. 166.

<sup>202</sup> SILVA. *Manual do morador de Olinda. Op. Cit.*



**Foto 37 – Ambiente interno do casarão do Santa Rosa<sup>203</sup>**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt/ Marcio Wênio

Em relação aos materiais utilizados em ambas as casas (De Gonçalo Antunes, em Alagoinhas, e de Manoel Vicente, no Santa Rosa), nota-se que seus construtores utilizaram matéria-prima da região para erguer suas residências. Segunda Ana Nascimento e Suely Luna, ao alterar o meio ambiente as sociedades muitas vezes terminam por transformá-lo em artefatos que supram suas necessidades básicas de sobrevivência: moradia, vestimenta, alimentação, trabalho, defesa. Dessa forma, os grupos humanos deixam marcas tanto na forma dos objetos elaborados quanto na configuração da paisagem que os rodeia. Apesar dos indivíduos utilizarem sob forma “in natura” elementos primários encontrados no ambiente, eles também são capazes de obter por novos meios bens necessários a sua manutenção vital. Em outras palavras, ou a humanidade utiliza os materiais encontrados na natureza em sua

---

<sup>203</sup> Ambiente interno do casarão: no alto, telhado em duas águas; no centro, estrutura em cedro da antiga sacada interna; no alto à direita, vestígios das antigas janelas de guarita; à esquerda, parede interna rebaixada

forma original, ou os transforma de acordo com seus anseios. Nesse sentido, através do seu trabalho ela modifica a natureza em bens culturais, visando satisfazer suas necessidades.<sup>204</sup>

Sobre o uso da matéria-prima encontrada nos espaços naturais dos sertões de Pernambuco, percebe-se que ela foi aproveitada pelos moradores de Alagoinhas para servir como variados tipos de artefatos e de construção de residências. No inventário de Gonçalo Antunes foi registrada a presença de dois bancos de cedro em sua morada. Já no casarão do sítio Santa Rosa a vistoria realizada verificou uma estrutura em cedro de uma antiga sacada interna. Ambas as edificações utilizaram o cedro como elemento estrutural de artefatos, sendo este um tipo de madeira nobre encontrada na vegetação da região.<sup>205</sup> Por se tratar, na época, de uma matéria-prima de certa forma farta na região, era comum o cedro ser aproveitado na constituição das habitações abastadas dos sertões.

Em relação à origem do nome desse vegetal, tudo indica que ele foi batizado pelos colonizadores portugueses em alusão a uma outra árvore conhecida na Europa. Ainda hoje em algumas regiões do continente europeu existe uma árvore cuja madeira é considerada nobre e que é chamada de cedro. Segundo Martius, os colonos portugueses que chegaram ao Brasil necessitavam procurar novas plantas em lugar daquelas que faziam uso em Portugal e designavam esses novos vegetais por nomes antigos de acordo com sua analogia externa, forma, cor, cheiro, sabor.

Um hábito mais prolongado, e por assim dizer, familiaridade destes colonos com a natureza, não podia deixar de lhes aguçar os sentidos, para da grande abundância que lhes oferecia, irem cada vez mais escolhendo maior número de cousas análogas e aparentadas com aquellas que posuião na Europa.<sup>206</sup>

Nesse sentido, é provável que o espécime vegetal encontrado no semiárido brasileiro tenha recebido o nome também de cedro por conta da boa qualidade de sua madeira para fazer artefatos. Além do cedro, outros tipos de madeira encontradas nos sertões eram usados como matéria-prima para a fabricação de moradas, móveis e outros tipos de artefatos.

Em suas andanças por terras pernambucanas, Koster descreveu as características de uma variedade de árvores encontradas, do litoral ao sertão, cuja madeira era utilizada na

---

<sup>204</sup> Para uma maior compreensão sobre a utilização de matérias-primas encontradas na natureza e transformadas em objetos pela ação do homem ver especialmente LUNA. *Op. cit.* p. 89-142; NASCIMENTO. *Op. cit.* p. 143-193.

<sup>205</sup> KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil. Op. Cit.*

<sup>206</sup> MARTIUS, Carl Fred. Phil. de Von. *Systema de materia vegetal.* – Rio de Janeiro: publicado por Eduardo e Henrique Laemmert, 1854. p. 21e 22.

elaboração dos diversos tipos de cultura material, entre elas: o pau-ferro, cujo “miolo rompe os machados”; o cedro, que possui madeira “dura e muito usada para construção”; o mulungu, cujo “os ramos criam raízes nas terras secas” e juntamente com a aroeira “é possível fazer uma boa sebe” (fotos 38 e 39).<sup>207</sup>

Entretanto, alguns exemplares da flora sertaneja não serviam somente para construção de artefatos: existiam aqueles que tinham a função de medicamento e alimentos. Segundo Martius, os colonizadores aprenderam certas formas de utilização da vegetação nativa do Brasil não só com os grupos indígenas, mas também através de experiências próprias.

Mas muito se enganaria quem cuidasse que todas as plantas medicinaes brasileiras de que se faz uso tivessem sido indicadas aos colonos pelos indígenas: antes tenho todas as razões para crer que pelo menos metade dellas forão descobertas pelos habitantes pretos ou brancos, e o seu uso por elles verificado<sup>208</sup>.

Para Martius, o “uricuri” (*Attalea excelsa*) encontrado no norte do Brasil, “fornece do núcleo das sementes (ou amêndoas) triturada com água, um leite vegetal e emulsivo, cujo uso é variado em medicina...” Já o juá, fruto originado do juazeiro (*Zizyphus joazeiro*), era utilizado como a jujuba. Outra árvore que fornecia frutos não só para medicamento como também para alimento é o imbuzeiro (*Spondias tuberosa*), conhecido por outras denominações como imbú, ambú, umbu. O suco do imbu “dá-se nas febres; com assucar e leite faz as delícias da sobremesa nos sertões da Bahia e Pernambuco: imbuzada é o nome que lhe dão”.<sup>209</sup> O pinhão era outra planta utilizada para medicamento. De acordo com Koster, a semente do pinhão, “empregada como emético pelos moradores”, servia para extirpar a febre: “a droga agiu violentamente, produzindo vômitos, seguidos respectivamente por uma extrema fraqueza, e a febre desapareceu”.<sup>210</sup>

A presença dessa vegetação na flora da região que abarca Alagoinha, registrada nas imagens abaixo, indica que possivelmente os colonos que habitavam esse lugar as utilizavam para construção de edificações, fabricação de artefatos e elaboração de alimentos e medicamentos no povoado.

<sup>207</sup> KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil. Op. Cit.* p. 377-381.

<sup>208</sup> MARTIUS, *Systema de materia vegetal. Op. Cit.*, p. 21

<sup>209</sup> *Idem.* p. 65, 74, 86.

<sup>210</sup> KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil. Op. Cit.*, 377-381

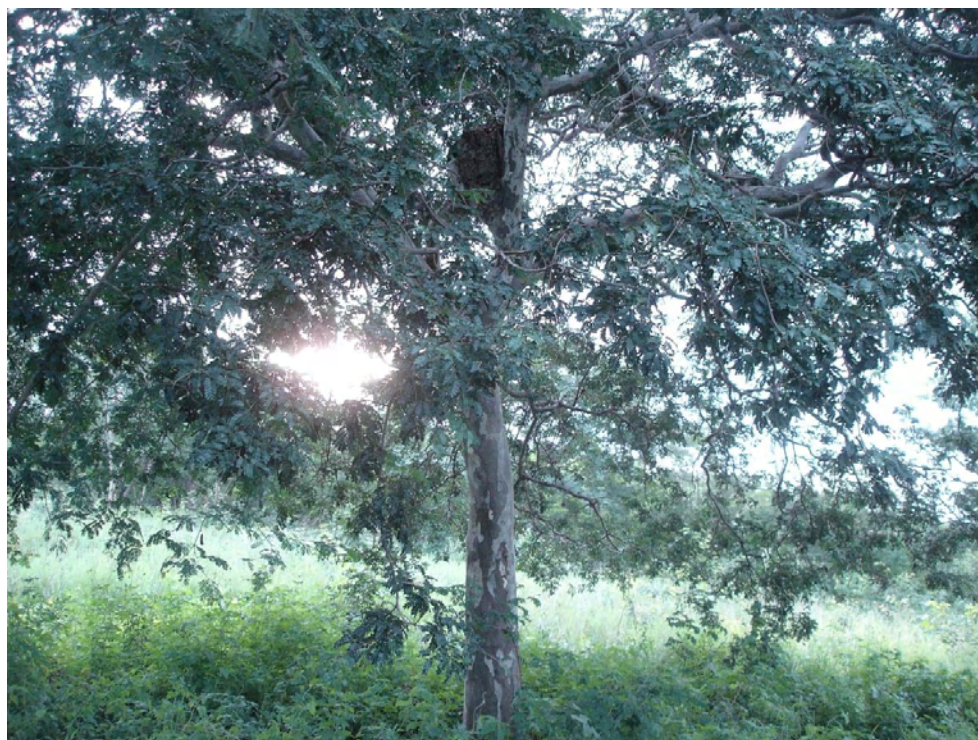


**Foto 38 - Mulungú**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

**Foto 39 - Pau-ferro**



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt

Por outro lado, nem sempre a abundância de determinada matéria-prima no meio ambiente é sinal de sua apropriação e utilização pelos grupos humanos. Pode acontecer dos indivíduos utilizarem matérias-primas mais escassas na natureza em detrimento de outras mais fartas. Como é o caso, no povoado de Alagoinhas, do uso do barro em detrimento do granito na construção das casas. O solo da área em que as casas de Gonçalo Antunes e seus parentes foram construídas se caracteriza pela presença de afloramentos rochosos de granito que extraídos poderiam ser utilizados na constituição das paredes das residências. Já a presença do barro é quase inexistente na área, sendo necessário percorrer certa distância para encontrá-lo em quantidade satisfatória. Entretanto, apesar da abundância do granito, foi o barro quem prevaleceu na constituição das paredes da habitação, deixando para a rocha somente a função de alicerce da residência. Esse exemplo nos mostra que, como bem afirma Jean-Marie Pesez, “Nem hoje, nem ontem, a casa, por seus materiais e sua forma, esteve em estreita dependência das condições climáticas ou dos recursos locais”.<sup>211</sup> Nesse sentido, apesar do espaço natural proporcionar determinada matéria-prima em abundância para a sociedade, depende dos grupos humanos poderem ou não utilizá-lo, pois isto está de acordo com as características culturais que cada sociedade possui.<sup>212</sup> No caso da morada de Gonçalo Antunes, seus construtores utilizaram a taipa e não o tijolo ou as pedras de granito provavelmente pelo fato da habitação ter sido construída com o objetivo de ser formado em seu entorno um núcleo de residências, já que, segundo Dorgival Galindo, outros parentes e amigos também chegaram, na mesma época, em Alagoinhas e ergueram suas moradias. Nesse sentido, erguidas próximas umas as outras o conjunto de casas poderia dar certa segurança para seus moradores em caso de algum problema causado por pessoas vindas de fora. Já a residência do sítio Santa Rosa, por ter sido erguida distante de um núcleo habitacional, teria sido elaborada com um material mais resistente que a taipa, como o tijolo e as pedras de granito, dando uma maior proteção a seus moradores em caso da aproximação de visitantes indesejados.

---

<sup>211</sup> PESEZ, *Op. Cit.*, p. 261.

<sup>212</sup> Segundo Nascimento e Luna “Ele [meio ambiente] oferece à sociedade várias fontes de materiais, que podem ou não serem utilizados, isto vai depender dos meios técnicos de que a sociedade dispõe, do seu domínio sobre eles e, principalmente, das necessidades da sociedade em relação a esses bens disponíveis”. LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana. Procedimento para análise da cerâmica arqueológica. *Clio*, Recife, v 1. n. 10, p. 07 - 19, 1994, (Série Arqueológica). p. 11.

#### 4.2.O interior doméstico: móveis da casa e outros artefatos

Em relação ao uso da habitação, sua função primária é servir de abrigo para as pessoas em suas diversas atividades. Tais atividades, relacionadas sobretudo à alimentação, trabalho, economia, práticas religiosas, descanso e lazer, são, em grande parte, realizadas com o auxílio de diversos tipos de artefatos. Nesse sentido, graças aos inventários de Gonçalo Antunes e de Antonia Maria de Jesus, foi possível perceber os tipos de bens existentes na propriedade, como por exemplo, móveis, utensílios de uso domésticos, imagens sacras, ferramentas, criação de animais, roçados.<sup>213</sup> E, a partir daí, aferir como se dava a vida rural no povoado de Alagoinhas no período estudado.<sup>214</sup>

A presença dos objetos sacros proporcionou o conhecimento dos aspectos religiosos do povoado: segundo o inventário de Gonçalo Antunes Bezerra existiam na casa alguns artefatos usados para adornar imagens de santos como “*huma coroa de prata com opeso de duas oitavas*”, (...) “*hum resplendor de prata [ilegível], com opeso de quatro oitavas*”, “*huma coroa de prata da Senhora da Conceição com opeso de sette oitavas*”.<sup>215</sup> Já o inventário de Antonia Maria de Jesus cita a presença de um “*oratório que avaliaria em oito mil réis*”.<sup>216</sup> De acordo com Dorgival Galindo, graças à imagem da Nossa Senhora da Conceição e a construção de um quarto com oratório, a casa costumava, em certas épocas do ano, servir de templo para os moradores do povoado, “*onde rezavam a família e os vizinhos as suas novenas e aonde de tempos em tempos um padre celebrava o Santo Sacrifício da missa e fazia batizados e casamentos*”.<sup>217</sup> Segundo Luiz Mott, famílias coloniais da América portuguesa consideradas um pouco mais abastadas eram proprietárias de um quarto especial para orações e lá instalavam um oratório. Para essa gente o oratório funcionava como uma

<sup>213</sup> De acordo com Jean-Marie Pesez, dentro das casas, tanto na aldeia quanto na cidade, existe a mobília. Nessa perspectiva, “o concurso das fontes arqueológicas e dos documentos escritos é indispensável. Os inventários após o falecimento são insubstituíveis quando se trata da mobília de madeira”, cujo material se deteriora mais rápido com a passagem dos anos. PESEZ, *Op. Cit.*, p. 267.

<sup>214</sup> Segundo Pesez, a análise da cultura material proporciona o conhecimento das condições de vida, de trabalho de determinado grupo ou sociedade. *Idem.* p. 285.

<sup>215</sup> INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

<sup>216</sup> INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Antonia Maria de Jesus*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 64, 1847.

<sup>217</sup> GALINDO, *Op. Cit.*, 1931. p. 5

espécie de relicário, onde eram abrigados objetos sacros, abençoados por um vigário ou missionário que porventura fosse realizar uma visita à residência.<sup>218</sup>

Em relação à necessidade da vinda de um padre para realizar missas em povoados distantes, Henry Koster já relatava esse hábito em regiões onde as moradas eram muito afastadas umas das outras. Segundo ele, esses padres obteriam licenças do Bispo de Pernambuco para viajar aos locais isolados dos sertões, promovendo cultos em localidades onde o acesso a serviços religiosos era bastante difícil por conta da grande distância entre os lugarejos e as igrejas mais próximas. Geralmente esses padres eram agraciados pelos moradores por seus serviços prestados, chegando a ganhar, quando havia homem rico que tinha orgulho de receber um sacerdote, cerca de oito a dez mil réis. Para Koster, os padres tinham sua missão no mundo: guardar e preservar o ritual religioso, através dos batizados e casamentos realizados nas distantes paragens.<sup>219</sup> Esses dados fortalecem a idéia de que provavelmente Gonçalo Antunes era um homem abastado na região, a ponto de receber um homem religioso em sua própria residência para celebrar missas.

Já sobre a presença de oratórios dentro das casas coloniais, além de promover as práticas religiosas, o quarto para orações das casas da América portuguesa do início do século XIX também tinha a função de fiscalizar a habitação segundo as normas da igreja. “*Eram ainda locais legítimos para uma sexualidade legalizada, consentida pelo casamento e vigiada pelas normas da Igreja como atesta a presença de oratórios nesses recintos...*”<sup>220</sup> O casal deveria ser levado a seguir uma moral sóbria e vigilante em relação à vida conjugal. De acordo com Del Priore, foi a Igreja quem primeiro iniciou e impôs na sociedade colonial o projeto de normatização do corpo. No entanto, ela não tinha a necessidade de controlar diretamente a população para estabelecer seus princípios, “*bastava que estivesse presente, e pela sua proximidade, pela ameaça, ou pelo vigor de seu prestígio inoculava seus propósitos a vida comunitária*”.<sup>221</sup> Nesse sentido, o quarto com o oratório na residência de Alagoinhas, além de servir como um local para reza da família e dos vizinhos, contribuía indiretamente para a função regulatória da vida conjugal e cotidiana como um todo.

---

<sup>218</sup> MOTT, Luiz. *Cotidiano e vivencia religiosa: entre a capela e o calundu*. In Fernando A. Novais; Laura de Mello e Souza. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 155.

<sup>219</sup> KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Op. Cit. p. 139.

<sup>220</sup> SYMANSKI, Op. Cit., p. 92.

<sup>221</sup> DEL PRIORE. *Ao Sul do Corpo*. Op. cit. p. 38 e 39.

A descrição dos móveis da casa no inventário ajuda ainda a compreender a composição do ambiente interno da moradia e as características da sociedade rural. Geralmente os ambientes internos e os objetos das casas coloniais no meio rural eram modestos. Mobiliário composto por caixões de despejo com fechaduras, malas cobertas de couro com fechaduras, cadeiras cobertas de sola, canastras, baú, catre, lampião estava presente na residência da família Antunes Bezerra. Além dos móveis, também se registravam ferramentas e outros utensílios de uso doméstico, como se pode observar na lista abaixo:

**Quadro 04 – Lista de móveis da residência da Família Antunes Bezerra**

<u>Móveis de casa</u>
Declarou a inventariante haver hum caixão grande de despejo, com feixadura, e dobradiças, que avaliarão em cinco mil reis
Declarou a inventariante haver outro caixão de despejo, mais pequeno, com feixadura, e dobradiças, que avaliarão em quatro mil reis
Declarou a inventariante haver outro caixão, como acima declarado, que avaliarão por quatro mil reis
Declarou a inventariante haver um par de mallas, coberta de couro, com feixadura, e em bom uso, que avaliarão em seis mil reis
Declarou a inventariante haver duas canastras, em bom uso, que avaliarão cada uma a dois mil e quinhentos reis [ <u>corroídas + - 2 linhas</u> ]
Declarou a inventariante haver hum baul pequeno, ainda novo, que avaliarão em tres mil reis
Declarou a inventariante haver hum catre, em bom uso, que avaliarão em dois mil e quinhentos reis
Declarou a inventariante haver três cangalhas, em bom uso, que avaliarão mil réis cada uma [ <u>corroídas + - 2 linhas</u> ]
Declarou a inventariante haver hum lampião que avaliarão em tres mil reis
Declarou a inventariante haver dois bancos de cedro que avaliarão atrezentos e vinte reis cada um e composta em seiscentos e quarenta reis
Declarou a inventariante haver duas cadeiras, cobertas de solla, que avaliarão cada huma em mil reis, e compostas em dois mil reis

Declarou a inventariante haver huma serra braçal usada, hum serrote velho, hum Enxó velho, hum [ilegível] velho, hum [ilegível] velho, hum escopro em bom uso, hum formão velho que avaliarão tudo em cinco mil réis com que da
Declarou a inventariante haver huma sella bastarda de campo em bom uso que avaliarão em cinco mil reis que da
Declarou a inventariante haver huma sella bastarda velha que avaliarão em mil reis com que dá
Declarou a inventariante [ilegível] de solla que avaliarão em [ilegível]
Declarou a inventariante haver huma balança velha de pesar ouro e prata já velha, com hum marco de libra que avaliarão em mil e seis centos reis com que da
Declarou a inventariante haver quatro caixas de gado [ilegível]
Declarou a inventariante haver dois chocalhos grandes (...)
Declarou a inventariante haver dois mais pequenos (...)
Declarou a inventariante haver um engenho de descarçar algodão por completo, em bom uso, que avaliarão em seis mil reis, com que dá
Declarou a inventariante haver um moinho [ilegível] que avaliarão em cinco mil reis (...)

Fonte: INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

A simplicidade do mobiliário das moradas rurais também aparece nas descrições de outros inventários da comarca de Cimbres, evidenciando a raridade de espaços aconchegantes na residência:<sup>222</sup> “... a precariedade do mobiliário e dos ambientes domésticos era comum a toda Colônia, salvo algumas poucas exceções como as casas de certos capitães-mores e de alguns ricos fazendeiros”<sup>223</sup>

Dentre os objetos da casa relacionados no inventário de Gonçalo Antunes se percebe a ausência de alguns móveis, como por exemplo mesa e cama, e a presença apenas de “duas cadeiras cobertas de solla”, “dois bancos de cedro” e “hum catre em bom uso”. Outros objetos, como os talheres, também eram escassos, pois foi verificada a existência de “duas colheres deprata” e a falta de garfos.<sup>224</sup> Para Koster, poucas residências no sertão possuíam mesas, o que levava muitas famílias a se acocorar ao redor de uma esteira onde realizavam

<sup>222</sup> Como por exemplo o inventário de José dos Reis Lima. Cf. INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de José dos Reis Limas*. Acervo Orlando Cavalcanti-Cx 40, 1820.

<sup>223</sup> ALGRANTI. *Op. Cit.*, p. 105.

<sup>224</sup> Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra – IHGP - Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61.



suas refeições sem muita utilização de talheres: “*facas e garfos não são muito conhecidos, e nas classes pobres, nenhum uso possuem*”.<sup>225</sup> Já a cama também era um objeto raro de se encontrar nas casas sertanejas. Entretanto, as famílias procuravam variadas formas para resolver o problema do descanso. Objetos como o catre e a rede serviam para substituir a falta de camas e cadeiras: “*as redes usualmente ocupavam o lugar dos leitos, sendo mais confortáveis e mais freqüentemente utilizadas como cadeiras*”.<sup>226</sup>

O registro de um lampião no inventário sugere como era a iluminação no povoado de Alagoinhas. Após o pôr do sol esses objetos deveriam ter uma grande importância na vida doméstica e pública, pois caberia a eles a função de iluminar caminhos e residências durante a noite, facilitando a realização de alguns trabalhos por terminar, a convivência maior entre membros da família e andanças de algum transeunte.

A iluminação de certas localidades poderia ser feita para proporcionar festas e comemorações. No termo da vila de Cimbres, em virtude de uma comemoração durante o ano de 1812, foram registrados um requerimento e uma comprovação da iluminação dos espaços da vila feita pelo sargento-mor Manuel José de Serqueira:

...sendo ordenado pelo Excelentíssimo General de Pernambuco se iluminasse esta vila por espaço de três dias pelo feliz nascimento do príncipe filho do sereníssimo Senhor Infante da Espanha Dom Pedro Carlos, com a demonstração de alegria que são do costume em ocasiões semelhantes e achando-se este senado sem forças para cumprir tão justo dever, o suplicante se encarregou de fazer a dita iluminação à custa de sua fazenda e a fez nos ditos três dias com cera branca nas casas da câmara e por todas as ruas da vila com luzes de azeite, havendo juntamente todas as três noites fogo no ar<sup>227</sup>

De acordo com o documento acima, percebe-se a importância do uso de certos apetrechos, como as ceras brancas e o azeite, para a iluminação da noite nos edifícios públicos e nas ruas da vila. Segundo Leila Algranti, a queima do azeite, tanto de origem animal quanto vegetal, era utilizada em lampiões, castiçais, candeias e candeeiro, nas áreas rurais e urbanas. As velas de cera também eram usadas por parte da sociedade colonial, passando a se tornar mais presentes na iluminação da sociedade principalmente a partir do século XIX.<sup>228</sup>

<sup>225</sup> KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil. Op. Cit.* p. 208.

<sup>226</sup> *Idem.*

<sup>227</sup> Registro de um requerimento e atestação feito pelo sargento-mor Manuel José de Serqueira. Livro da Criação da Vila de Cimbres (1762-1867). p. 229.

<sup>228</sup> ALGRANTI, *Op. Cit.*

Até o início do século XIX, tanto nas áreas rurais quanto urbanas do Brasil, era comum o ato de guardar vestimentas e papéis em baús, caixas ou canastras.<sup>229</sup> No inventário, o arrolamento dos seguintes bens “*hum caixão grande de despejo, com feixadura, e dobradiças*”; “*outro caixão de despejo, mais pequeno, com feixadura, e dobradiças*”; “*outro caixão*”; “*hum baul pequeno, ainda novo*”, “*duas canastras, em bom uso*”,<sup>230</sup> sugere que esses objetos eram utilizados pelas famílias do povoado de Alagoinhas para guardar diversos tipos de utensílios.

Por conta da necessidade de se executar tarefas específicas – como semear, talhar, cortar – uma variedade de ferramentas usadas para os mais diversos tipos de trabalho dos colonos completava os utensílios domésticos: “*serra braçal usada, hum serrote velho, hum Enxó velho, hum escopro em bom uso, hum formão velho...*”.<sup>231</sup> Nota-se que o arrolamento desses bens (alguns descritos como “velho” e “usada”) sugere que a carência de certos equipamentos era comum a tal ponto de se chegar a inventariar objetos antigos e gastos.

Em relação à descrição de malas cobertas de couro, cadeiras e outros objetos cobertos de sola, nota-se que através desses artefatos a cultura do couro estava presente na vida rural dos sertões pernambucano. Os cronistas que visitaram os sertões nos primeiros anos do século XIX, Koster e Martius, descreviam em seus relatos variedades de objetos feitos de couro. Além de servir para elaboração de móveis, o couro do gado também era utilizado para a fabricação de diversos tipos de vestimentas como o gibão, botas, alpargatas, chapéu (fig. 2).<sup>232</sup>

---

<sup>229</sup> *Idem.*

<sup>230</sup> INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835..

<sup>231</sup> *Idem.*

<sup>232</sup> CF. KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Op. Cit.; SPIX; MARTIUS. Op. cit.



**Figura 2 - Sertanejo**<sup>233</sup>



Fonte: Koster, 2003.

---

<sup>233</sup> A imagem original foi pesquisada em KOSTER. *Travels in Brazil*. Op. cit.

### 4.3. O entorno da casa: roçados, criações de animais, trabalhos desenvolvidos

A propriedade rural e seu entorno não se caracterizavam somente como um local onde residia um grupo familiar. Em sua boa parte também eram abrigados diversos tipos de roçados, pastos e equipamentos utilizados na lavoura e na criação de animais. Um “*armazém velho*”, assim descrito no inventário, provavelmente tinha a função de guardar os mais diversos tipos de utensílios como “*huma prensa de [ilegível] algodão já velha*”, “*hum aviamento de fazer farinha já deteriorada*”, além de armazenar os excedentes da produção agrícola, como por exemplo, porções de milho, feijão, mandioca.<sup>234</sup>

Nos bens inventariados também são descritos roçados de milho, feijão, mandioca, lavras de algodão, criação de ovelhas, cavalos e gados. Além de proporcionar informações econômicas, a listagem desses bens dá a idéia dos tipos de alimentos consumidos pelos habitantes de Alagoinhas, pois esses espaços utilizados para agricultura e a criação de animais também serviam para abastecer de alimentos os colonos.

Consideradas heranças indígenas, o cultivo do milho, feijão e mandioca consistia na base da alimentação dos habitantes dos sertões. Esse tipo de cultura foi assimilado pelos colonizadores e seus escravos que, uma vez se fixando nesses espaços, passaram a cultivá-los para sua subsistência, como também para realizar pequenas trocas comerciais.<sup>235</sup>

Tidos como uma importante fonte de alimento para vida nos sertões, os roçados também estavam presentes em Alagoinhas. Foram declarados nos inventários algumas áreas de cultivo “*...roçado de milho, feijão, mandioca, que poderá ter três mil covas de mandioca...*”; “*Declarou a inventariante haver hum roçado de mandioca do ano passado, com duas mil covas...*”. No processamento da mandioca para o fabrico da farinha era utilizado “*hum aviamento de fazer farinha*”, isto é, um pequeno engenho para a produção da farinha de mandioca.<sup>236</sup>

Em relação aos primórdios das plantações de mandioca no Brasil, Ana Nascimento afirma que antigas pesquisas arqueológicas associavam o cultivo da mandioca somente aos

<sup>234</sup> Os armazéns eram anexos das moradas, naquilo que Leila Algranti se refere como sendo encontrado de norte a sul do território brasileiro no período colonial. ALGRANTI, *Op. Cit.*

<sup>235</sup> Em relação a herança alimentar indígena e o cultivo do milho, feijão e mandioca pelos colonizadores, ver SILVA, Paula Pinto e. *Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial*. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

<sup>236</sup> Segundo Koster, o engenho de fazer farinha era formado por uma “roda, atravessada por um eixo, com uma manivela em cada lado, podendo ser removida por dois homens, um deles trabalhando em cada flanco”. KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil. Op. Cit.* p. 457.

grupos indígenas pré-coloniais do litoral e das zonas de mata úmida, desconsiderando que os grupos indígenas que ocupavam as regiões semiáridas também eram detentores dessa técnica. De acordo com essas pesquisas, essa prática agrícola predominava nas regiões litorâneas e de matas úmidas, sendo incompatíveis nas zonas semiáridas. Entretanto, segundo Ana Nascimento, faltou um melhor conhecimento dos pesquisadores a respeito do semiárido: “*a região semi-árida apresenta condições muito mais propícia para o desenvolvimento deste tubérculo do que a zona úmida, sendo o índice produtivo muito maior na região semi-árida*”.<sup>237</sup> Nesse sentido, possivelmente os colonos herdaram as técnicas do cultivo da mandioca tanto dos grupos indígenas do litoral e das matas úmidas quanto dos que habitavam os sertões.

Ao percorrer os sertões no início do século XIX, Koster descreveu como simples o plantio da mandioca, não diferindo muito da antiga prática utilizada pelos povos indígenas. Ele também observou a importância da farinha para a alimentação do povo sertanejo, percebendo que em período de seca e baixa produção de mandioca alguns moradores chegavam a se deslocar do interior para o litoral a procura desse tipo de alimento para saciar a fome da família. Foi o caso de um major de milícias, descrito como homem robusto aparentando ter 40 anos idade, que “*noutros tempos gozava de todo conforto que essa região oferece aos da sua classe e riqueza, fora obrigado a fazer essa jornada, exclusivamente para salvar a vida de sua família*”.<sup>238</sup> Outro cronista, George Gardner, que percorreu vários trechos de caatinga no início do século XIX, comentou a presença da mandioca nos sertões, e que se constituía, juntamente com a carne seca, no forte da alimentação dos habitantes. Na descrição do cronista, a farinha era consumida de duas maneiras: seca ou cozida.<sup>239</sup>

Já o milho desde os primeiros séculos de colonização foi adotado como alimento secundário pelos colonizadores e era tratado como inferior e pouco nutritivo, sendo mais utilizado na alimentação dos escravos e dos animais. Depois de seco, era pilado em farinha grossa e usava-se seu produto resultante – conhecido como fubá e xerém – no preparo de angus ou mingaus.<sup>240</sup> No século XIX, Pereira da Costa descrevia o fubá como “*polvilho de milho, do arroz, muito usado na culinária*”. Já o xerém era a “*parte grossa do milho que*

<sup>237</sup> NASCIMENTO. *A aldeia Baião, Araripina*. Op. cit. p. 145.

<sup>238</sup> KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Op. Cit. p. 130.

<sup>239</sup> GARDNER, George. *Noites na caatinga*. In RIEDEL, Diaulas (org.) *O sertão, o boi, a seca: histórias e paisagens do Brasil*. São Paulo: ed. Cultrix, 1959.

<sup>240</sup> Em relação ao uso do milho na alimentação da sociedade colonial ver DEL PRIORE; VENÂNCIO, op. cit.; SILVA. *Farinha, feijão e carne-seca*. Op. Cit.

*ficava na peneira*”.<sup>241</sup> Durante esse período o milho ainda continuava sendo muito usado como ração de animais. E em suas andanças pela caatinga, Koster descreveu que, por não haver capim, o milho era destinado como ração aos cavalos que o comia ensopado na água para facilitar a mastigação. Já na alimentação humana o milho era pouco consumido: “surpreendeu-me verificar o limitado emprego do milho como mantimento, embora algumas vezes usado”.<sup>242</sup>

Sobre o cultivo de algodão ele também era praticado em Alagoinhas: “*Declarou a inventariante haver huma pequena lavra de algodão (...)*”. Provavelmente, depois de colhido ele era manufaturado em certos tipos de artefatos como “*hum engenho de descarçar algodão por completo, em bom uso, que avaliarão em seis mil reis*” e “*huma prensa de [ilegível] algodão*”.<sup>243</sup>

De acordo com Koster, as plantações de algodão passaram a ocupar cada vez mais os espaços no interior pernambucano a partir do século XVIII, pois estes eram mais propícios para o cultivo devido ao solo árido da região e à distância do litoral.<sup>244</sup>

---

<sup>241</sup> COSTA, F. A. P. *Vocabulário Pernambucano*. Secretaria de Educação e Cultura/ Governo do Estado de Pernambuco. Recife, 1976. p. 369, 795.

<sup>242</sup> KOSTER *Viagens ao Nordeste do Brasil. Op. Cit.* p. 219.

<sup>243</sup> INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

<sup>244</sup> KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil. Op. Cit.*

**Figura 3 – Carregador de algodão**<sup>245</sup>



Fonte: KOSTER, 2003.

Nesses locais a vegetação nativa era cortada, queimada e depois eram feitas covas na terra, “*de forma quadrangular, numa distancia de seis pés uns dos outros*”, onde eram colocados, “*comumente, seis sementes em cada escavação*”. Após nove ou dez meses de plantado, o algodão era colhido e posto na máquina de descaroçar composta por dois cilindros que “*são dispostos a movimentarem-se em sentido contrário, de forma que o algodão é posto em um deles e levado para o outro, mas as sementes ficam porque a abertura entre os cilindros não é bastante larga para facilitar-lhe a passagem*”.<sup>246</sup>

Era possível que essa máquina de descaroçar algodão descrita por Koster fosse o equivalente ao engenho de descaroçar algodão presente no inventário de Gonçalo Antunes. Ainda segundo o cronista, depois desse tipo de operação restavam algumas partículas de semente quebradas presas nas fibras do algodão e que deviam ser retiradas. O problema era que para essas partículas serem removidas era preciso bater no algodão com “paus grossos,

<sup>245</sup> A imagem original foi pesquisada em KOSTER. *Travels in Brazil*. – London: printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brow, Paternoster-row, 1816. Localizado no setor de obras raras da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. “*Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil*”.

<sup>246</sup> KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil. Op. Cit.* p. 451-452.

processo que muito danifica a fibra, rebentando-a e como o valor da procura para o fabricante depende sobretudo do comprimento da fibra, tudo devia ser feito para esse processo ser substituído”.<sup>247</sup> Ora, pelo relato de Koster, o preço do produto dependia do bom comprimento da fibra do algodão, sendo assim, nada melhor do que utilizar uma prensa para comprimir o algodão, valorizando-o mais ainda, algo que, como mostra o inventário, era utilizado pelos habitantes do povoado de Alagoinhas.

Além disso, no povoado o algodão era plantado juntamente com o milho: “*Declarou a inventariante haver huma pequena lavra de algodão, constando ainda hum roçado de milho do ano passado (...)*”.<sup>248</sup> Koster afirmava que nos sertões “*o milho é comumente encontrado plantado entre os algodoiros*”.<sup>249</sup> Nesse sentido, analisando os trechos dos inventários e comparando-os com os relatos do cronista, percebeu-se que as formas de cultivo e produção do algodão em Alagoinhas pouco diferem das outras áreas dos sertões do norte do Brasil.

Nos sertões das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, por conta da pobreza de determinados solos, nem todas as terras se prestavam para a agricultura, sendo algumas delas aproveitadas para a criação do gado. No século XIX, Koster já relatava que os sertanejos que cuidavam do gado eram chamados de vaqueiros e seu trabalho era tido como pesado, exigindo coragem e grande força física nas atividades. Segundo o cronista, as vacas eram tangidas de toda parte, reunidas e colocadas para dentro de currais. Os bezerros não apresentavam dificuldades na captura, sendo marcados na coxa com ferro incandescente como marca privativa de seu dono. Já a marcação do boi era considerada um trabalho mais perigoso, chegando o vaqueiro a ser obrigado a machucar o animal com uma longa vara.<sup>250</sup>

Além de fornecer o couro para confecção de objetos, o gado também proporcionava alimentos para os habitantes dos sertões. Com isso, os moradores da região contavam para seu sustento com alimentos como carne seca, leite, queijo, coalhada. Gardner relatou que nos sertões, o consumo do leite e seus derivados era mais abundante nas estações chuvosas, quando os habitantes faziam queijos e coalhadas adoçadas com rapadura.<sup>251</sup> Assim como outras localidades dos sertões, os habitantes do povoado de Alagoinhas faziam uso da criação

---

<sup>247</sup> *Idem.*

<sup>248</sup> INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

<sup>249</sup> KOSTER. Viagens ao Nordeste do Brasil *Op. Cit.* p. 451.

<sup>250</sup> *Idem.*

<sup>251</sup> GARDNER, *Op. Cit.*

de gado em suas terras, como mostra a lista de bens inventariados do falecido Gonçalo Antunes:

**Quadro 05 – Lista de gado pertencente à família Antunes Bezerra**

<u>Gado</u>
Declarou a inventariante haver quatro vacas (...)
Declarou a inventariante haver duas novilhas (...)
Declarou a inventariante haver duas garrotes (...)
Declarou a inventariante haver hum novilho (...)
Declarou a inventariante haver um garrote (...)
Declarou a inventariante haver três bezerros (...)

Fonte: INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

Devido à quantidade de cabeças de gado pertencentes a Gonçalo Antunes Bezerra era provável que sua família fizesse uso das terras para uma criação somente de subsistência e de pequenas trocas comerciais. Eles dificilmente criavam gado para comercializar em larga escala leite ou outros tipos de produtos derivados. Isso porque, segundo Koster, as grandes fazendas de gado abarcavam cerca de milhares de bezerros anuais e eram “*evidentemente lugares aceitáveis e lucrativos*”.<sup>252</sup> Sendo assim, as poucas cabeças de gado pertencentes à família Antunes Bezerra não permitiam a comercialização de produtos como couro, leite, carne em grandes proporções, o que sugere que a economia do povoado era basicamente de subsistência.

Outros animais domésticos também eram encontrados no povoado de Alagoinhas – como éguas, cavalos e ovelhas – e ajudavam os colonos nos diversos tipos de atividades, como alimentação, deslocamentos e viagens, comércio. Como pode ser visto no seguinte quadro:

<sup>252</sup> KOSTER. Viagens ao Nordeste do Brasil. *Op. Cit.* p. 213-218

**Quadro 06 – Lista de animais pertencentes à família Antunes Bezerra**

<u>Animais</u>
Declarou a inventariante haver três Egoas parideiras ainda novas (...)
Declarou a inventariante haver uma Egoa muito velha (...)
Declarou a inventariante haver huma poldra (...)
Declarou a inventariante haver hum poldrinho (...)
Declarou a inventariante haver hum quartão capado (...)
Declarou a inventariante haver hum quartão capado já velho (...)
Declarou a inventariante haver hum quartão castanho, pequeno, capado (...)
Declarou a inventariante haver hum quartão castanho novo (...)
Declarou a inventariante haver outro quartão, dois alazão novos e grandes (...)
Declarou a inventariante haver oito ovelhas (...)

Fonte: INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

Percebe-se que alguns dos animais da lista tiveram suas cores descritas no inventário como o “quartão castanho”. De acordo com Koster, as cores dos cavalos eram de grande importância, “*porque são tidas como demonstrações de melhor resistência que outros*”. “*(...) As cores usuais são baia e cinzenta, mas o castanho, preto ou melado são menos comum*”.<sup>253</sup> Nesse sentido, levando em conta os relatos do cronista, dois dos cavalos que a família Antunes possuía eram tidos como os mais difíceis de serem encontrados nos sertões. O viajante inglês também relatou a existência de ovelhas nos sertões e suas características físicas: “*as ovelhas são cobertas de uma fina lanugem delicada que continua ano e meio ou dois, depois dessa idade cai e é substituída por uma espécie de pelo*”.<sup>254</sup>

Tanto essas criações de animais (gado, ovelhas, cavalos) quanto o cultivo de milho, algodão, feijão exigiam mão-de-obra para sua realização. Em relação aos trabalhos realizados no povoado de Alagoinhas é muito provável que escravos tenham sido utilizados no desenvolvimento de variadas formas de atividades. Segundo os cronistas Koster e Martius,

<sup>253</sup> KOSTER. Viagens ao Nordeste do Brasil. *Op. Cit.* p. 216.

<sup>254</sup> *Idem.*



nos sertões era comum a utilização do trabalho escravo para cuidar da criação de gado e das plantações de algodão.<sup>255</sup>

De acordo com Leila Algranti, os escravos das moradas brasileiras realizavam uma série de atividades no dia a dia que visavam o trabalho de limpeza da casa, alimentação, construção e fabricação de artefatos e utensílios. A alimentação exigia cuidados com os animais, roças de subsistência e preparação de comidas que seriam utilizadas nas refeições dos colonos. A fabricação de artefatos e utensílios culminava na elaboração de cestarias, cerâmicas, cujas técnicas os colonos aproveitaram dos grupos indígenas.

A presença de escravos, como também de criações de gados e lavras de algodão no inventário de Gonçalo Antunes sugere que também eram usados escravos nas plantações, no trato dos animais e nos diversos afazeres domésticos do povoado de Alagoinhas. Aliás, na sociedade dos sertões, segundo Martius, cabia aos escravos também a função de cozer o barro e transformá-lo em ladrilhos, telhas côncavas. Para Koster os escravos do sertão realizavam variadas tarefas: alguns escravos eram destinados a “*fazer farinha, de mandioca, amassar o barro com os pés para fazer tijolos e telhas, muros, barreiras, carregar tijolos, lenha e mais cousas*”.<sup>256</sup> Já outros eram obrigados a “*perseguir o gado, domar os poldros, etc. os escravos ficam em casa trabalhando em ocupações compatíveis com suas habilidades*”.<sup>257</sup> Sendo assim, provavelmente as casas, roças, pastos e diversos tipos de utensílios dos habitantes de Alagoinhas foram produzidos com o auxílio da mão-de-obra escrava.

A declaração dos bens da inventariante propiciou perceber a quantidade de escravos que o casal possuía e as diversas características relacionadas a eles: gênero, procedência, faixa etária, estado civil.

---

<sup>255</sup> Nas viagens promovidas aos sertões, Koster e Martius visitaram diversas fazendas de gado e algodão, onde presenciaram o uso do trabalho escravo nesses locais. KOSTER. Viagens ao Nordeste do Brasil. *Op. Cit.*; SPIX e MARTIUS, *Op. Cit.*

<sup>256</sup> KOSTER. Viagens ao Nordeste do Brasil. *Op. Cit.* p. 525

<sup>257</sup> *Idem*

### Quadro 07 – Lista de escravos

<u>Escravos</u>
Declarou a inventariante haver um seu casal José de Angola, casado, que apresenta a idade de cinquenta anos, que avaliarão em trezentos mil reis
Declarou a inventariante haver a criolla Caetana, casada com o pardo João, e que apresenta a idade de trinta e dois anos, que avaliarão em duzentos e oitenta mil reis
Declarou a inventariante haver o escravo Francisco, de nação, solteiro, que apresenta a idade de cinquenta anos, que avaliarão em trezentos mil reis
Declarou a inventariante haver um seu casal escravo Joaquim, de nação, solteiro, que apresenta a idade de sessenta anos, que avaliarão em cento e cinquenta mil reis
Declarou a inventariante haver um seu casal Joaquina, Angola, solteira, que apresenta a idade de cinquenta e dois anos, que avaliarão em duzentos e cinquenta mil reis
Declarou a inventariante haver ainda Maria, de idade de onze anos, que avaliarão em duzentos e vinte mil reis
Declarou a inventariante haver um seu casal o pardo Francisco, de idade que apresenta de setenta e cinco anos [ilegível], que avaliarão em cem mil reis

Fonte: INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

Sobre a procedência dos escravos, percebe-se que José e Joaquina eram originários de Angola. Aos olhos de Koster, para a sociedade colonial, os negros procedentes de Angola eram considerados os melhores escravos, pois eram “*comumente dóceis, e se podem perfeitamente encarregar dos serviços da casa e do estábulo sem que dêem muito cuidado, e alguns demonstram grande dedicação, fidelidade e honestidade*”<sup>258</sup>.

Apesar dos relatos de maus tratos promovidos por certos proprietários contra seus escravos na sociedade da América portuguesa, existiram senhores que reconheceram a importância do seu cativo no momento de preparar o testamento, dando-lhes alforria. É o caso do falecido Gonçalo Antunes, que após sua morte determinou a alforria do pardo Francisco e do preto Joaquim de Angola pelos seus mais de quarenta anos de serviços prestados “*como*

<sup>258</sup> KOSTER, *Op. Cit.*, 2003. p. 510.

*fiéis escravos, sem que em todo este tempo deixassem de reconhecerem as obrigações que lhes competia como escravos...*” e por “*não demonstrando por tão longo tempo a menor desafeição a seus senhores*”.<sup>259</sup>

Em relação ao preto Joaquim, os trechos do documento acima batem com a visão de Koster sobre as características de fidelidade, honestidade e dedicação dos negros de Angola. Segundo o cronista, por conta dessas qualidades, eles “*são os que mais se esforçam para obter sua liberdade*”.<sup>260</sup> Se o proprietário de escravos de Alagoinhas acreditava no discurso vigente da época de fidelidade e honestidade em relação aos negros procedentes de Angola, é difícil dizer, o fato é que ele manda alforriar seu escravo, alegando para isso a dedicação e os bons serviços prestados por ele.

Já o pardo Francisco ganha, juntamente com Joaquim de Angola, sua carta de liberdade “*para gozar do restante dos dias que ainda poderão sobreviver, como forros que são, efício sendo deste dia para sempre, como se livres nascerem...*”.<sup>261</sup> Ao que parece, além da alegação de fidelidade e dos bons serviços desenvolvidos, um outro fator também contribuiu para a alforria de ambos os escravos: o tempo de trabalho junto a família. Realmente, ao comparar a idade de todos os escravos arrolados no inventário, percebe-se que tanto Joaquim quanto Francisco eram os mais velhos do grupo, possuindo “*a idade de sessenta anos*” e “*a idade de setenta e cinco anos*”, respectivamente.

Entretanto, nos sertões nem todos os escravos conseguiam sua liberdade através de cartas de alforria. Muitos viam na fuga para o mato a oportunidade de conseguir sua liberdade. Segundo Koster, os escravos fugidos procuravam se afastar dos lugares habitados, como uma vila, e se escondiam em bosques, agrupados em números de dez a doze indivíduos. Essa gente tinha o conhecimento das matas o que lhes propiciava vantagem contra seus captores. Nos matos, “*constroem cabanas, que são chamadas de mocambos nos lugares mais ermos, e vivem da caça e dos frutos que podem encontrar*”.<sup>262</sup>

Nos antigos sertões de Ararobá as coisas não diferiam muito dessa situação. Lá, de acordo com documentos administrativos da vila de Cimbres, eram encontrados relatos da presença de negros fugidos que se embrenhavam na caatinga em busca de esconderijo. A

<sup>259</sup>INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Testamento de Gonçalo Antunes Bezerra*, Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

<sup>260</sup>KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil. Op. Cit.* p. 510.

<sup>261</sup>INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Testamento de Gonçalo Antunes Bezerra*, Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

<sup>262</sup>KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil. Op. Cit.* p. 532

presença de escravos africanos nos sertões de Pernambuco era uma constante. O arrolamento de bens nos inventários post-mortem da comarca de Cimbres permite perceber que em Ararobá diversos sítios, povoados e fazendas possuíam trabalhadores escravos em suas terras. Possivelmente, nesses locais alguns desses escravos conseguiam fugir da sua condição de cativo e se embrenhavam pela caatinga a procura de abrigo.

Sendo assim, a presença de escravos nos inventários e nos relatos dos cronistas propiciou perceber o tipo de relação de trabalho existente nos sertões de Ararobá e, conseqüentemente, no povoado de Alagoinhas no início do século XIX.

Ao aferir sobre os bens descritos nos inventários post-mortem, sobre os relatos dos cronistas e compará-los com a cultura material deixada pela família colonial fundadora do povoado de Alagoinhas é possível ter uma melhor percepção dos usos e transformações dos espaços, das formas de moradia e da vida desenvolvida num núcleo habitacional dos sertões. Sertões estes que provocavam medo e receio ao olhar dos habitantes dos núcleos urbanos do litoral e do além-mar, mas que tinham sua forma específica de organização e que proporcionavam meios de sobrevivência aos mais variados grupos humanos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho foi possível demonstrar como se deu a formação territorial, os modos de habitações, a produção e utilização da cultura material, o uso e transformação dos espaços conhecidos como sertões de Ararobá, realizados por colonizadores que adentraram a região do interior pernambucano, durante a passagem do século XVIII para o XIX. Tomou-se como estudo de caso a análise do surgimento e desenvolvimento de um povoado chamado “Alagoinhas” ou “Lagoinhas”, então subordinado administrativamente à vila de Cimbres, considerada, na época, um dos maiores e mais importantes núcleos urbanos dos sertões de Pernambuco.

O ponto de partida foi a identificação de alguns dos atuais lugares que remetem a lembranças do período da colonização portuguesa do interior da América, pois esses locais, embora muitas vezes modificados ao longo dos séculos, ainda guardam memórias desse período incrustadas em seus caminhos, serras, lajedos, lagoas, casas e objetos. Além da identificação desses espaços e seu uso como fonte de pesquisa, buscou-se compreender também as relações sócio culturais que a atual população mantém com esses lugares de memória. Através disto, foi possível perceber que certos bens que compõem o patrimônio cultural da localidade são mais apropriados pelas pessoas do que outros. É o caso da antiga casa de taipa pertencente a Gonçalo Antunes Bezerra, considerada a “primeira edificação da cidade” e que recebeu uma placa em homenagem no cinquentenário do município em 1998. Embora entendida pela população como patrimônio cultural de Alagoinha, isso não significa que a casa tenha sido preservada por sua importância comemorativa. Pelo contrário, foi averiguado que a edificação se encontra num estágio de degradação, causado pela ação do tempo e do abandono por parte da sociedade.

Já outros bens ainda estão passando por um processo de reconhecimento, como é o caso dos territórios quilombolas que são alvos recentes de uma série de ações sociais de valorização desenvolvidas pelo Ministério Público de Pernambuco. No entanto, alguns bens são menos familiarizados por parte dos habitantes do que outros, como por exemplo, as pinturas rupestres. Por se encontrarem nas áreas rurais, esse patrimônio é pouco visto e conhecido pela população que habita a área urbana do município. Além disso, tanto a herança cultural indígena quanto a afro-brasileira, ainda são alvos de preconceito e discriminação,

sendo por vezes esquecidas ou depredadas, como por exemplo, a destruição de parte da Pedra Pintada. Já a herança cultural deixadas pelos colonizadores, apesar de sofrer também degradações, ainda assim consegue manter certo reconhecimento por parte dos moradores daquela região, como é o caso da casa de Gonçalo Antunes (Alagoinha) e do Senado da Câmara de Cimbres (Pesqueira), que receberam placas comemorativas em sua homenagem. Em outras palavras, enquanto a maior parte da população reconhece simbolicamente a importância do legado cultural deixado pelos colonizadores, o mesmo não pode ser dito dos bens culturais dos povos pré-coloniais (indígenas) e afro-brasileiros que ainda sofrem certo tipo de discriminação.

Retroagindo no tempo, chegamos ao período colonial, onde adentramos no interior do território da América portuguesa, mais precisamente na região conhecida como os sertões de Ararobá. Através de variados documentos escritos – petições, relatos de viajantes e cronistas, ordens régias – foi possível notar que os núcleos urbanos do litoral e do além-mar (detentores dos poderes políticos, administrativo, econômico e cultural) imputavam certa imagem sobre as áreas do interior do continente. Chamadas de sertões, essas áreas eram taxadas de “desertas”, “vazias”, “matas” “inóspitas” e seus habitantes originais (variados grupos indígenas) eram tidos como “selvagens”, “bárbaros”, “incultos”, pois, aos olhos dos colonizadores, essas pessoas e lugares ainda não possuíam os padrões de cultura europeia (moradia, idioma, vestimenta, religião...). Gradativamente, diversos colonizadores (viajantes, cronistas, homens de negócios, criadores de gado, plantadores de algodão, funcionários da Coroa portuguesa) adentravam o interior do continente e aos poucos iam transformando esse espaço.

Porém percebemos que, já consolidado o processo colonizador na região, entre os séculos XVIII e XIX, ainda assim os sertões eram vistos pelos habitantes do litoral como um lugar ermo. Em outras palavras, mesmo exterminados ou subordinados a maioria dos grupos indígenas, mesmo desmatadas partes da caatinga e estabelecido o Estado português (com sua influência político-administrativa e cultural proporcionada pela criação de povoados e vilas) ainda assim se perpetuava essa antiga imagem que os habitantes dos núcleos urbanos do litoral mantinha em relação aos sertões.

Finalmente formalizada a administração do Estado português em Ararobá, com a criação de Cimbres, logo começaram a surgir povoados em sítios que faziam parte da influência jurídico-administrativa da vila. Nesse sentido, o antigo sítio Alagoinhas não

escapou desse processo colonizador. Habitado por uma família colonial, a partir de 1805, o local apresentava, segundo as pesquisas realizadas, um ambiente propício para a sobrevivência humana, pois as diversas lagoas incrustadas nos lajedos de granito garantiam o abastecimento de água numa região de clima seco e vegetação espinhosa formada por mandacarus, xique-xiques, facheiros, coroas-de-frade. Estabelecidos estrategicamente entre lajedos e lagoas, os colonizadores passaram a realizar diversos tipos de atos – habitar, expandir a família, plantar roçados, criar animais, utilizar mão-de-obra escrava – transformando, com isso, cada vez mais as configurações da paisagem que os rodeava.

Graças ao cruzamento entre inventários post-mortem da antiga Comarca de Cimbres, com a cultura material e com os relatos de cronistas que percorreram os sertões das Capitâneas do Norte da América portuguesa (Henry Koster, Carl von Martius e Spix), foi possível aferir os diversos tipos de atividades realizados por Gonçalo Antunes Bezerra e sua família colonial. O resultado desse cruzamento gerou uma gama de informações a respeito dos modos de habitação, dos casamentos, da religiosidade, da economia, dos trabalhos realizados e do uso da matéria-prima da região para confecção de artefatos.

Sendo assim, ao tomarmos o povoado colonial de Alagoinhas como objeto de estudo foi possível ter uma melhor percepção dos usos e transformações dos espaços, das formas de moradia e da vida desenvolvida nos sertões da América portuguesa. Sertões estes que provocavam medo e receio ao olhar dos habitantes dos centros urbanos do litoral e do além-mar (sendo por isso considerado deserto e inóspito), mas que tinham sua forma específica de organização e que, através das estratégias de ocupação do espaço e da utilização da matéria-prima, proporcionavam meios de sobrevivência aos mais variados grupos humanos.

## 6.FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

### 1. Fontes

#### 1.1 Manuscritas

##### **Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)**

*Inventário de José dos Reis Limas.* Acervo Orlando Cavalcanti-Cx 40, 1820.

*Inventário post-mortem de Gonçalo Antunes Bezerra.* Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

*Testamento de Gonçalo Antunes Bezerra.* Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

*Inventário de Antonia Maria de Jesus.* Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 64, 1847.

##### **LAPEH – UFPE**

*Mapa que mostra o número dos habitantes das quatro capitânicas deste governo: a saber, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, o seguinte. Freguesias de que se compõem as cinco Comarcas Eclesiásticas.* Martinho de Melo e Castro. A.H.U., PE, p.a., Caixa 73, 25 de setembro de 1782.

*Mapa que mostra o número dos habitantes das quatro capitânicas deste governo: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, divididas nas cinco Comarcas Eclesiásticas.* Martinho de Melo e Castro. A.H.U., PE, p.a., Caixa 88, 25 de setembro de 1788.

#### 1.2 Impressas

COSTA F. A. P. *Anais Pernambucanos.* Recife: FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais. 1987. v. 7. (Coleção Pernambucana).

\_\_\_\_\_. *Vocabulário Pernambucano.* Secretaria de Educação e Cultura/ Governo do Estado de Pernambuco. Recife, 1976

FIAM/CEHM. *Livro da criação da vila de Cimbres (1762 – 1867).* Leitura paleográfica por Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça e Costa. Colaboração do Departamento de História da UFPE. Introdução de Potiguar Matos. Notas de Gilvan de Almeida Maciel. - Recife: Cepe, 1985. 295 p. (Coleção Documentos Históricas Municipais).

GARDNER, George. *Noites na caatinga.* In RIEDEL, Diaulas (org.) O sertão, o boi, a seca: histórias e paisagens do Brasil. São Paulo: ed. Cultrix, 1959.



MACIEL, José de Almeida. *Questões de Toponímia Municipal Pernambucana*. Recife: Centro de Estudos Municipal/ FIAM 1984.

MARTIUS, Carl Fred. Phil. de Von. *Systema de materia vegetal*. – Rio de Janeiro: publicado por Eduardo e Henrique Laemmert, 1854.

\_\_\_\_\_. *Como se deve escrever a História do Brasil*. – Rio de Janeiro: Instituto Histórico, 1991.

\_\_\_\_\_. Tropeiros e Barcaças. In RIEDEL, Diaulas (org.) *O sertão, o boi, a seca: histórias e paisagens do Brasil*. São Paulo: ed. Cultrix, 1959.

KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. – London: printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brow, Paternoster-row, 1816

\_\_\_\_\_. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Von. *Viagem pelo Brasil (1817 – 1820)*. – Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

## 2. Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. – Recife: Bagaço, 2008.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In Fernando A. Novais; Laura de Mello e Souza. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALVES, Cláudia; LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana. O Sítio Arqueológico Alcobaça, Buíque – Pernambuco: primeiros resultados. *Clio*, Recife, v 1. n. 11, p. 87 a 98, 1995-1996, (Série Arqueológica).

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BANDEIRA, Moniz. *O Feudo: a casa da torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. – Teresina: Editora da UFPI, 1999.

BRASIL Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 16/Nov./2011.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

\_\_\_\_\_, (org.). *Testemunha ocular: história e imagem*. – Bauru, SP: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_, (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARVALHO, Marcus; FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. *Palmares, a cabanada, a “gente das matas”*. In GOMES, Flávio (org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. – São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CINTRA, Ivete Morais. *Gado brabo de senhores e senzalas*. – Recife, FIAM/ Centro de Estudos de História Municipal, 1988.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COLLOMP, Allain. *Famílias: habitações e coabitações*. In Roger Chartier (org.). *História da Vida Privada: da renascença ao século das luzes*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: José Olímpio, 1995.

\_\_\_\_\_, *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. – São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_; VENÂNCIO, Renato. *Uma história rural no Brasil*. – Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DIEHL, Astor. *Cultura Historiográfica*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DOSSE, François. *História do estruturalismo: o canto do cisne*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

DRUMMOND, José Augusto. *A História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. IN: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

ECO, Humberto. *O nome da rosa*. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. – São Paulo: Expressão popular, 2005.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arrais e vilas d'el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. – Belo horizonte: Editora UFMG, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo e NOELLI, Francisco da Silva. *Pré-história do Brasil*. – São Paulo: Contexto, 2005. 2. Ed. – (Repesando a História).

GALLINDO, Dorgival. *Traços históricos sobre a fundação de Alagoinhas e seus primeiros habitantes*. Tipografia Jornal de Pesca, 1931.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. Coleção Biblioteca Universal. – São Paulo: Editora Três, 1974.

GOMES, Flávio (org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

GONSALVES DE MELLO, José Antonio. *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste*. Recife: Ed. O Cruzeiro S. A., 1975.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. v. 13.

IVO, Isnara Pereira. *A conquista do sertão da Bahia no Século XVIII: mediação cultural e aventura de um preto forro no Império Português*. In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz, 2005, Londrina.

KÜHN, Fábio. *Casa quanto chegue, campo a perder de vista: a cultura material da elite colonial no sul da América portuguesa*. In: Gandra e Paulo Possamai (org.). *Estudos de História do Cotidiano*. – Pelotas : Ed. da UFPel, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 23. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. – 5º edição. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_, *História e memória*. – 5º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. - São Paulo: Contexto, 1996.

\_\_\_\_\_. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. – Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana. *Procedimento para análise da cerâmica arqueológica*. *Clio*, Recife, v 1. n. 10, p. 07 - 19, 1994, (Série Arqueológica).

MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas. *A Paisagem pernambucana*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte do Brasil. In: MEDEIROS, Ricardo Pinto de; OLIVEIRA, Carla Mary da Silva (org.). *Novos Olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2007.

\_\_\_\_\_, *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. Recife: UFPE, 2000.

MENEZES, José Luiz Mota; RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. *Fortificações portuguesas no Nordeste do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. – Recife, Editora Pool, 1986.

MOTT, Luiz. *Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu*. In Fernando A. Novais; Laura de Mello e Souza. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NASCIMENTO, Ana. A aldeia Baião, Araripina – PE: um sítio pré-histórico cerâmico no sertão pernambucano. *Clio*, Recife, v 1. n. 7, p. 145, 1991, (Série Arqueológica).

OLIVEIRA, M. W. Almeida. *Geoprocessamento aplicado à identificação de áreas com potencial turístico no município de Alagoinha – PE*. 1.2012. TCC (Especialização em metodologia do ensino em Geografia e suas tecnologias) – Autarquia Educacional de Belo Jardim-AEB e Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim-FABEJA, Belo Jardim, 2012.

ORLANDI, Eni Puccenelli. *Discurso do confronto: velho e novo mundo*. – 2ª ed. – Campinas, sp: Editora da Unicamp, 2008.

PERNAMBUCO. Ministério Público. *MPPE marca audiências públicas com comunidades quilombolas de Alagoinha* [http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/20101006\\_alagoinha](http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/20101006_alagoinha). Acesso em: 16/Nov./2011.

PERNAMBUCO. Ministério Público. *Promotora realiza audiências públicas para ouvir quilombolas de Alagoinha nesta quinta-feira*. Terça-feira, 6 de julho de 2010. Disponível em: [http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/20100607\\_alagoinha](http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/20100607_alagoinha). Acesso em: 16/Nov./2011.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: Jacques Le Goff. (org). *A História Nova*. 5ªed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial*. Recife: UFPE, 2002.

PROENÇA, A. L. *Onde viviam aqueles que por aqui passaram?* proposta interpretativa para as ocupações Pré-Colônias no Agreste Pernambucano. Recife: UFPE, 2007.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. – Chapecó: Argos, 2004.

REIS, José Carlos. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricouer*. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

RIBEIRO Jr, José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora as UNICAMP, 2007.

SALGADO, Graça. (org.). *Fiscais e Meirinhos: administração no Brasil Colonial*. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SILVA, Eliane Azevedo e. *Manual do morador de Olinda: conservação das edificações particulares do sítio histórico*. – Olinda: Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1992.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. – Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Paula Pinto e. *Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial*. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

SMITH, Robert C. *Igrejas casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira*. – Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1979.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. – Rio de Janeiro: objetivas, 2001.

WILSON, Luís. *Minha cidade, minha saudade: Rio Branco (Arcoverde), reminiscências e notas para sua história*. 2. ed. Recife, Centro de Estudos de História Municipal/ FIAM, 1983.